

Desafios do Desenvolvimento e do Ordenamento do Território na Província do Namibe (Angola)

Aldino Miguel Francisco

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território
Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território**

Setembro, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território, área de especialidade em Planeamento e Ordenamento do Território, realizada sob orientação científica da Professora Doutora Margarida Angélica Pires Pereira Esteves.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avô Agostinho Francisco “*Velho Mende*” pelo incentivo e sábios conselhos desde os meus 10 anos, para ultrapassar todos os obstáculos independentemente do lugar em que me encontro, enaltecendo desta forma o seu papel como líder da nossa família. Hoje nutro por ti este carinho e não tenho preço para pagar o quanto aprendi contigo.

A memória de meus ante queridos que já partiram:

Catarina Adão João Miguel, minha eterna querida mãe, Madalena Mateus de Almeida, minha avó paterna, Adão João Miguel, meu avô materno e Filipa António de Lucas, minha avó materna.

AGRADECIMENTOS

Apesar das largas horas solitárias em que estive envolvido durante os dois anos de estudo, é imperioso realçar o contributo de várias pessoas e entidades. Quero aqui do fundo do meu coração expressar os meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, a Professora Doutora Margarida Angélica Pires Pereira Esteves, por aceitar a orientação desta dissertação, pelo apoio prestado, os seus conselhos valiosos para o trabalho e pela nobreza de pessoa que é, por compreender as minhas dificuldades como estudante, acima de tudo obrigado, obrigado por me acompanhar nesta difícil tarefa e motivar o meu interesse pelo conhecimento e pela vida académica, pela sabia orientação nos momentos mais difíceis em que a esperança parecia não ser vista ao fundo do túnel, isto representou uma oportunidade única e impar de crescimento académico e pessoal.

Ao Coordenador do mestrado em Gestão do Território Professor Doutor José Tenodório, aos professores José A. Teixeira, Adelaide Carraca, Nuno Soares, Fernando Martins e João de Sousa pelos conhecimentos que me proporcionaram.

Ao professor João Loução pelos contributos valiosos.

A todos entrevistados, o meu muito obrigado pela disponibilidade.

A Eva Agostinho Francisco, minha tia, que desde o início não hesitou em apoiar a ideia de continuidade dos meus estudos e nunca teve meias medidas em apoiar-me moral e materialmente. As minhas tias Balbina Francisco, Aurelina Francisco e Conceição Francisco.

O Tio José Mateus Francisco e sua esposa Marieth Geraldo de Oliveira e filho David Geraldo Francisco por me acolherem em vossa residência durante a formação em Lisboa, obrigado por não me deixarem faltar o pão e o aconchego familiar foi crucial para a minha saúde física e mental.

Aos meus irmãos Agostinho António Miguel Francisco e Vilma de Fátima Miguel Francisco, pela coragem transmita.

A Direcção da Escola Maria de Lourdes Van-Dúnem.

Aos meus primos e primas Adilson Domingos, Martins da Silva, Leandro Francisco Baptista, Laty Francisco, Marisa Lazaro, Claudeth Lazaro, Lopo Adriano e Madalena Domingos obrigado pela corrente de alegria transmitida durante os dois anos.

Aos meus colegas e companheiros de luta, em especial à Larissa Tavares, Zenaida Ramos, Euclides Santos e Shirley Mendonça obrigado pela partilha de conhecimentos.

Aos meus amigos Emanuel da Conceição, Abelardo Lemba, Claudio Bunga, Eugenio Kazamba, Marcio Undolo, Martinho Domingos, Jeovany Sandro, Sana Na Num-na, Weza Andrade, Agostinho do Nascimento, Rossana Manuel, Celso Agostinho, Marina Afonso, Celso Machado, Andreia Ferreira, Álvaro Narciso e Albano Joaquim pela amizade e incentivo ao longo desta jornada.

Sem esquecer a todos meus irmãos da congregação Metodista em Lisboa e Angola sei que nunca pouparam esforços de interceder a Deus por mim.

O meu profundo e sincero agradecimento a todas as pessoas cujos contributos foram relevantes para avançar o mar e chegar a outro nível do conhecimento científico.

“Nga sakidila Tata Nzambi”

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DO NAMIBE (ANGOLA)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO, ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Aldino Miguel Francisco

RESUMO

Palavras-chave: ordenamento do território, planeamento, desenvolvimento, Namibe, Angola.

O longo período de guerra civil em Angola penalizou o modelo de desenvolvimento nacional e provocou profundas alterações do sistema urbano, com um intenso êxodo populacional para as áreas urbanas do litoral, resultando uma forte pressão sobre as infra-estruturas e equipamentos existentes. Este quadro coloca desafios ao país em termos de desenvolvimento e ordenamento do território.

A dissertação parte da discussão dos conceitos de planeamento, ordenamento do território, desenvolvimento e governança, a par da identificação dos problemas urbanos e demográficos que afectam na actualidade os países africanos. Depois, é feita uma caracterização quer geográfica, política, socio-económica e demográfica do país, quer do seu sistema de planeamento e ordenamento do território. Tendo a província do Namibe como caso de estudo, são analisados os seus aspectos geográficos, base produtiva, população, infra-estruturas, sistema urbano e estrutura do povoamento rural, problemas urbanos e funcionamento do poder local. Depois apresenta-se o diagnóstico, apoiado em matrizes SWOT, da província e dos dois principais municípios e identificam-se os desafios de desenvolvimento e de ordenamento do território, apontando possíveis soluções para garantir condições de vida dignas às populações locais.

DEVELOPMENT AND LAND-USE CHALLENGES IN THE PROVINCE OF NAMIBE (ANGOLA)

MASTER THESIS IN MANAGEMENT OF TERRITORY, SPECIALIZATION IN PLANNING

Aldino Miguel Francisco

ABSTRACT

Keywords: land-use, planning, development, Namibe, Angola.

The long civil war in Angola led to profound changes in the urban system and to a large migration of the population to the coastal areas of the country. This resulted in a strong pressure on the infrastructure and existing equipment, posing challenges in terms of development and land-use.

This thesis discusses the concepts of planning, land-use, territory development and governance, together with the urban issues and population growth which currently affect African countries. It also characterizes the country from a geographical, political, socio-economic and demographic point of view and analyses the planning system and land-use. By taking the Namibe province as a case study, I will explore the geography, the biophysical environment, the productive base, the population and the infrastructures and analyse the rural population framework, the problems related to the cities of Namibe and Tombwa and the functioning of the local power. After presenting the SWOT matrix-supported diagnosis concerning the province and the two main municipalities, I will identify the challenges related to the territory development and land-use, pointing to possible solutions that may guarantee decent living conditions to the local populations.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO, DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO E GOVERNANÇA: REVISÃO DE CONCEITOS.....	9
2.1. Planeamento: conceitos e tipologias.....	9
2.2. Ordenamento: conceitos, princípios e objectivos.....	16
2.3. Desenvolvimento: conceitos, medições e relacionamento com o planeamento e o ordenamento do território	29
2.4. Contributos da governança para a gestão do território.....	31
2.5. Enquadramento: planeamento e ordenamento do território em África.....	33
3. ANGOLA: SISTEMA NACIONAL DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO.....	39
3.1. Localização Geográfica.....	39
3.2. Contexto político.....	42
3.3. Contexto económico e social.....	45
3.4. Contexto demográfico.....	52
3.5. Sistema Nacional de Planeamento: características, enquadramento legislativo e institucional.....	57
3.5.1. <i>SNP impactos no processo de desenvolvimento</i>	64
3.5.2. <i>Planos de desenvolvimento provinciais</i>	65
3.5.3. <i>Documentos orientadores do desenvolvimento: concepção e implementação</i>	65
3.6. Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU): passado e presente.....	68
4. PROVÍNCIA DO NAMIBE: SITUAÇÃO ACTUAL, DESAFIOS E OPORTUNIDADES.....	81
4.1. Localização geográfica.....	81
4.2. Ambiente biofísico.....	82
4.3. Base produtiva.....	85
4.4. População.....	89
4.5. Infra-estruturas básicas.....	90
4.6. Arquitectura institucional.....	94

4.7.	Estrutura do povoamento rural.....	96
4.8.	Patrimónios cultural classificados.....	97
4.9.	Organização das cidades e problemas urbanos.....	98
4.10.	Tendências de expansão das cidades.....	103
4.11.	Riscos naturais: desertificação, seca e cheias.....	104
4.12.	Diagnóstico da província.....	105
5.	CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DO NAMIBE.....	110
5.1.	Tirar partido do posicionamento geo-estratégico da província a nível nacional e da região da SADC.....	110
5.2.	Governança, formação e participação.....	110
5.3.	Requalificação urbana e rural reassentamento das populações.....	111
5.4.	A urgência do Plano Provincial de Ordenamento do Território (PPOT) e dos Planos Directores Municipais (PDM) na província	113
6.	CONCLUSÃO.....	116
7.	BIBLIOGRAFIA	118
	ANEXOS.....	128

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1: Ciclo do processo de planeamento	12
Fig. 2: Relação entre área decisional, técnica e de projecto em planeamento	13
Fig. 3: Enquadramento geográfico de Angola.....	39
Fig. 4: Taxa de crescimento do PIB 2002-2011 (variação % anual).....	46
Fig. 5: Evolução da população angolana (1970-2009).....	53
Fig. 6: Pirâmide etária sobre a distribuição da população angolana (2008-2009)	55
Fig. 7: População de Angola urbana e rural (2000-2015)	56
Fig. 8: Percentagem da população urbana de Angola nas duas principais aglomerações urbanas, com mais de 750 mil habitantes em 2011 (1990-2015)	57
Fig. 9: Estratégia de desenvolvimento “Projecto Angola 2015”... ..	66
Fig. 10: Modelo de desenvolvimento espacial.....	67
Fig. 11: Organização do Sistema de Ordenamento Territorial criado pela LOTU, angolana.....	76
Fig. 12: Relação dos Planos de Desenvolvimento Económico <i>versus</i> Planos de Ordenamento do Território.....	79
Fig. 13: Localização da província do Namibe e dos seus municípios.....	81
Fig. 14: Fábricas abandonadas no município do Tômbwa.....	86
Fig. 15: Abastecimento de água por meio de sonda.....	90
Fig. 16: (A) Caixas abertas no centro da via; (B) caixa de visita cedeu devido a quantidade de resíduos e do seu estado obsoleto.....	92
Fig. 17: (A) Aeroporto Yuri Gagarin-Namibe (vista de cima); (B) aeroporto Yuri Gagarin (vista frontal).....	94
Fig. 18: (A) Edifício com anexo adicional; (B) edifício sobrepovoado (Namibe).....	99
Fig. 19: Zona histórica edifício abandonado e subaproveitado (avenida Eduardo Mondlane Namibe)	100
Fig. 20: (A) Edifício abandonado; (B) residência em estado avançado de degradação, cidade do Tômbwa.....	101
Fig. 21: Bairro clandestino construído sobre as barreiras de protecção contras as dunas do deserto (Tômbwa).....	101
Fig. 22: 1- cidade antiga; 2 – bairro Forte Santa Rita; 3 – bairro Comandante Valódia/Plató; 4 – bairro 5 de Abril; 5 – bairro Eucaliptos; 6 – bairro Tinguíta junto ao Porto; 7 – bairro clandestino junto ao mercado 5 de Abril.....	102
Fig. 23: Reserva e programas de habitação.....	104

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Estatística da distribuição da população por províncias (1991-2009)...	54
Quadro 2: Ponto de situação dos PDM em Angola.....	77
Quadro 3: Municípios e comunas da província do Namibe.....	82
Quadro 4: Distribuição da população por municípios na província do Namibe, em 2006.....	89
Quadro 5: Número de sistemas e furos de captação de água.....	91

SIGLAS E ABREVIATURAS

CE – Comissão Europeia

CEIC/UCAN – Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

CFM – Caminho de Ferro de Moçâmedes

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRA – Constituição da República de Angola

DNOTU – Direcção Nacional de Ordenamento do Território

EN – Estrada Nacional

EU – União Europeia

FAO – Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAS – Fundo de Apoio Social

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GOT-IGEO – Grupo de Ordenamento do Território – Instituto Geográfico Português

GPN – Governo da Província do Namibe

IBEP – Inquérito sobre o Bem-Estar da População

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGCA – Instituto Geográfico e Cadastral de Angola

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

INEA – Instituto Nacional de Estradas de Angola

INE-Angola – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola

INOTU – Instituto Nacional de Ordenamento do Território

LBPOTU – Lei de Bases do Planeamento e do Ordenamento do Território e Urbanismo

LOFOALE - Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado

LOTU – Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo

MAT - Ministério da Administração do Território

MINAGRI – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MINUC - Ministério do Urbanismo e Construção

MINUHA – Ministério do Urbanismo e Habitação

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

ODM – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

OT – Ordenamento do Território

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDES – Plano de Desenvolvimento Económico e Social (período 2013/2017)
PDG – Plano Director Geral (para as grandes cidades)
PDIPN – Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (período 2004/2007)
PEOT - Plano Especial de Ordenamento do Território
PIB – Produto Interno Bruto
PIMOT – Plano Inter-Municipal de Ordenamento do Território
PIPOT – Plano Inter-Provincial de Ordenamento do Território
PMD – Plano Director Municipal
PNB – Produto Nacional Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNOT – Plano Nacional de Ordenamento do Território
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POOT - Principais Opções de Ordenamento do Território
POR – Plano de Ordenamento Rural
PP - Plano de Pormenor
PPOT – Plano Provincial de Ordenamento do Território
PSOT – Plano Sectorial de Ordenamento do Território
PU – Plano de Urbanização
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Subsaariana
SINFIC – Serviço de Informação Indústria e Consultoria
SNP – Sistema Nacional de Planeamento
UA- União Africana
UAN – Universidade Agostinho Neto
UN - Nações Unidas
UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas
UNITA – União Nacional da Independência Total de Angola

1. INTRODUÇÃO

- **Justificação do Tema**

Passados 38 anos desde a descolonização de Angola, seguida de uma longa guerra civil, as cidades angolanas cresceram muito mas desordenadamente, devido à dispersão das áreas urbanas e ao crescimento desmesurado de áreas habitadas por refugiados.

Esta migração espontânea pressionou as infra-estruturas e serviços disponíveis, que deixaram de ter capacidade de resposta às solicitações, passando a constituir um problema de âmbito territorial.

A activação e reestruturação de vários órgãos do país, como os Ministérios da Administração do Território, do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, do Ambiente e do Urbanismo e Habitação é uma demonstração do Estado face aos novos desafios que o país enfrenta, para responder ao desenvolvimento e ordenamento do território do País.

“...O desenvolvimento por inerência conceptual, exige preocupações de eficiência, de sustentabilidade e de equidade (justiça social, equilíbrio e harmonia), o desenvolvimento expressa-se através do acesso físico e económico: aos bens, serviços, habitação, emprego, lazer, saúde e bem-estar, etc., como oportunidades de benefício... por isso, o espaço é simultaneamente factor sujeito ao desenvolvimento. Neste sentido, o ordenamento do território, a organização espacial das actividades humanas e das suas actividades a todos os níveis é um pressuposto essencial para o desenvolvimento” (MAFRA et SILVA, 2004:5).

Hoje, os instrumentos de ordenamento do território (planos directores municipais e planos de desenvolvimento) são apontados como elementos *sine qua non* para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de uma localidade. Isto porque o ordenamento do território deve ser entendido como “(...) a arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento” (GOT-IGEO 2006:1)¹. A Carta Europeia do Ordenamento do Território tem um entendimento ainda

(¹) Grupo de Ordenamento do Território - Instituto Geográfico Português (GOT-IGEO, 2006) http://www.igeo.pt/instituto/cegig/got/17_Planning/indicadores_PT.html, acesso em 20.06.2012.

mais abrangente do conceito, quando o define como “(...) a tradução espacial das políticas económicas, social, cultural e ecológica da sociedade. (...) É, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto (Conselho da Europa, 1988:9-10).

As dificuldades territoriais no fornecimento de serviços públicos e equipamentos à população, a ignorância dos riscos naturais na localização das áreas habitacionais e das actividades económicas, a mistura e sobreposição desordenadas de usos são problemas da urbanização comuns à maior parte das cidades africanas. Embora a África seja a região menos urbanizada do mundo, com apenas 40% da população morando em cidades e vilas, esta taxa deverá ultrapassar os 50% em torno de 2030. Com a taxa de urbanização crescente de 4%, quase o dobro das verificadas na América Latina e na Ásia, é urgente enfrentar os desafios da urbanização e promover o desenvolvimento urbano sustentável². O relatório ainda refere que os governos locais são frequentemente fracos e mal equipados em recursos financeiros e capital humano adequado face aos problemas criados pela rápida e intensa urbanização.

As iniciativas públicas para ordenar o crescimento urbano têm-se mostrado inadequadas e incapazes de resolver os problemas, que se têm agravado com o passar do tempo, atingindo dimensões insustentáveis para as populações afectadas. Como refere OLIVEIRA (2006:158) cit. por CARVALHO (2011:12): “O ordenamento do território, impõe sempre, portanto, um quadro normativo, correto e adequado, que reflecta e que vá ao encontro dos valores maiores da existência dos grupos humanos, tanto nos conhecimentos adquiridos pela vivência dos homens como na pertinência das conquistas éticas e dos conhecimentos técnicos científicos alcançados”.

A província do Namibe não está isenta deste contexto que afecta todo o território nacional. Ela é bastante vulnerável a fenómenos naturais como seca, desertificação e cheias, que têm causado vítimas e desalojadas centenas de pessoas. Por isso ZÊZERE 2007, cit. por PEREIRA 2009 adverte: no âmbito da adaptação às alterações climáticas, pretendem-se minimizar os impactes negativos nos sectores socioeconómicos e nos

(²) Woodrow Wilson International Center Scholars – Comparative Urban Studies Project (2005) – “*O Papel das Cidades no Desenvolvimento do País. Maputo/Moçambique*”. Relatório da conferência. Disponível em http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/CUSP_Maputo.pdf acesso 05.01.2013.

sistemas biofísicos. Por isso, tendo em conta a articulação entre perigosidade, vulnerabilidade e risco, a avaliação da perigosidade deve anteceder, a definição das localizações das populações e das actividades económicas e a prevenção do risco deve ser uma prioridade da política de ordenamento do território. Todavia, explicaria a pertinência deste trabalho, torna-se ainda mais interessante com os advenços da paz, aumentará o fluxo migratória à província, surgirá novos núcleos habitacionais, serviços e comércios, a que devem estar bem articulados dentro de um programa exequível visando harmonizar e integrar todo seu espaço na região em que está inserida. A província possui uma superfície de 56,399 Km², está administrativamente repartida em 5 municípios, que ainda não possuem Plano Director Municipal.

MAFRA et SILVA (2004:5-6) referem da importância crescente das políticas territoriais que dão corpo ao planeamento e gestão do território, apontando alguma das razões específicas:

- Explosão do crescimento populacional e urbano e as suas consequências sobre o ambiente;
- Heterogeneidade do território, apresentando disparidades acentuadas, traduzidas em diferentes níveis de desigualdade e desenvolvimento;
- Desacreditação da «velha» óptica, de que os mecanismos de mercado optimizam, de forma equilibrada e automática, os resultados da actividade económica, tornando-se hoje ponto assente a necessidade da intervenção do Estado para corrigir estas falhas do mercado;
- Constatação de que as diferentes unidades territoriais são cada vez mais relevantes na gestão e na captação de recursos, sendo hoje agentes cruciais de competitividade a nível supranacional e global;
- Aparecimento de novos problemas e, por isso, a necessidade de novos paradigmas de políticas territoriais, como as regionais e urbanas, a desafiarem novas formas de governação (distribuição de poderes e parcerias) através de processos de descentralização/desconcentração.

Assim, o estudo sobre a província do Namibe visa uma análise interpretativa sobre as suas políticas de planeamento e ordenamento do território.

• Problemática do tema/hipótese Tese

Angola é um país com vasta dimensão territorial. As suas províncias possuem ambiciosas riquezas³ no seu solo, subsolo e mares. Actualmente é a terceira maior economia da África Subshariana, o que a tornaria num país potencialmente desenvolvido e belo para se viver. Porém, a guerra civil provocou grande concentração da população nas áreas urbanas e gerou movimentos intensos de deslocados internos em direcção às zonas costeiras mais seguras, intensificando o crescimento urbano e peri-urbano. Esta concentração urbana provocou dificuldades territoriais no fornecimento de serviços públicos e equipamentos à população, ignorou os riscos naturais na localização das áreas habitacionais e das actividades económicas, sendo que cerca de 13% dos solos apresentam elevada degradação, mistura e sobreposição desordenadas de usos. O desconhecimento da distribuição geográfica da população é um forte constrangimento para a elaboração de planos baseados nas necessidades das populações e na determinação de indicadores sociais preciosos⁴. Apesar de nos últimos anos apresentar uma taxa muito elevada de crescimento económico, o país enfrenta o desafio da reconstrução, bem como o desafio chave de definir como assegurar que os vastos recursos naturais (petróleo, água e minerais) contribuam para o crescimento equitativo, através do desenvolvimento diversificado de outros sectores⁵. CORREIA (2008:75) refere que, o EDEC definiu, baseando-se na ideia de que “*o crescimento económico e a convergência de determinados indicadores económicos não bastam para atingir o objectivo da coesão económica e social*”. Este também ambicionado no contexto Europeu, como o confirma o Esquema para o Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) (EU, 1999). Este documento propõe para aquele espaço geográfico uma intervenção concertada em matéria de desenvolvimento espacial, a fim de corrigir as disparidades registadas, consagrando 3 princípios directores: o desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado e policêntrico; a criação de uma nova relação cidade-campo, a garantia de uma igualdade de acesso as infra-estrutura; e o desenvolvimento durável, a gestão inteligente e a preservação da natureza e do património cultural.

(³) Cerca de 35 dos 45 minerais mais comercializados no mundo encontram-se em Angola, estão registados no país cerca de 5000 espécies de plantas, fonte: Documento de Estratégias para o País e Programa de Indicativo Nacional para o período 2008-2013, Republica de Angola-Comunidade Europeia, 2006,2008.

(⁴) O último censo geral da população foi realizado em 1970 (tempo colonial) e a última contagem parcial entre 1983-1986.

(⁵) Documento de Estratégias para o País e Programa de Indicativo Nacional para o período 2008-2013, Republica de Angola-Comunidade Europeia, 2006,2008.

A província do Namibe corresponde ao contexto genérico acima apresentado sobre o país. Os efeitos guerra e migração interna modificaram a estrutura urbana das suas cidades e arredores, dando origem à formação de inúmeros bairros no interior e nas periferias das áreas urbanas, em particular na cidade-capital. Muitos destes bairros foram surgindo em locais sem as mínimas condições de habitabilidade (desde rede de água, rede de energia, acesso aos transportes públicos, saneamento básico, etc.), e com uma ocupação anárquica dos terrenos. Tal facto, é em grande parte justificado pela incipiência dos serviços técnicos e administrativos ligados ao planeamento e ordenamento do território, à habitação e ao ambiente na província. A estas limitações acrescem os riscos naturais (desertificação, seca e cheias) que afectam a província. Tendo como referência este contexto, sobressai a questão de partida que orienta a dissertação:

Quais são os principais desafios do desenvolvimento e do ordenamento do território da província do Namibe, tendo em conta os seus múltiplos constrangimentos?

REIGADO (2000:48) cit. por (GOT-IGEO, 2006:13) refere que o planeamento é “um processo de análise (do passado e do presente) de antecipação ao futuro, de programação, de acção, execução, de controlo, de correcção e de avaliação dos resultados”. No caso de Angola, importa entender como as autoridades estão dispostas a responder ao processo de desenvolvimento no pós-guerra. Com uma democracia que data dos anos 90, Angola é um país que necessita de se reger por políticas de ordenamento do território com vista a uma melhor organização do seu território, para que a exploração dos recursos naturais seja feita com base na sustentabilidade e na preservação do ambiente. De facto, figura entre os 191º países que adoptaram a Declaração do Milénio como um compromisso solene e global para promover a paz e o desenvolvimento.

O planeamento e ordenamento do território são determinantes para a promoção da qualidade de vida, que estimula o regresso de muitas pessoas ao interior do país (suas áreas de origem e não só). A constituição de Angola, quanto ao planeamento, assegura no seu art. 91 ponto 2 “O planeamento tem por objectivo promover o desenvolvimento

sustentado e harmonioso do País, assegurando a justa repartição do rendimento nacional, a preservação do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.”⁶

CEMAT (2000:7) cit. por PEREIRA (2009:81) refere, que “a política de ordenamento do território deverá em conjunto com as políticas sectoriais pertinentes, contribuir para tornar os municípios e as regiões mais atractivo para o investimento privado, tanto a nível local como regional, de forma compatível com o interesse público”.

- **Objectivo da Pesquisa**

A dissertação tem como principal objectivo fazer uma análise interpretativa dos principais desafios do desenvolvimento e do ordenamento do território da província do Namibe para reduzir as assimetrias e desigualdades e garantir a qualidade de vida da população.

Os objectivos específicos são:

- Fazer um levantamento junto da literatura nacional e internacional das principais ferramentas de gestão territorial passíveis de aplicação ao ordenamento do território da província do Namibe;
- Identificar os diplomas legislativos em vigor com implicações directas no território e seus impactos na vida da população;
- Identificar, quantificar e espacializar os principais problemas da província do Namibe;
- Propor soluções mitigadoras económicas, ambientais e socialmente mais justas.

Os documentos oficiais que apoiaram o estudo são:

Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN 2007);

Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Província do Namibe, para o período 2013/2017, (PDES 2013);

Lei de Base do Regime Geral do Sistema Nacional do Planeamento, Lei 1/11, de 14 de Janeiro (diário da república Iª Série nº9 14/01/2011);

(⁶) Constituição República de Angola-2010 (art. 91 ponto 2, p.34).

Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU) (Lei nº 3/04 de 25 de Junho);

Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola, Ministério do Urbanismo e Ambiente 2006.

- **Estrutura da dissertação**

Com vista ao alcance dos objectivos propostos, estruturamos o trabalho em quatro partes:

Na primeira parte - **Planeamento, ordenamento, desenvolvimento do território e governança** – efectuamos uma abordagem teórica destes temas tendo em conta os seus princípios e objectivos, sem deixar de referenciar a sua inter-relação. Na sequência faz-se apresentação da problemática que os territórios de África enfrentam face ao tema;

Na segunda parte - **Angola: sistema nacional de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento** – caracterizamos os contextos geográfico, político, demográfico e socio-económico nacional, abordamos a evolução da legislação referente ao tema (SNP e LOTU) e os desafios futuro a percorrer;

Na terceira parte - **Província do Namibe: situação actual, desafios e oportunidades** – diz respeito ao “estudo de caso”. Fizemos a sua caracterização geral e analisamos as causas e as consequências da evolução da ocupação territorial, desde o sistema urbano e a estrutura do povoamento, os assentamentos informais e o funcionamento do poder local na perspectiva do ordenamento do território;

Na quarta parte - **Contributos para o desenvolvimento e a gestão do território na província do Namibe** – procuramos dar soluções aos principais desafios apresentados do ponto de vista estratégico, da governança, da formação e participação dos cidadãos, de forma a despontar a cultura de planeamento, com vista a garantir a qualidade de vida das populações.

- **Metodologias da investigação**

Com vista alcançar os objectivos preconizados e tendo em conta a nossa questão de partida, usamos da seguinte metodologia.

De uma forma geral o trabalho baseou-se numa abordagem qualitativa.

Análise bibliográfica: fez-se um levantamento e análise junto da bibliografia nacional e internacional de temáticas passíveis de aplicação ao ordenamento do território da província do Namibe;

Recolha e análise documental: nesta fase da investigação tivemos como suporte a análise interpretativa dos documentos normativos e orientadores do planeamento e ordenamento do território nomeadamente: Lei de Base do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento, Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU), Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN-2007), Plano de Desenvolvimento Económico e Social, período 2013/2017 (PDES-2013) em Angola;

Entrevistas: as entrevistas dirigidas a técnicos e entidades responsáveis ligadas a área de estudo (Administrações Municipais do Namibe, no Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo-Namibe/INOTU, Instituto de Geodesia e Cartográfico do Namibe/IGCA, Direcção Provincial do Urbanismo, Construção e Ambiente-Namibe, no Departamento da Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo/DNOTU e da Direcção Nacional da Habitação do Ministério do Urbanismo e Habitação/MINUHA). Com as entrevistas pretendeu-se aferir o grau de aplicabilidade, dificuldades das políticas de planeamento e ordenamento do território em Angola e em particular na província do Namibe, constituindo a nossa fonte primária de informação;

Observação directa: permitiu-nos fazer constatações *in loco* e as devidas comparações com a documentação existente. Nesta fase usamos de instrumentos como mapas, quadros e fotografias para enriquecimento dos assuntos aferidos no texto.

2. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO, DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO E GOVERNANÇA: REVISÃO DE CONCEITOS

Nesta primeira parte da investigação é necessário abordar ideias e conceitos sobre a problemática em estudo, como planeamento, ordenamento do território, desenvolvimento e governança concebidos por vários autores, organizações nacionais e internacionais, que constitui o estado da arte.

Os conceitos variam ao longo do tempo e entre países com culturas políticas e modelos sociais distintos, mas é de notar que no estudo da geografia, o planeamento, o ordenamento e o desenvolvimento têm o território como local de intervenção, por isso, não excluindo outros conceitos, percebemos desde logo que, planear, ordenar e desenvolver são elementos decisivos para se alcançar o equilíbrio social, o crescimento económico, ou seja, o tão almejado desenvolvimento sustentável. CARVALHO (2011:13) confirma que, na União Europeia, o território destaca-se como agente dinâmico dos processos de desenvolvimento e como conceito vertebrado das políticas de desenvolvimento, da coesão dos territórios e dos processos de construção social, económicos e políticos.

2.1. Planeamento: conceitos e tipologias

Durante as décadas de 60 e 70, uma nova visão do ordenamento do território desenvolve-se especialmente no Reino Unido e na França. Mas estes dois países desenvolveram diferentemente o conceito de ordenamento do território. Se na França se desenvolvia o conceito de ordenamento do território e os pensadores avançavam neste tema, em contrapartida no Reino Unido explorava-se o conceito de planeamento (GOT-IGEO 2006:13). As suas origens foram separadas e distintas; no entanto, rapidamente vários autores começaram a conjugar os dois conceitos, uns dando-lhes o mesmo significado e confundindo os seus objectivos, outros utilizando-os como processos separados mas necessários um ao outro para uma correcta actuação no território. Assim, falar de ordenamento do território implica falar de planeamento pois estes dois conceitos complementam-se.

- **Conceitos**

Quanto ao conceito de planear, genericamente este significa tomar uma decisão. Para atingir determinado(s) objectivos(s). Como se pode entender, planeamento provém

de plano, sendo que no plano elaboram-se quadros estratégicos e de diálogo, definidos pelos objectivos do ordenamento do território, para o lançamento de projectos e condicionamento dos seus programas. “o acto de planear é inerente à natureza humana. Nesta ordem de ideia REIGADO 2000 cit. por PAPUDO (2007:42) refere que é no *“decorrer do processo de planeamento que surgem frequentemente situações que exigem tomada de decisões”*.

Assim, o *“planeamento, na sua forma mais primitiva, é o processo de relacionamento intuitivo e avulso dos homens com o mundo... e exprime-se através da configuração das estruturas socio-territoriais. Na sua vertente física e de super-estrutura jurídica e económica que regulamenta os direitos de uso, apropriação e utilização”*. (PARDAL e COSTA LOBO, 2000, cit. por PAPUDO 2007:42).

Para GOT-IGEO (2006:13), o planeamento é “um processo de análise (do passado e do presente) de antecipação ao futuro, de programação, de acção, execução, de controlo, de correcção e de avaliação dos resultados”.

GOT-IGEO (2006:14) acrescentam que, o planeamento tem duas visões, sendo que: na sua visão mais restrita e tradicional, o planeamento é uma via para alcançar os objectivos do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável, mediante um conjunto de actividades que detalham aqueles objectivos no espaço e no tempo, geram, avaliam, e seleccionam as diferentes alternativas possíveis para os alcançar, definem os meios necessários e a programação da sua utilização e exercem o controlo e a gestão da execução das acções definidas; numa visão mais contemporânea o planeamento é entendido como um processo que visa coordenar decisões, gerir conflitos e criar consensos entre os diversos agentes que intervêm e que estão interessados na transformação da organização do território. A CEOT remata que: *“o planeamento encerra a componente operacional do ordenamento do território”*. PARTIDÁRIO (1999:36) concorda com a ideia, ao se referir que o *“ordenamento do território motiva o desencadear de uma série de acções, que se concretizam através do planeamento”*.

Ainda assim, PARDAL e COSTA LOBO 2000, (cit. por CLAUDIA PAULO 2011:58), o planeamento, consiste na definição de uma estratégia de intervenção para alcançar objectivos de ordenamento, concretizáveis através de projectos e acções. De uma forma simples, é o procedimento utilizado para se chegar a um determinado objectivo.

Para PEREIRA (2009:92), o plano deve ser entendido “*como um guião das mudanças, clarificador das linhas de rumo a perseguir, mas com capacidade de acolher oportunidades não previstas sem ser posto em causa em permanência*” ou seja, autora esclarece melhor que o plano passa a ser (sobretudo) uma visão concertada entre os protagonistas e ganha particular atenção o seu período de aplicação, monitorizando os resultados que vão sendo conseguidos e (re)enquadrando o processo decisório para oportunidades que se aguardam ou que surgem inesperadamente. Sendo o planeamento operativo e praticável, o instrumento utilizado é o plano, que concretiza num dado momento, todas as opções e compromissos sobre o que se pretende para uma determinada área. Em suma, todos os aspectos da gestão territorial pressupõem o processo de planeamento, consequentemente a existência de planos.

O processo de planeamento é, por isso mesmo, uma actividade contínua, cíclica e deliberada, prospectiva e prepositiva, ligada às decisões e acções, que envolvem julgamentos de valor, face as normas ou “*standards*” de referência que permitem avaliar a sua eficácia” (ALVES, 2001, cit. por CLAUDIA PAULO 2011:58).

Algumas das características mais importantes do processo de planeamento é que obedece a um horizonte temporal, seja participativo e interactivo, tenha ordenação lógica, que as etapas relacionadas entre si e integradas tenham carácter flexível, que se observe o processo estratégico de escolha, que a flexibilidade e a fixação andem lado a lado, que haja criação, tratamento e troca de informação, aprendizagem, amadurecimento e interrogações constantes, que seja cognitivo e que encontre respostas para as dúvidas que surjam (REIGADO 2000, cit. por CLAUDIA PAULO 2011:57).

Neste contexto apresenta-se o ciclo do processo de planeamento (como se ilustra na Fig. 1), integrando as seguintes etapas: formulação de objectivos, inventário da situação existente, análise e diagnóstico, geração e avaliação de alternativas, decisão, monitorização e revisão.

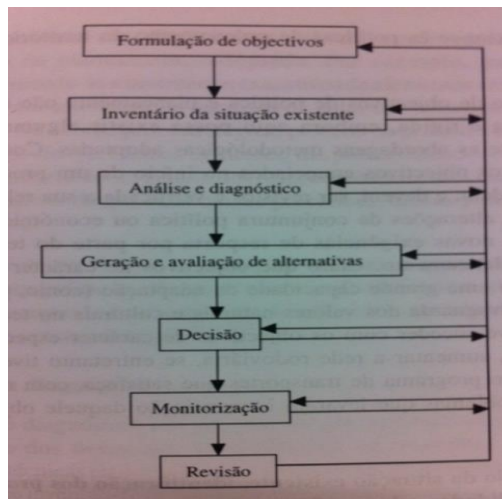


Fig. 1: Ciclo do Processo de Planeamento, Fonte: Partidário (1999: 67)

Para MARSH 1991 cit. por PARTIDARIO (1999:63), o processo de planeamento é actualmente muito complexo, não apenas porque deve reconhecer a existência de vários actores sociais e considerar a sua participação e contributo, mas também por que contém três vertentes fundamentais, que coexistem em interacção dinâmica: a vertente decisional, a vertente técnica e a vertente de desenho de imagem (Fig. 2).

1. A vertente decisional está relacionada com o processo de tomada de decisão, usualmente conduzido por instituição e/ou autoridades formalmente designadas. Envolve a definição de mecanismos e meios para se chegar à formulação de planos e estratégias e às decisões em planeamento. Entre as várias actividades desta vertente incluem-se: a identificação e adjudicação de estudos técnicos, a definição das políticas relevantes, a articulação dos objectivos, a participação na formulação de alternativas de planeamento e a selecção das alternativas de preferenciais para a acção.

2. A vertente técnica inclui serviços e processos de apoio à tomada de decisão, como os trabalhos de inventariação e análise de dados biofísicos, análise de engenharia geotécnica ou hidráulica, avaliação de impactes das propostas de planeamento.

3. A vertente de desenho de imagem diz respeito à configuração visual dos usos, das características biofísicas e das infra-estruturas que serão construídas ou alteradas em resultado das decisões tomadas.

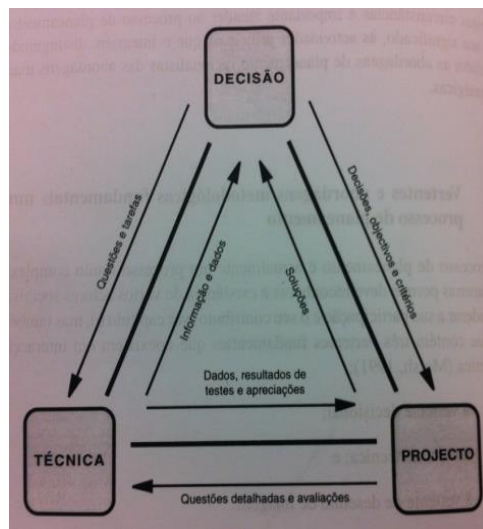


Fig. 2 Relação entre a área de decisional, técnica e de projecto em planeamento
Fonte: Partidário (1999: 64)

Segundo a autora, estas relações são fortemente influenciadas pela abordagem metodológica de planeamento adoptada, existindo uma grande diversidade de procedimentos metodológicos influenciados por duas abordagens bem distintas e fundamentais: a abordagem racionalista e a abordagem estratégica.

Segundo a sua tipologia o planeamento apresenta as seguintes abordagens:

- **Abordagem Racionalista convencional (Físico)**

Em termos conceptuais o planeamento racionalista assenta num plano físico (integrado) em que se parte da fase de diagnóstico (o que existe) para o futuro (alcance dos objectivos pretendidos). Neste tipo de planeamento a contingência espacial é um factor importante, sobre o qual é feito o enquadramento territorial. Este é um estudo essencial que consiste na análise de dinâmicas económicas, demográficas, sociais, fluxos, (ex.: transportes, motivos de deslocações pendular), etc. O estudo comporta um passado recente (na procura de dissecar as razões das dinâmicas actuais e tendências verificadas), no presente e num futuro (horizonte temporal legal do plano)⁷.

O planeamento racionalista convencional, o plano físico, é um *plano regulamentar de uso do solo*, que é vinculativo sobre determinada porção do território, para o qual define o uso do solo, com dois objectivos:

- Produzir um modelo de ocupação para um dado território (consubstanciado no plano);

⁽⁷⁾ Citado em PIR PALOP II (s.d), Projecto Consolidação das Capacidade das Administrações Públicas “Planeamento e Gestão”, capítulo 3, p. 308. Disponível em <http://cooperacao.palop-tl.eu/index.php/biblioteca/manuais-de-formacao/84-manual-de-tecnicas-de-avaliacao-e-gestao-do-ordenamento-do-territorio-cap-3/file>, acesso 15.02.2013

- Concretizar o plano (executar o plano).

Uma das dificuldades apontadas ao planeamento racionalista é a rigidez da sua natureza e a dificuldade em se adaptar a alterações de conjuntura (económica, política, social ou ecológica) o que leva na maioria dos casos a desarticulação à rápida desactualização do plano.

O planeamento afigurava-se como um processo contínuo e cíclico, na procura de soluções optimizadas para a resolução de problemas. O Estado era o actor principal desse processo. Segundo a autora, defende que “é necessário alterações estruturais de carácter comportamental e organizacional: *centrados na cultura do planeamento e na governança* – pretendem apontar caminhos possíveis para ousar fazer diferente na gestão do(s) território(s)”.

- **Abordagem Estratégica**

Contrariamente ao planeamento racionalista ou convencional, o planeamento estratégico caracteriza-se por uma grande flexibilidade e adaptabilidade a contextos de incerteza. O objectivo que está em causa não é produzir um plano, antes identificar e caracterizar problemas e definir formas de os ultrapassar e proceder a um acompanhamento da aplicação das soluções adoptadas, que devem ser corrigidas caso se altere o contexto ou os resultados não correspondam ao esperado.

As estratégias de desenvolvimento mais favoráveis e as medidas de acções que as vão pôr em prática, apoiando-se na definição de cenários que enquadram as estratégias de desenvolvimento, ou seja, se o cenário se alterar em relação as expectativas iniciais, o planeamento deverá rever as anteriores e produzir novas. O resultado final não é um plano enquanto imagem, como no planeamento racionalista, mas um plano enquanto processo integrando um conjunto de estratégias, sem prejuízo de lhe ser dada uma interpretação espacial. FRIEND e JESSOP 1969 cit. por PARTIDÁRIO (1999:28) referem-se então ao planeamento estratégico não como uma sequência linear de acções mas como um modelo cíclico, de contínua interação e incerteza, mais flexível e adaptativo a situações de conflito, mais próximo da realidade do sistema decisional.

FERREIRA (2007:124-126) esclarece que “*o planeamento estratégico não é um sistema normativo, nem um programa, é um projecto de futuro para uma cidade ou região e, sobretudo, um “contrato” de gestão entre actores políticos, económicos e*

sociais para o progresso deste território. Apresenta-se como um novo paradigma de planeamento e gestão susceptível de fazer face aos desafios do desenvolvimento contemporâneo”. Definindo as posições e as decisões a tomar, o autor acrescenta que “*é a modalidade de planeamento mais bem preparada para fazer face aos problemas que o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade vão criando: desigualdades, carências, acentuação das dualidades das sociedades; recursos naturais e ecossistemas em perigo; mutuações económicas e territoriais; escassez de recursos financeiros; e, concorrência entre organizações, empresas e cidades*”.

Nesta abordagem não só há a preocupação com a finitude dos recursos mas também com a participação dos vários agentes com incidências no território. O planeamento estratégico é um processo de condução de mudança, baseada numa análise participativa da situação e da evolução previsível na definição de uma estratégia de utilização dos recursos (escassos) nos domínios críticos. Mais uma vez reforçada a importância da participação pública/privada nas tendências de mudanças.

FERREIRA (2007:126) remata que o planeamento estratégico “*é e deverá ser sobretudo um processo e um conjunto de procedimentos de definição de objectivos-chaves, a longo prazo, e de apoio às decisões que devem ser tomadas, hoje, para que uma organização ou uma coletividade melhore, amanhã, as suas qualidades, rentabilidade, competitividade, “performance” e imagem – decidir e agir hoje para ser melhor no futuro*”.

O planeamento estratégico visa definir um ou vários cenário(s) de desenvolvimento, projectando-os no futuro e sobre os quais define e traça os planos-processos (detalhados acima). Neste tipo de planeamento o território é um produto que tem de ser promovido e a terminologia: oferta, procura, promoção e concorrência/competitividade está presente ao longo de todo processo e intimamente ligada ao território. Ao invés do planeamento convencional, muito mais público e tecnocrático, o planeamento estratégico envolve mais a sociedade civil, exige mais participação e não termina com um plano físico ou plano-imagem, mas sim num plano-processo sobre constante monitorização⁸.

(⁸) idem

Para ZANGUI (1997:3) “*em planeamento não existem territórios iguais, nem tratamentos iguais para territórios diferentes – é um processo cujo desenvolvimento não convém basear-se nas receitas*”.

PEREIRA (2009:93) refere que cultura do planeamento precisa, então, de ganhar (mais) consistência: os territórios carecem de um projecto mobilizador e aglutinador dos interesses em presença, mas também atenção redobrada à gestão do plano, nomeadamente persistência na prossecução da execução dos seus elementos estruturantes e *pró-actividade* nos (re) ajustamentos impostos/aconselhados pelas conjunturas que se vão sucedendo.

É esta cultura de planear que representa um desafio a vencer pelas entidades angolanas.

Em suma, a abordagem mais certa será aquela que melhor poderá fazer uso das melhores características de ambas e evitar as desvantagens. A abordagem racionalista e a abordagem estratégica completam-se e têm vindo a ser prática corrente no exercício do planeamento, independentemente da escala, em diversos países. Numa abordagem racionalista convencional é dado uma maior ênfase ao diagnóstico, e ao desenho do plano-físico. Numa abordagem estratégica é atribuído maior enfoque a fase de participação pública e à intervenção dos autores sociais e económicos, donde vão surgir as ideias que vão orientar o desenvolvimento futuro do território e a qualidade de vida das suas populações.

2.2. Ordenamento: conceitos, princípios e objectivos

- **Conceitos**

A origem da expressão ordenamento do território situa-se nos anos 20 do século passado, no Reino Unido e na Alemanha, tendo surgido como consequência da necessidade de limitar o desenvolvimento das cidades, que se pretendia ordenando e unitário, dentro do seu âmbito territorial “*hinderland*”. Foi, no entanto, a partir da II^a Guerra Mundial e, mais especificamente, a partir das décadas 60 e 70, que o conceito se desenvolveu e se constitui cientificamente, designado em França por “*aménagement du territoire*” ou por “*Town and City side Planing*” e “*Regional Planing*” pelos urbanistas ingleses (FERNANDA OLIVEIRA 2009:7). O termo foi usado oficialmente pela primeira vez em França, em 1950, pelo então Ministro da Reconstrução e do Urbanismo, Claudius Petit que o definiu como “*a procura, no quadro geográfico de*

França, de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e das actividades económicas”. A. CORREIA (2008:73) refere que o ordenamento do território teve a sua origem numa tomada de consciência do significado do espaço como elemento determinante de uma adequada localização das actividades produtivas e como instrumento de correcção dos desequilíbrios regionais e de resolução dos problemas resultantes do crescimento das cidades e da expansão demográfica, para além do reconhecimento de que o desenvolvimento económico, verificado em vários países europeus desde o início da industrialização, deu origem a diferenças acentuadas na repartição territorial da população e nas condições de vida das pessoas. Assim, o ordenamento do território privilegiou originalmente a valorização do espaço numa perspectiva de política económica, através do estímulo à descentralização industrial e ao desenvolvimento da economia. Todavia, nos anos 70 foram incorporados novos objectivos para corrigir o crescimento acelerado, tais como a protecção do meio ambiente, a preservação das riquezas naturais e a melhoria da qualidade de vida.

Segundo o Dicionário de Geografia (BAUD, BOURGEAT e BRAS, 1999:262), o ordenamento do território “corresponde, na maior parte dos casos à vontade de corrigir os desequilíbrios de um espaço nacional ou regional e constitui um dos principais campos de intervenção da geografia aplicada”.

Para o Dictionaire de L’urbanisme et de L’aménagement (MERLIN et CHOAY, 1988:41), o ordenamento do território é a acção e a prática, mais do que a ciência, a técnica ou a arte de dispor com ordem, através do espaço de um país e com uma visão prospectiva, os homens e as suas actividades, os equipamentos e os meios de comunicação que eles podem utilizar, tendo em conta os constrangimentos naturais, humanos e económicos, ou mesmo estratégicos.

O ordenamento do território visa promover o desenvolvimento social e económico, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais, a protecção do ambiente, e a utilização racional do território, conforme referido na Carta Europeia do Ordenamento do Território (1988).

O ordenamento do território segundo PEREIRA DE OLIVEIRA (2006:158), cit. por PAULO CARVALHO (2012:12), *“impõe sempre, portanto um quadro normativo, correto e adequado, que reflecta e que vá ao encontro dos valores maiores da existência dos grupos humanos, tanto nos conhecimentos adquiridos pela vivencia dos homens*

como na pertinência das conquistas éticas e dos conhecimentos técnicos científicos alcançados”.

Fazendo uma breve referência sobre o ordenamento do território nalguns países.

É pertinente realçar conforme já foi aludido acima, que a expressão ordenamento do território teve origem no Reino Unido e na Alemanha, devido à necessidade de limitar o desenvolvimento das cidades no seu âmbito territorial, designado *Hinderland* (interior) ou seja a correcção dos *desequilíbrios inter-regionais*, baseada na planificação económica, que visava a correcção dos referidos *desequilíbrios*.

No entanto a política de ordenamento do território desenvolveu-se e o seu conceito tornou-se muito mais vasto e dinâmico: inicialmente incluía apenas aspectos geográficos, económicos e físicos, mas mais tarde, passou a integrar também o ambiente e a qualidade de vida.

Assim, no **Reino Unido**, muito antes do pós-guerra, desde os finais do séc. XIX, já se sentiam pressões no sentido de promover o desenvolvimento regional. A política desenvolvida vai assentar em duas premissas: a valorização “da mesma forma todos os elementos que se inscrevem no espaço, sejam económicos, sociais ou ambientais”; a existência de “*uma estrutura administrativa descentralizada que procura suprimir a rigidez formal da Administração central*” (FRADE, 1999:36-37 cit. por GOT-IGEO 2006:12), ou seja, é o Parlamento quem legisla, o Governo só irá executar. Desta forma, o modelo anglo-saxónico não regista uma intervenção demarcadamente economicista, tal como nos modelos anteriores. A especificidade da integração dos vários domínios do território no modelo inglês, desencadeia um movimento intelectual e político denominado de “*Regional Planning*”, e que se entende como uma técnica de gestão integrada dos diversos aspectos – geográficos, urbanos, rurais, económicos e ecológicos – que se inscrevem numa dada área” (FRADE, 1999:37 cit. por GOT-IGEO 2006:12).

Na França, segundo CLAUDIUS PETIT (cit. por A. CORREIA 2008:73), o ordenamento do território foi definido como “a procura no quadro geográfico de França de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e das actividades económicas. Neste país o ordenamento do território surgiu como resposta à necessidade de reorganização das cidades destruídas pela guerra e mais tarde como forma de resolver os problemas gerados pela existência de disparidades regionais, em termos

económicos e sociais. *Amenagement du territoire*⁹ é expressão usada neste país envolve um sentido lato desde aspectos ligados com o desenvolvimento e o equilíbrio das estruturas territoriais e aspectos relacionados com o planeamento da estrutura territorial, planeamento do uso do solo e urbano.

De um modo semelhante, na Republica Federal da **Alemanha**, entende-se que a tarefa de ordenamento do território é influenciar a distribuição territorial das *funções existentes (Daseinsfunktionen)* do homem”. Na Alemanha (antes da unificação), as políticas de ordenamento do território tiveram também raízes antes da segunda guerra mundial, em que o país era composto por *Lander* (Estados Federais), com grande autonomia, possuindo cada um deles a sua lei de ordenamento. Em 1965 foi aprovada a Lei Federal de Ordenamento do Território baseada no crescimento económico, justiça social e protecção ambiental.

A Itália e a Espanha também incluíram no seu sistema de planeamento o modelo francês de ordenamento do território.

Em **Itália** o ordenamento do território foi pela primeira vez introduzido em 1962, aquando da revisão da Lei do Urbanismo¹⁰. Esta “previa para as regiões a obrigação de adoptarem um “*Piano Regolatore Generale*” que coordenasse as grandes linhas do ordenamento do território com as opções da planificação económica nacional” (FRADE, 1999:36 cit. por GOT-IGEO 2006). Esta orientação manteve-se presente nos planos territoriais italianos até hoje. Em Itália, até 1962, o modelo de gestão do ordenamento do território que vigorava era o da concertação entre Estado e municípios; depois dessa data com o “*projecto sullo*”¹¹ que trouxe novidades ao plano territorial, a gestão do território passa a ser feita ao nível da região, ainda que contando sempre com a participação do Estado e dos municípios.

No caso de **Espanha**, Luciano Parejo Alfonso (referido por FRADE, 1999:36 cit. por GOT-IGEO 2006:12), “confirmou que a experiência espanhola esteve sempre ligada ao modelo francês, ou seja, a uma concepção tecnocrática do ordenamento do

(⁹) *Amenagement* entende-se no sentido da acção de arrumar, arranjar, ordenar e ou organizar.

(¹⁰) Inicialmente aprovada em 1942, “será o ponto de partida para a evolução da política urbanística e do seu alargamento até à planificação da totalidade do espaço nacional (...)” (Frade, 1999:88).

(¹¹) Este era uma proposta legislativa que ficou conhecida com aquela denominação. “Os seus artigos nº 5º e nº6 determinavam que as regiões estavam obrigadas a adoptar um plano director geral para o seu território, no qual se articulavam as grandes linhas de ordenamento e valorização do território com as opções da programação económica” (Frade, 1999:89).

território como planificação regional que traduzia espacialmente tanto a política económica, como a base da política de urbanismo, o que pressupõem um sistema político administrativo centralizado”. Observaram-se as primeiras medidas com sucesso entre 1964 e 1975, aquando da criação dos Planos de Desenvolvimento Económico e Social, que vieram aplicar os princípios da planificação economicista ao ordenamento do território. Neste país “*ordenación del territorio*” tem a ver também com aspectos do desenvolvimento territorial e equilíbrio da sua estrutura. Porém, o ordenamento é uma tarefa supramunicipal (enquanto o urbanismo é tarefa municipal), tem uma densificação material ampla (abarcando os diferentes sectores da actividade administrativa) e é formulado através da técnica do planeamento.

O ordenamento do território em **Portugal** pode ser entendido como a tradução espacial das políticas económicas, sociais, cultural e ecológica da sociedade, visando numa perspectiva integrada e de longo prazo, a correcta localização, organização e gestão das actividades no território, de acordo com as suas potencialidades e vocações (estabelecidos na LBOTU Lei nº48/98 de 11 de Agosto).

O sistema de planeamento e ordenamento do território de Angola tem grande proximidade com o de Portugal, dada a relação histórico-cultural que liga os dois países.

Segundo A. CORREIA (2008:72), apresentar uma noção de “ordenamento do território” (*raumordnung, aménagement du territoire, regional planning, asseto territoriale, ordenación del territorio*) que seja simultaneamente correcta, completa e precisa, é uma missão difícil ou quase impossível, se consideramos a diversidade de objectivos que com ele se pretende prosseguir e a variedade de meios utilizados.

O ordenamento do território apresenta-se actualmente como uma função pública que visa dar resposta global aos problemas territoriais, como atenta a Carta Europeia do Ordenamento do Território, aprovado pelo Conselho da Europa em 1988. Aqui é definido, como “... *uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política, concebida como uma abordagem interdisciplinar e global que visa desenvolver de modo equilibrado as regiões e organizar fisicamente o espaço, segundo uma concepção orientadora*”, correspondendo à “*expressão espacial das políticas económicas, sociais, culturais e ecológicas de toda a sociedade*”.

Em sentido lato, o ordenamento do território é, pois, *a aplicação ao solo de todas as políticas públicas*, designadamente económicas-sociais, urbanísticas e

ambientais, visando a *localização, organização e gestão* correcta das actividades humanas, de forma a alcançar um desenvolvimento regional harmonioso e equilibrado. Nesta perspectiva, todos os poderes públicos sectoriais estão incumbidos, de diferentes formas de ordenar o território, e por isso corresponde assim, a uma abordagem de *caracter geral e integral de todos os factores que incidem sobre o território ou que implicam a sua utilização*, incorporando quer a planificação física quer a de *caracter socio-económico* (FERNANDA OLIVEIRA, 2009:9-10).

Para esta concepção ampla, a autora ainda refere que, o ordenamento do território tem por objectivo a *distribuição óptima das actividades no espaço regional*, permitindo gerir as suas fontes de riquezas e os núcleos populacionais, organizando-os hierarquicamente em conexão com outras áreas regionais, não perdendo de vista a estrutura global nacional. Por contraposição a esta acepção ampla de ordenamento do território, que o perspectiva como uma incumbência de todas as entidades públicas cujas atribuições incidem sobre o espaço físico, existe a sua concepção restrita, que o faz corresponder a uma *específica atribuição* que tem por conteúdo *harmonização e coordenação* das acções levadas a cabo pelas diferentes Administrações públicas que actuam sobre o território no desempenho das suas competências. Tanto um como outro apontam a necessidade de se ter em conta os múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais, com o objectivo de partilhar os diversos interesses.

Todavia, o ordenamento do território procura corrigir as desigualdades geradas ao longo dos anos entre as várias regiões de um mesmo país, envolve múltiplas realizações que se concretizam em curto, medio e longo prazo (FERREIRA MENDES cit. por FERNANDA OLIVEIRA 2009:13). A. CORREIA (2008:82) refere que o “*ordenamento do território visa, assim, garantir uma certa igualdade entre as pessoas, procurando pôr termo a situação chocante de um homem que vive numa região não dispor de condições de vida e de trabalho semelhantes e não ter as mesmas chances de progredir que um homem que vive noutra região*”. É nesta perspectiva que se enquadra a esta dissertação, sabendo de antemão que o ordenamento do território, na sua *concepção moderna*, representa uma nova dimensão da política económica reportada ao desenvolvimento regional, que procura, por um lado, a descongestionamento das áreas de maior aglomeração urbano-industrial e, por outro lado, o desenvolvimento de cidades de pequenas e média dimensão, colocando os problemas numa perspectiva de antecipação (o que representa o caso de Angola, onde as cidades do litoral estão

congestionadas e o interior quase desabitado) torna-se mais do que necessário a aplicação das técnicas do ordenamento do território com vista à redução do desemprego, pobreza, desequilíbrios socio-económicos regionais, riscos naturais, bem como uma maior valorização dos territórios locais.

A política de ordenamento do território é hoje adoptada em larga escala nos países da Europa e a nível da EU (como descrito acima), o que como se refere A. CORREIA (2008:74), o que em parte pode justificar o desenvolvimento dos países membros, podendo servir de exemplo para África e Angola em particular.

Por sua vez, no que diz respeito a Angola, a Lei 03/04 de 25 de Junho, marca os passos necessários para elaboração do sistema de ordenamento do território e do urbanismo e da sua acção política desejável, que a define: *“o ordenamento do território é um sistema das normas, princípios, instrumentos e acções da administração pública, que tem por função administração e a gestão do espaço biofísico territorial, urbano e rural, e em termos de enquadramento disciplina, defesa e valorização da sua ocupação das pessoas singulares e colectivas, privadas e públicas com vista a garantia do desenvolvimento socio-económico, do bem-estar social defesa do ambiente e qualidade de vida dos cidadão e particulares¹²”*.

A Lei atribui ao Estado o dever de ordenamento do território, cabendo às autarquias locais a obrigação de intervir nas áreas sob a sua jurisdição e às comunidades rurais o poder de participar nas acções destinadas ao ordenamento e à elaboração de planos territoriais. As autarquias estão previstas na lei, mas ainda não estão em funcionamento, cabendo aos governos provinciais e municipais a elaboração dos planos, conhecendo a importância dos planos directores municipais para a gestão territorial local.

O Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT) é elaborado nos termos da Lei de Bases Gerais do Ordenamento do Território e Urbanismo, como instrumento do Sistema Nacional do Planeamento e da Política Nacional do Ordenamento do

(¹²) Lei nº 3/04 - Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (doravante, LOTU) (Diário da República, I Série nº 51, de 25 de junho de 2004 p. 102), em concordância com a Lei 1/11 - Lei Geral do Regime do Sistema Nacional de Planeamento (Diário da República Iª Série Nº 9, de 14 de Janeiro, p. 233).

Território e Urbanismo (PNOTU)¹³, assunto que vamos desenvolver nas sessões a seguir.

Portanto, outro elemento a ter em conta é o **território**, que também deve ser analisado enquanto alvo do processo de ordenamento. Para se alcançar um elevado patamar no entendimento do território é necessário o conhecimento da actual realidade sócio-territorial, da sua história, das ideias ou intenções para utilizações e transformações futuras. É factor decisivo, para o sucesso das políticas de ordenamento do território e sua aplicação, a percepção e conhecimento do espaço, de forma global, mas sintetizada.

O facto do ordenamento do território ser **pluridisciplinar**, pois inclui aspectos da geografia, da economia, da sociologia, do urbanismo, do direito etc. Para se englobar cada um destes aspectos no processo de ordenamento do território é necessário que se realizem sínteses, para que este seja completo mas não longo. Dito por outras palavras, “o ordenamento do território deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais, que influenciam a organização do espaço, o carácter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições sócio-económicas e ambientais” (CE, 1988 cit. por GOT-IGEO 2006:3) como acima referido.

• **Princípios**

A Carta Europeia de Ordenamento do Território (CE OT 1988:10) aponta quatro princípios com vista a conciliar interesses (entre os diferentes níveis com poderes de decisão), e harmonizar o relacionamento entre os vários intervenientes: Democrático, Integrado, Funcional e Prospectivo.

1º Democrático: deve ser conduzido de modo assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos;

2º Integrado: deve assegurar a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global;

3º Funcional: deve ter em conta a existência de especificidades regionais, fundamentadas em valores culturais e interesses comuns que por vezes ultrapassam

(¹³) Lei 1/11 - Lei Geral do Regime do Sistema Nacional de Planeamento (Diário da República, I Serie nº 9, de 14 de Janeiro de 2011, pp. 234-236).

fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa dos diferentes países;

4º Prospectivo: deve analisar e tomar em consideração as tendências e desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.

O Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) (Conselho de Ministro Estados-Membros em Postdam 1999)¹⁴ propõe uma intervenção concertada em matéria de desenvolvimento espacial, afim de se corrigir as disparidades no espaço comunitário e consagra 3 (três) princípios directores:

1º O desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado e policêntrico e a criação de uma nova relação cidade-campo;

2º A garantia de uma igualdade de acesso às infra-estruturas, e;

3º A gestão inteligente e a preservação da natureza e do património cultural.

ALVES (2007:51-52) acrescenta ainda mais alguns princípios que considera fundamental no ordenamento do território:”

i) *Justiça social*: que se desenvolve através dos princípios da igualdade e da equidade;

ii) *Igualdade*: promove a organização territorial que garanta, de forma generalizada, as mesmas condições e oportunidades de acesso a bens e serviços a todos os cidadãos;

iii) *Equidade*: que trata de forma equitativa os cidadãos, as organizações e os territórios; estabelece a perequação na distribuição dos recursos públicos, designadamente os financeiros, entre territórios mais desenvolvidos e territórios menos desenvolvidos, de forma a corrigir desequilíbrios e distorções existentes nos níveis de desenvolvimento;

iv) *Interesse público*: em que a intervenção dos Estado e dos poderes públicos, sobre o territórios, deve prosseguir sempre finalidades de interesse colectivo;

(¹⁴) FERRÃO (2004:51). EDEC - Documento de natureza intergovernamental, indicativo e não obrigatório.

v) *Liberdade e responsabilidade*: que garante a liberdade de intervenção individual e da iniciativa privada na organização do território, desde que no cumprimento das normas e directrizes e na garantia do interesse publico;

vi) *Legalidade e do direito*: em que a intervenção da Administração Publica na prossecução do interesse público tem que estar vinculado aos direitos e interesses privados consagrados pela lei ou que decorrem do próprio planeamento;

vii) *Sustentabilidade*: que promove a organização do território que salvaguarda e proteja valores e recursos perenes, como sejam os naturais, culturais e ambientais; e promova a sustentabilidade da organização do território, de modo a viabilizar a estrutura territorial,

viii) *Equilíbrio*: que fomente uma organização territorial sem grandes assimetrias de desenvolvimento, mobilizando os recursos e factores locais e regionais;

ix) *Solidariedade*: que se preocupa com os territórios mais e menos desenvolvidos e as gerações presentes e futuras;

x) *Descentralização, autonomia administrativa e subsidiariedade*: que crie diferentes níveis de poder e de administração do território, dota-os de atribuições, competências e de meios de intervenção próprios à promoção de decisões aos níveis mais adequados e, sempre que possível, o mais próximo do cidadão;

xi) *Participação e responsabilidade partilhada*: que crie os mecanismos e as estruturas que permitam às populações e aos seus representantes participarem nas decisões que lhes dizem respeito e na elaboração, aprovação e avaliação dos planos que incidam sobre organização territorial;

xii) *Coordenação, concertação, contratualização e parceria*: que abrange intervenções e decisões sobre o território de diferentes políticas sectoriais, níveis de poder e de iniciativa publica ou privada;

xiii) *Eficiência e racionalidade*: na utilização parcimoniosa de recursos naturais, culturais e financeiros e na disposição ou oferta dos bens e serviços da responsabilidade do Estado”.

Portanto, os países vão definindo os seus princípios em função de cada realidade, a que não diferem muito com relação as que foram citadas acima (CEMAT EDEC). A maior parte dos países da EU, elaboram os seus princípios em conformidade com estes documentos, com vista acolher benefícios desta entidade apesar de não serem documentos vinculativos.

- **Objectivos:**

Segundo FERNANDA OLIVEIRA (2009:13), o ordenamento do território enquanto política pública, visa prosseguir os objectivos: a) da distribuição racional, em termos geográficos, das actividades económicas; b) do desenvolvimento socio-económico e do restabelecimento de equilíbrios entre partes e regiões do mesmo país; c) da melhoria da qualidade de vida; d) da gestão responsável dos recursos naturais e da protecção do ambiente, bem como da utilização racional do território.

MERLIN e CHOAY 2000 cit. por (GOT-IGEO, 2006:7), apontam também alguns objectivos específicos do ordenamento do território (designa dos como campos de aplicação):

- “Definição, evolução da armadura urbana e eventualmente o reforço da rede urbana (...);
- Ordenamento, desenvolvimento e protecção das zonas rurais;
- Desenvolvimento e localização das actividades (em todos os países se privilegiava a política de implantação das indústrias, antes de se descobrir, depois de 1960 a importância de uma política de localização das actividades terciárias);
- Planificação e prioridade no desenvolvimento das redes de infra-estruturas (auto-estradas, caminhos de ferro, portos, meios aéreos, telefone) e cada vez mais, das infra-estruturas imateriais (telecomunicações, informática etc.);
- Implantação de grandes equipamentos susceptíveis de ter um efeito de entretenimento económico (universidades, centros de investigação, etc.);
- Ordenamento de regiões turísticas, e em particular para as mais cobiçadas e as mais frágeis dentro destas (montanha e litoral), definição de uma política associando o desenvolvimento económico local, a exploração dos recursos turísticos e a protecção do espaço.”

Nesta mesma ideia ALVES (2007:53) sistematiza os objectivos gerais do ordenamento do território da seguinte forma:”

- i) Gestão racional dos recursos naturais e do ambiente;
- ii) Melhoria da qualidade de vida, e do bem-estar social das populações (coesão económica e social);
- iii) Distribuição harmoniosa e equilibrada das populações, das actividades económicas e das funções urbanas;
- iv) Satisfação das necessidades de solo urbanizado;
- v) Defesa e valorização do património natural e cultural;
- vi) Reabilitação e revitalização dos centros históricos;
- vii) Revitalização do mundo rural e esbatimento das diferenças entre o urbano e o rural;
- viii) Desenvolvimento de actividades económicas, sociais e culturais”.

ALVES (2007:53) afirma que: os objectivos do ordenamento do território poderão ser globais ou parciais a nível territorial ou sectorial, variando de país para país e de região para região, e ainda ao longo do tempo. Por vezes ainda apresentam diferentes graus de importância aos diferentes níveis territoriais, pois cada um destes constitui um espaço privilegiado para identificação e superação de problemas específicos.

Nesta conformidade de ideia a CE (1988:11), apresentou um conjunto de objectivos fundamentais e específicos:”

- *Desenvolvimento socio equilibrado das regiões*: o OT deve procurar conter o desenvolvimento das regiões superpovoadas ou sujeitas a um desenvolvimento demasiado rápido, encorajar o desenvolvimento das regiões atrasadas e manter ou adaptar as infra-estruturas indispensáveis a recuperação económica das regiões em declínio ou ameaçadas por graves problemas de emprego;
- *A melhoria da qualidade de vida*: quer se trate de habitação, trabalho, cultura, recreio ou, ainda das relações no seio das comunidades humanas;

- *A gestão responsável dos recursos naturais e a protecção do ambiente:* promovendo estratégias que minimizem entre a procura crescente de recursos naturais e a necessidade da sua conservação, o ordenamento do território procura assegurar uma gestão responsável do ambiente, da água, da fauna e flora, bem como do património cultural e arquitectónico;
- *Utilização racional do território:* ... o OT ocupa-se em particular da localização, organização e desenvolvimento dos grandes complexos urbanos e industriais...;
- *Implementação dos objectivos do ordenamento do território:* ... o ordenamento do território traduz uma vontade de integração e coordenação interdisciplinar e de cooperação entre as autoridades envolvidas (publicas e privadas);
- *Coordenação entre os diferentes sectores:* este esforço de coordenação respeita essencialmente, a distribuição da população, das actividades económicas, do habitat, dos equipamentos colectivos e tantos outros serviços básicos;
- *Coordenação e cooperação entre os diversos níveis de decisões, obtenção de recursos financeiros:* as várias autoridades envolvidas na política de ordenamento do território, necessitam que lhe sejam dadas competências para decidir bem como meios financeiros adequados. Com vista assegurar uma coordenação optimizada entre os níveis locais, regionais, nacionais e europeu;
- *Participação das populações:* toda a política de ordenamento do território qualquer que seja o seu nível deve ser baseada na participação activa dos cidadãos”.

Em gesto de conclusão PAULO CARVALHO (2012:27) remata “os maiores problemas estão relacionados com o atraso e/ou insuficiência de elementos legislativos complementares, a operacionalização das orientações e normativas¹⁵ e, a coordenação de intervenções de diversas entidades públicas com responsabilidade sobre o

(¹⁵) Cito aqui em Angola a falta dos PPOT, PDM e outros com relevância na gestão do território, ficando quase que confinado toda ideia a se pratica na LOTU.

território... reforçando mesmo que a actuação prática das entidades públicas é outro campo que deve merecer maior atenção”. O que é uma realidade em Angola.

2.3. Desenvolvimento: conceitos, medições e relacionamento com o planeamento e o ordenamento do território

- **Conceito**

Parafraseando CARDOSO (1996:194), “*desenvolvimento é um conceito polémico, tem sido definido de maneiras que vão desde o mero crescimento do rendimento monetário per capita*¹⁶, sem curar da forma, meios, durabilidade e consequências desse crescimento, até sofisticadas formulações que o crescimento económico mensurável associa transformações estruturais e componentes de natureza política, cultural e social”. GILSON DE OLIVEIRA (2002:40) refere que “*o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente humana e social*”.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e habitação) (VASCONCELLOS e GARCIA 1998:205 cit. por GILSON DE OLIVEIRA 2002:38).

Todavia, é consenso definir desenvolvimento como a garantia das necessidades básicas das populações, não escapando da ideia de melhoria e progresso.

Dentro deste contexto, nos limitamos em alguns conceitos que ao nosso ver têm forte ligação com o planeamento e ordenamento do território, entendamos o desenvolvimento como barómetro dos frutos de toda envolvente e resultantes das políticas territoriais, tais como:

(¹⁶) **Renda per capita** ou **rendimento per capita** é um indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento económico de um país ou região (é a soma dos salários de toda a população dividido pelo número de habitantes) e consiste na divisão da Renda Nacional, Produto Nacional Bruto (PNB) menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indirectos pela sua população.

O **desenvolvimento Económico** é avaliado pelo nível de bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos tendo em conta o fácil acesso a assistência social, saúde, alimentação, transporte, habitação e outros serviços, assim, o crescimento económico não corresponde ao desenvolvimento mas, para que haja desenvolvimento tem de haver crescimento económico;

Desenvolvimento Territorial, este é entendido como processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada, envolvendo as componentes físicas (infra-estruturas, paisagens urbanas e rurais) e também a estrutura territorial ou padrão do povoamento, isto é, a distribuição geográfica da população e das suas actividades (DGOTDU, 2011:9-10);

Outro conceito amplamente usado é o de **desenvolvimento sustentável**. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1983, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da UN. É a forma de desenvolvimento que não esgota os recursos, conciliando o crescimento económico e a preservação da natureza, e satisfaz as necessidades das gerações actuais sem comprometer as das gerações vindouras.

- **Medições**

A medição do desenvolvimento de uma região ou país é feita na base de dois indicadores: os de natureza económica: Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB), os de natureza social: esperança de vida, taxa de analfabetismo, taxa de mortalidade infantil, etc.

O desenvolvimento humano é medido através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cuja fórmula é: $IDH = 1/3 (IR+IEV+IE)$, onde IR, IEV e IE são respectivamente, os índices de rendimento, de esperança de vida e de educação. (GRAÇA 2012:46). Os países classificam-se em países de baixo, médio e alto desenvolvimento humano, se o seu IDH se situar nos intervalos de 0,0 à 0,499, de 0,5 à 0,799 e de 0,8 à 1,0, respectivamente.

- **Relacionamento planeamento, ordenamento e desenvolvimento**

O planeamento, o ordenamento do território e desenvolvimento assumem uma grande cumplicidade dado que procuram encontrar as melhores formas para garantir a qualidade de vida das pessoas (acesso à saúde, educação, alimentação, habitação,

emprego, meio ambiente, etc.). Assim, estes três conceitos são indispensáveis para gestão eficiente dos recursos disponíveis em cada região.

2.4. Contributos da governança para a gestão do território

A governação do(s) território(s) é assumida pelo Estado (Governo), de modo mais ou menos centralizado e normativo, estando o poder referenciado a uma determinada estrutura administrativa de base territorial. Com a democratização das sociedades ocidentais, foi alterado o quadro de governabilidade dos territórios: por um lado, a tendência para a descentralização do poder político forçou a redefinição das competências estatais, com a criação de estruturas regionais e locais descentralizadas; por outro, o reforço da sectorialização (especialização) ao nível central, a par da desconcentração territorializada de alguns serviços, implicou também alterações relevantes. Estas mudanças exigem à governação moderna mecanismos de articulação e coordenação (verticais e horizontais) para impedir a perda da unidade do conjunto e para assegurar eficácia ao funcionamento desta estrutura mais complexa. (PEREIRA, 2009a:820).

O conceito de governança (“*governance*”) chegou à ciência política e da administração, buscando uma gestão mais inclusiva e co-responsabilidade dos assuntos públicos, ao contrário dos tradicionais modelos (governo) mais impulsivo e burocráticos (FARINÓS, 2008:12).

Assim, a governança pode ser definida como “a capacidade dos actores, públicos e privados conseguirem um consenso organizacional para definir objectivos e uma visão comum para o futuro desse território, e cooperam para sua concretização” (PEREIRA, 2009a:822). *Pressupõe, uma gestão territorial participada*, envolvendo administração, actores económicos e sócio-culturais e cidadãos para responder às necessidades de um qualquer território através de uma cooperação estruturadas e voluntaria, em que os envolvidos estão predispostos a agir em conjunto. Assim, *a governança territorial é compreendida como uma prática/processo de múltiplas relações organizacionais que caracterizam as interações entre os actores e diversos interesses no território*. O resultado desta organização é o desenvolvimento de uma visão partilhada do território, necessário para a coesão territorial sustentável para os diferentes níveis (supranacional, nacional, regional e local), e para as tomadas de decisão (relacionamento, negociação e consenso) (FARINÓS, 2008: 14, 15 e 22).

A relação entre governo e governança pode ser visto como um processo incremental pelo qual a nova governança melhora limitações nas formas tradicionais de governo, caracterizada pela participação, coordenação, cooperação e da consulta (FARINÓS, 2008:25).

Dado o sistema político e administrativo fortemente centralizado (partidário) que se observa no território angolano, os princípios da boa governança constituem uma oportunidade para melhor gerir os conflitos e interesses existentes, visto que a governança afigura-se como um instrumento social e inovador para fortalecer a democracia, uma nova cultura política baseada numa participação mais abrangente, como vimos as novas práticas de governança conduzem as formas de governos mais consolidados e formais.

Segundo a CCE (2001:11) são cinco os princípios em que se baseia a boa governança. Das ideias aí constantes, importa aqui destacar aquelas que podem ter aplicação no caso angolano.

1-Abertura: as instituições deverão trabalhar de uma forma mais transparente. Deverão utilizar uma linguagem acessível ao grande público e facilmente compreensível.

2- Participação: a qualidade, pertinência e eficácia das políticas dependem de uma ampla participação através de toda a cadeia política – desde a concepção até à execução. O reforço da participação cria uma maior confiança no resultado final e nas instituições que produzem as políticas.

3-Responsabilização: Cada instituição deve explicar a sua acção e assumir as responsabilidades correspondentes.

4-Eficácia: as políticas deverão ser eficazes e oportunas, dando resposta às necessidades com base em objectivos claros, na avaliação do seu impacto futuro e, quando possível, na experiência anterior. As políticas devem ser aplicadas de forma proporcionada aos objectivos prosseguidos e as decisões adoptadas ao nível mais adequado.

5-Coerência: as políticas e as medidas deverão ser coerentes e compreensíveis. A coerência implica uma liderança política e uma forte responsabilidade por parte das instituições, para garantir uma abordagem comum e coerente no âmbito de um sistema complexo.

Estes princípios podem ser de grande valia para o território angolano.

2.5. Enquadramento: planeamento e ordenamento do território em África

Neste ponto abordamos o planeamento e o desenvolvimento em África, as diversas organizações e/ou sub-regiões existentes no continente, seus contributos no desenvolvimento do continente, bem como o contraste da planificação urbana *versus* crescimento populacional. Segundo GOITIA (2010:10) “ *o problema da cidade, como tal, translada-se para o problema da situação ou estado político dos seus habitantes, os cidadãos.*”

- **Planeamento e Ordenamento do Território em África**

As iniciativas do planeamento em África datam da estruturação da divisão entre estados e línguas, resultou da África pelas potências colonias europeias na conferência de Berlim em 1885. Esta conferência teve como objectivo organizar e reger a ocupação do seu território pelas colónias, de se estabelecer um espírito de entendimento mutuo as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em África, garantindo a todos os povos as vantagens. Nesta conferência não se deu a partilha da África na sua integridade mas sim a defesa dos interesses e imposições de algumas potências sobre as outras. A partilha criou conflitos na sociedade africana, problemas étnicos, económicos e políticos.

Com o esgotamento das potências, o fim da II Guerra Mundial, a abolição da escravatura e a difusão das ideias democráticas, nascia uma nova era para África. De um lado, os ideais do nacionalismo africano e do pan-africanismo, levando as populações nativas à luta pelas suas independências, a luta contra o subdesenvolvimento e os choques entre os mundos socialistas e capitalistas pelo predomínio político no continente.

A África é um continente com aproximadamente 30 milhões de Km² é o segundo continente mais populoso do mundo (atrás da Ásia), a sua população vem crescendo a uma taxa de 2,3% ao ano, mais que o dobro da população asiática (1% ao ano). A população da África ultrapassou pela primeira vez a marca de um bilhão em 2009, e estima-se que cresça mais um bilhão em apenas 35 anos (até 2044), mesmo se a taxa de fecundidade cair de 4,6 filhos por mulher, como em 2005-2010, para 3 filhos por mulher, em 2040-2045 (UNFPA, 2011:5). É um continente bastante agrário, pois

cerca de 62% da população habitam no meio rural, enquanto somente 38% moram em cidades. A população espacial é muito irregular, grande parte dela se encontra nas cidades dos países litorâneos e no vale do rio Nilo, enquanto, que as áreas desérticas e florestas densas são quase que inabitadas.

A percentagem da população mundial que habitam nas cidades cresce de ano para ano. O crescimento mais significativo da população urbana ocorre nas regiões menos desenvolvidas do mundo, sendo que em África as taxas de crescimento urbano, a quase 4% ao ano, são as mais rápidas do mundo (*United Nations Population Division* 2001). Este relatório prevê que as taxas de crescimento atingirão uma média de 3,5% anual nos próximos quinze anos, o que significa que a proporção da população urbana de África no mundo passará de 10% a 17% entre 2000 e 2015.

A África do Norte é a sub-região mais urbanizada, com uma média de população urbana de 54%, seguida da África Ocidental 40%, África Meridional 39%, África Central 36% e das ilhas do Oceano Índico Ocidental 32%. A África Oriental é a sub-região menos urbanizada, onde apenas 23% da população vive em áreas urbanas (*United Nations Population Division* 2001). Malawi tem a taxa de crescimento urbano mais alta de África.

Segundo, TRINDADE (2000:234), o crescimento natural da população e o êxodo rural não permitiram que as autoridades, coloniais primeiro e nacionais depois, controlassem e gerissem da forma mais eficaz o espaço disponível. Assim, gerou-se um misto de planeamento e improvisado e de crescimento planeado e espontâneo cuja face mais visível é a disseminação de bairros de lata em redor das cidades (que as sitiam) e a proliferação do fenómeno *squatter*¹⁷ ou das *squatter towns*, em cidades como Luanda, Beira, Maputo, Kinshasa, Kampala, Libreville, Bangui, Addis Abeba, Yaoundé, Dakar, entre outras.

Além de haver mais pessoas vivendo nas cidades, as próprias cidades africanas estão cada vez maiores e mais numerosas. Actualmente há 43 cidades na África com mais de um milhão de habitantes, número que deve chegar a 70 em 2015. Essa elevada taxa de crescimento urbano deve-se à migração de áreas rurais para urbanas, muitas vezes devido a conflitos, e ao crescimento natural da população. As pessoas abandonam

(¹⁷) O termo *squatter* anda associado a ideia de bairro pobre, bairro de lata e tudo aquilo que faz lembrar condições difíceis de habitabilidade e maus índices gerais de vida na cidade.

as áreas rurais devido ao declínio da produtividade agrícola, à falta de oportunidade de emprego e à falta de acesso a infra-estruturas físicas e sociais básicas.

TRINDADE (2000:227) refere que “*pensar o futuro de África e dos seus povos em termos de progresso e prosperidade é equacionar igualmente o crescimento das suas cidades e a sua harmonização com o território... e também com os fenómenos sócio-políticos a elas associados*”. O autor vai mais além, ao referir que o destino das cidades determina, cada vez mais, o destino e as vicissitudes das regiões e mesmo das nações. Isto é, as cidades, tal como se apresentam, são causa e consequência do desenvolvimento sócio-económico e da harmonia do território em que se inserem, decorrendo situações positivas de ordenamento equilibrado do território, ou situações negativas de assimetrias regionais, marcadas por distorções no desenvolvimento local, regional ou nacional do país (TRINDADE, 2000:241).

FADIGAS (2010:9), refere que, as cidades estimulam a vida que as anima e abrem as esperanças e expectativas de quem nelas procura segurança, emprego, sobrevivência, conforto e futuro... por isso, nas regiões menos desenvolvidas, naquelas onde as expectativas de vida são mais baixas e a segurança e o conforto não existem, a percentagem de população que vive nas cidades é cada vez maior. Porque nelas se concentra a esperança de fuga à miséria que para elas empurra os deserdados dos territórios pobres e sem futuro visível. Que é o caso das cidades africanas onde prevalecem o desconforto e a insegurança.

Em contrapartida, as tendências urbanas em África deram origem as novas formas de vida nas suas cidades. Um deles é o crescimento de um sector informal grande e complexo de actividades económicas e sociais em pequena escala (O Papel das Cidades no Desenvolvimento do País. Maputo/Moçambique-2005. Relatório da Conferência). O mesmo relatório ainda explica que, segundo especialistas urbanos, os serviços para as populações mais pobres em zonas urbanas só têm êxito quando incluam toda a população e quando seus planeadores e administradores tenham uma visão inclusiva do desenvolvimento.

O continente africano, apesar de pouco industrializado e pouco consumista, tem uma posição mais vulnerável do que os países desenvolvidos e fortemente industrializados. Daí a necessidade de se adoptar um modelo de desenvolvimento prático e adaptável ao território. Segundo GUEDES (2011:24), “*uma medida indispensável é auto-suficiência*, sabendo dos altos custos de importação dos materiais

de construção”. O que pode e deve vir do exterior são as novas técnicas e concepções de construção, que permitem uma utilização mais racional da matéria-prima. O autor afirma mesmo que o sector da construção só poderá ser verdadeiramente fomentado através de um *novo modelo de crescimento económico*, que tenha por base um desenvolvimento ecologicamente sustentável: deverão ser incrementadas medidas para a promoção de materiais de baixo custo, com desenvolvimento de tipologias e tecnologias de construção local, que se revelem determinantes e eficientes.

A Organização de Unidade Africana (OUA)¹⁸, actual União Africana (UA), é a maior organização política do continente. Entre os seus objectivos destacam-se: promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos; coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida melhor para os povos de África; defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos; promover a cooperação internacional, respeitando a Carta da UN e Declaração Universal dos Direitos Humanos e coordenar e harmonizar as políticas dos estados membros nas esferas políticas, diplomática, económicas, educacional, cultural, da saúde, ciência, bem-estar e defesa.

Para ROQUE (2012: 179) “*a integração regional é um vector fundamental das estratégias de desenvolvimento de África*”, pois desde início dos anos de 1960 foram criadas várias Comunidades Económicas Regionais (CER). Em 2007, a UA aprovou a “Declaração de Accra” cujo objectivo era acelerar a integração económica e política do continente, o que resultou nas actuais oito comunidades económicas regionais, a saber: Comunidade dos Estados Sahelo-sariano (CEN-SAD); Comunidade da África Ocidental (CAO); Comunidade Económica dos Estados da Central (CEEAC); Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); União do Magrebe Árabe (UMA); Mercado Comum para a África Austral e África Oriental (COME-SA); Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Estas importantes organizações regionais/blocos do continente têm procurado reduzir as assimetrias regionais celebrando vários acordos entre países. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), criado em 2001, está centrada numa visão comum a longo prazo e numa convicção firme dos líderes africanos de que é uma obrigação urgente trabalhar

(¹⁸) Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada a 25 de Maio de 1963 em Addis Ababa, Etiópia, a OUA foi substituída pela União Africana (UA) a 9 de Junho de 2002.

para erradicar a pobreza dos seus países e colocar o continente no caminho do desenvolvimento sustentado, no contexto de uma economia globalizada. A NEPAD é considerada o programa mais abrangente para o renascimento do continente (ROQUE, 2012:27-66).

Dada a integração de Angola na SADC, o país pretende aderir à zona de livre comércio da SADC¹⁹ em 2015. Esta estratégia económica da região tem como objectivo reforçar a integração económica e a industrialização rápida desta sub-região do continente. A SADC tem como principal parceiro económico externo a UE com quem realiza importantes trocas e tem recebido financiamento em vários projectos desde o combate ao HIV-Sida, seca e a pobreza, constituindo as principais metas do grupo. Sendo a SADC de grande relevância para o desenvolvimento económico coordenado desta sub-região do continente, tem como objectivos principais: estimular o comércio de produtos e serviços entre os países membros; diminuir a pobreza da população de todos os países membros e melhorar a qualidade de vida; maximizar o uso dos recursos naturais da região; promover o crescimento sustentável dos países do bloco; promover a paz e bons relacionamentos políticos na região, actuando para evitar conflitos e guerras; cooperação socioeconómica e política na região; buscar soluções em comum para os principais desafios da região e reduzir e unificar as tarifas alfandegárias e taxas de importação e exportação nas relações comerciais entre países membros.

Sendo um dos objectivos principais a exploração sustentável dos recursos naturais, incluindo os hídricos, pois a geração de energia eléctrica constitui um desafio para os Estados-membros. Tendo como linha de orientação o “Documento Conceptual da SADC sobre Partilha de Benefícios, Gestão e Transfronteiriça de Recursos Hídricos e Desenvolvimento”, as Repúblicas de Angola e a da Namíbia, têm reforçado a sua cooperação no sector da energia e água, nomeadamente, a construção da barragem de Calueque e Jamba Ya Mina, bem como a regularização do caudal do Rio Cunene²⁰. O rio Cunene é um recurso transfronteiriço entre os dois países, os acordos sobre o uso datam dos anos 60, mantendo-se inalterados em muitos aspectos até ao presente, apesar do período conturbado subsequente à independência de Angola e da Namíbia,

(¹⁹) Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (na sigla inglesa, SADC) é a organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral, composto por 15 países: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Ilhas Maurícias, Ilhas Seichelas, Madagascar, Moçambique, Namíbia, RD Congo, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe. Fundada em 1992.

(²⁰) www.minerg.gv.ao acesso 05.09.2013.

mantendo-se os respectivos benefícios (infra-estruturas, finanças e produção de energia). Este acordo é considerado um dos exemplos de partilha de bens na região.

Passados mais de 40 anos desde a descolonização de África, a complexidade da planificação urbano-rural ainda se mostra de difícil resolução, bem como os desafios impostos ao crescimento da população, às cidades e às políticas sociais que até a data não estimulam o processo de redistribuição espacial das populações em todas regiões de África.

Em geral, é um continente pobre, com baixos índices de desenvolvimento económico. A renda per capita por exemplo ronda os 850,00 dolar. O PIB da África representa apenas 1% do PIB mundial, grande parte dos seus países têm um parque industrial exíguo (excepto África do Sul, Egipto, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia), enquanto outros nem sequer são industrializados, vivendo bastante da agricultura.

Devido ao lento crescimento económico de muitos países africanos, à falta de políticas de desenvolvimento concretas e a um número cada vez maior de pequenos domicílios, as redes de infra-estruturas não podem alcançar o ritmo da premente necessidade de abrigo e serviços para as populações urbanas em crescimento. Como consequência, muitas cidades africanas têm um número cada vez maior de assentamentos irregulares superpovoados. O planeamento inadequado das habitações e dos assentamentos também podem contribuir para reduzir a segurança e aumentar criminalidade nas cidades africanas.

Para ROQUE (2012:44-45), o caminho para alcançar a transformação económica democrática em África coloca, de facto, desafios reais, dadas as experiências recentes em muitos dos países, relacionados com os efeitos das guerras civis e inter-Estados, bem como as dificuldades pós-conflito de construir um verdadeiro empenhamento na reconciliação nacional e regional. Por isso, a fraqueza da cultura democrática e da sociedade civil, a corrupção, a instabilidade social e a criminalidade, a débil capacidade institucional dos ministérios-chave... destes países contribuem de forma decisiva, para as dificuldades na democratização e simultâneo desenvolvimento do continente africano.

FADIGA (2010:8) adverte que “*a população que vive nas cidades é uma população exigente...*” o que exigirá dos governos africanos maior actuação/rigor na planificação dos seus territórios.

3. ANGOLA: SISTEMA NACIONAL DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Este capítulo aborda o contexto político, geográfico, demográfico e socioeconómico do país.

No que tange ao ordenamento do território apresentam-se a orgânica funcional e os planos antecedentes até aos actuais instrumentos de planeamento (período colonial, pós independência e pós conflito armado).

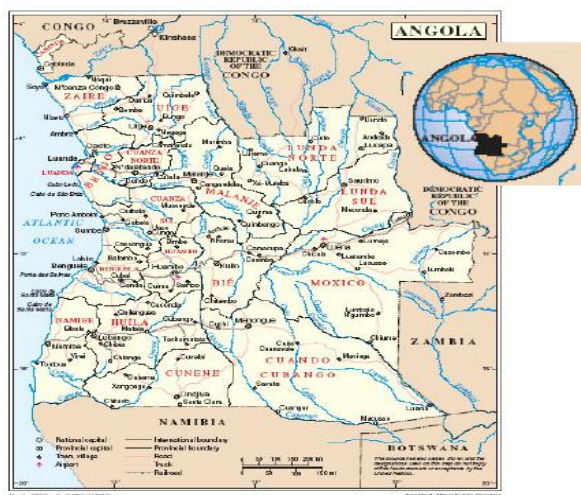
3.1. Localização Geográfica

Angola localiza-se na costa do Atlântico Sul da África Ocidental, na sua parte Austral, abaixo do Equador e a norte do Trópico de Capricórnio, entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' Sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' Leste.

Etimologicamente Angola deriva de “*Ngola*” nome atribuído a uma dinastia dos povos Ambundos fixados no médio-Kwanza.

Possui uma superfície de 1.246.700 km². Os seus limites fronteiriços são: a norte com as Repúblicas do Congo e a do Congo Democrático, a leste as Repúblicas Democrática do Congo e a da Zâmbia, a sul a República da Namíbia, e a oeste o Oceano Atlântico. O território tem um comprimento máximo de 1.277 Km no sentido norte/sul e 1.236 Km de leste a oeste, uma fronteira marítima de 1.680 Km e terrestre de 4.928 Km. A província de Cabinda constitui um enclave separado do restante território (Fig. 3).

Fig. 3. Enquadramento geográfico de Angola



Fonte: Relatório do Estado Geral do Ambiente de Angola 2006

Quanto ao **clima** Angola tem duas estações que prevalecem ao longo do ano: a do Cacimbo, seca e fria, normalmente de Maio a Setembro, e a das Chuvas, húmida e a mais quente, em regra de Setembro a Abril, pronunciando-se tardiamente ou com antecedência em algumas regiões do país. O regime das chuvas e a variação anual das temperaturas são as duas características climáticas, comuns a todas as regiões.

A localização do País, na zona intertropical e subtropical do hemisfério sul, a sua proximidade ao mar, a corrente fria de Benguela, as características do relevo no interior e a dimensão do seu território são os factores que determinam as variações climáticas e caracterizam as duas estações climáticas distintas: no litoral a precipitação média anual é inferior a 600 mm, mas a província de Cabinda, a norte, chega a atingir valores na ordem dos 800 mm, enquanto a província do Namibe, no litoral sul, atinge apenas 50 mm. Isto porque o litoral norte apresenta um clima tropical seco e o litoral sul um clima desértico, as temperaturas médias varia de 17° (mínimas) e 27° C (máximas).

O litoral sofre a influência da corrente fria de Benguela e caracteriza-se por temperaturas médias anuais superiores a 23° C. A humidade relativa média anual é superior a 30% e a pluviosidade diminui de norte para sul. Nas regiões do interior a precipitação varia entre 600 mm e 1000 mm. A norte e a nordeste o país apresenta clima tropical húmido, com temperatura e pluviosidade elevadas. Nos planaltos, por influência da altitude, o clima modifica-se: a temperatura média desce abaixo do 19° C, ou ainda menos, durante a estação seca, com amplitudes térmicas diárias acentuadas. Este é também o clima que caracteriza o sudeste do país. Já o sudoeste (Benguela, Namibe) é árido, sub-desértico e semiárido, com pluviosidade anual que varia entre 100 e 600 mm, com temperaturas da ordem dos 23°C à 24°C (Relatório do Estado Geral do ambiente-MINUA, 2006:8-9). O leste apresenta um clima tropical moderado.

Angola é um país planáltico, sendo a maior altitude o Moro do Moco situado na província do Huambo, com 2.620 metros de altura.

A água constitui um dos mais preciosos recursos do planeta, tendo em conta que é a base da vida e ao mesmo tempo constitui um factor decisivo de progresso e desenvolvimento da humanidade²¹. A **hidrografia** de Angola está intimamente ligada ao seu relevo. Os rios têm a sua origem nas zonas montanhosas e planálticas do interior e correm para as regiões mais baixas, descendo em vales profundos, alargando-se nas

(²¹) Agência da UN em Angola e Ministério do Planeamento Angola (2003:89) Relatório de progresso MDG/NEPAD “ODM”, Luanda.

proximidades do oceano, formando baías e portos naturais como os de Luanda, Lobito e Namibe.

A maior parte dos leitos são irregulares, com quedas de água, cachoeiras, e margens mais largas nas zonas costeiras.

As principais bacias hidrográficas são (de Norte para Sul e de Oeste para Leste) as dos rios Zaire, Mbridge, Queve, Cunene, Cuando, Kwanza²². O Kwanza é o maior (e mais navegável) que nasce e desagua em território angolano com 1000 Km de extensão. O principal lago é o lago Dilolo (província do Moxico), seguido das lagoas do Panguila (província de Luanda) e da Muxima (província do Bengo).

Existem várias quedas de água em rios como Mbridge, Cambambe, Kwanza, destacando as grandes Quedas de Calandula, com mais de 100 metros de altura no Lucala, afluente do rio Kwanza.

A Lei 6/02 de 21, de Junho de 2002, define a política e estratégia de águas minerais, nascente, subterrâneas, minero-medicinais de mesa, para salvaguardar os diversos interesses. A política principal adoptada pelo governo de Angola tem os seguintes objectivos²³:

- Garantir ao cidadão e à entidade colectiva o acesso e uso de água;
 - Assegurar o equilíbrio perante entre os recursos hídricos disponíveis e a procura;
 - Abastecer as populações de forma continua e suficiente em água potável, para satisfação das suas necessidade doméstica e de higiene;
 - Promover e regulamentar a utilização da água para fins agrícolas, pecuários, industriais e hidroeléctricos;
 - Garantir o adequado saneamento das águas residuas.
- No âmbito da cooperação regional e internacional, definiu-se:
- Adopção de medidas coordenadas de gestão dos cursos de água sobre uma mesma bacia hidrográfica, tendo em conta os interesses de todos estados da bacia;
 - Repartição justa e razoável das águas de interesse comum ou seu uso conjunto, de acordo com os interesses e obrigações assumidas pela República de Angola;
 - Controlo da qualidade da água e da erosão dos solos.

(²²) Este também dá o nome a moeda nacional, o “Kwanza”

(²³) Agência da UN em Angola e Ministério do Planeamento Angola (2003:90) Relatório de progresso MDG/NEPAD “ODM”, Luanda.

Apesar da dimensão dos recursos acima mencionados, o país também apresenta riscos naturais preocupantes desde as fortes descargas pluviométricas locais que têm causado inundações (as cheias nas províncias do Namibe em 2001 e Cunene em 2009), a par dos problemas ambientais como: o excessivo uso de pastagens e consequente erosão dos solos, desertificação, desflorestação (de florestas húmidas tropicais causada pela procura internacional de madeiras tropicais, e pelo uso doméstico para combustível), resultam em perda de biodiversidade, e a erosão dos solos contribui para a poluição aquática e para a siglação de rios e barragens e a estiagem.

O País possui vastos recursos florestais, principalmente na província de Cabinda (floresta do Maiombe), onde se encontram madeiras de valor económico elevado como o pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro. Os recursos minerais são os que melhor se conhecem, principalmente o petróleo (Cabinda, Soyo e Kissama) e os diamantes (Lundas e Malange). Além destes, existem grandes jazidas de ferro, cobre, ouro, chumbo, zinco, manganês, volfrâmio, estanho e urânio. Coloca-se também em causa a fraca legislação sobre a biodiversidade e florestal existente e a quase inexistência da fiscalização dos parques e florestas do país.

Apesar dos abundantes e valiosos recursos naturais no solo, subsolo e mar, a economia continua bastante dependente do petróleo, sendo um grande desafio a diversificação da base económica.

3.2. Contexto Político

Enquanto colónia ultramarina, sob o domínio de Portugal perto de 500 anos, a organização e o funcionamento administrativo era definido pela metrópole (Portugal). Até 1975 a divisão político-administrativa compreendia 16 Distritos, 120 Conselhos, 37 Circunscrições Administrativas, 423 Postos Administrativos e Institucionalizados, 72 Câmaras Municipais, 47 Comissões Municipais e 34 Juntas de Freguesias. (CLAUDIO PAULINO, *s.d*).

Depois de 25 de Abril de 1974, na sequência do golpe da junta militar sobre o governo de António Salazar, teve início o processo de independência em quase todas as colónias portuguesas africanas (Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde). Em 4 de Fevereiro de 1961 deu-se o início mais visível para a conquista da independência de Angola, envolvendo os partidos MPLA, UNITA e FNLA.

Passados 14 anos, proclamava-se a sua independência a 11 de Novembro de 1975. Mas o país não ganhou estabilidade.

Assim, nascia a 1ª República (1975-1992) tendo como marcos jurídicos a Lei Constitucional de 11 de Novembro de 1975 e a Lei Constitucional de 16 de Setembro de 1992. Esse período correspondeu a um Estado socialista de partido único com uma economia centralizada – foi a época da materialização dos princípios do socialismo e das nacionalizações (LUÍS WALTER, 2007:16). Estávamos diante da “Angolanização” dos diversos sectores, pelo que o ordenamento do território, urbanismo e habitação não eram excepção.

A 2ª República decorre desde 1992 à 2008 e é marcada com a assinatura dos acordos de paz, a 04 de Abril de 2002. Neste período ocorre a aceleração da conclusão do projecto constitucional herdado de 1992, o reconhecimento da existência das autarquias locais a par dos órgãos administrativos locais, e são dados os passos mais notórios no âmbito das políticas de ordenamento do território e urbanismo da época pós-independência, com a aprovação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 3/04 de 25 de Junho) e a Lei de Terras (Lei nº 9/04 de 9 de Novembro).

A 3ª República decorre desde 2008 (período ainda em curso). Neste período foi aprovada a Constituição, de 5 Fevereiro de 2010, que antevê um regime presidencialista multipartidário (parlamentar), com três ramos oficialmente independentes: executivo, legislativo e judicial. Tendo como principais desafios a conservação da paz e a reconciliação nacional.

No âmbito do planeamento, foi criado em 2012 o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o quinquénio 2013-2017 pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. É o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição e após aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planeamento. O referido plano situa-se no médio percurso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo denominado “Angola 2025.”

A Constituição apresenta uma divisão política administrativa de 18 províncias, que se dividem em municípios (173 municípios), estes em comunas (618 comunas). As divisões administrativas mais pequenas são o bairro na cidade, e a povoação nos meios rurais.

Em suma, após a independência, o MPLA e a UNITA entraram em acordo para a realização de eleições directas em Setembro de 1992, terminando com o sistema de

partido único e incrementou-se o multipartidarismo com a aprovação da Lei n.º 12/91. O Estado angolano entra na era do Estado democrático e de direito, alteram-se os principais blocos legislativos económicos e sociais baseados na economia centralizada, incluindo a Lei Constitucional de 1975. As eleições não tiveram um fim pacífico, a guerra civil instalou-se no país, os anos passaram e o país esteve envolvido numa guerra civil que durou cerca de 27 anos.

Esse emaranhado de situações políticas influenciaram as leis que hoje regem o planeamento e ordenamento do território em Angola. Enquanto província ultramarina de Portugal, a sua organização administrativa bem como as mudanças políticas seguiam o modelo de Portugal, após independência.

Paralelamente, Angola participa do grupo de países Africanos, Caribenhos e do Pacífico (ACP) que, sob o Acordo de Cotonou, estão associados à Comunidade Europeia (CE). Negociações para a constituição de um EPA com a CE estão em andamento, nas quais sete tópicos principais são abordados, a saber: (a) serviços, investimentos e políticas de competição; (b) Direitos de Propriedade Intelectual e Medidas de Investimento acerca de comércio (TRIPs e TRIMs); (c) facilitação do comércio e cooperação para desenvolvimento; (d) questões jurídicas, regras de origem e estatísticas; (e) medidas sanitárias e fitossanitárias; (f) acesso a mercados não agrícolas; e (g) agricultura e pesca, sendo Angola o coordenador da parte da SADC.²⁴

Desde muito cedo Angola aderiu a várias organizações mundiais com vista a melhorar o seu contexto político, social, económico e cultural. Foi aceite na OPEP (à qual presidiu em 2009) e participou na Cimeira do G8 em 2009. Em 2011, Angola assumiu a presidência do grupo económico regional com 15 membros, SADC, é membro de cerca de vinte organizações internacionais e regionais incluindo: Banco Africano de Desenvolvimento (1980), União Africana (1975), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (membro fundador, 1996), Comunidade Económica dos Estados da África Central, Fundo Monetário Internacional (1989), Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, Mercado Comum da África Oriental e Austral, Comissão do Golfo da Guiné (sede em Luanda), Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, Organização das Nações Unidas (1976), Banco Mundial (1989) e Organização Mundial do Comércio (1996).

(²⁴) Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento (ApexBrasil) (2012:25-26) – “Angola, Perfil e Oportunidades Comerciais” Brasília.

ARRETCHE 2000 cit. por MIGUEL DE OLIVEIRA (2010:20), *“quando se busca apreender um processo de transferência de atribuições do governo e, portanto, de reformas mais profundas nas estruturas estatais, é necessário tomar em consideração variáveis que permitam captar, com mais segurança, se um dado nível de governo está organizacionalmente capacitado para o desempenho de uma dada tarefa de gestão, de modo que o exercício desta função mantenha-se por um período razoável de tempo”*.

A desconcentração e descentralização administrativa estão curso no país desde 2001. Estes processos político-administrativos têm uma forte relação com o ordenamento do território. A descentralização apresenta uma ideia mais realista da distribuição da riqueza dos recursos a nível regional e local, permitirá maior desenvolvimento e ascensão das províncias apesar do ordenamento do território ser uma tarefa preferencialmente cometida ao estado. FRADE (1999:26) afirma que *“o Estado deixa de ser o senhor absoluto das decisões políticas, para ser suplemento do que não é exequível ao nível da administração local”*.

Dada a sua inserção na SADC (Comunidade para Desenvolvimento da África Austral), CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e PALOP (Países Africano de Língua Oficial Portuguesa) e outras organizações, bem como a celebração de acordos bilaterais com grandes potências como a China e o Brasil, o país procura novos horizontes.

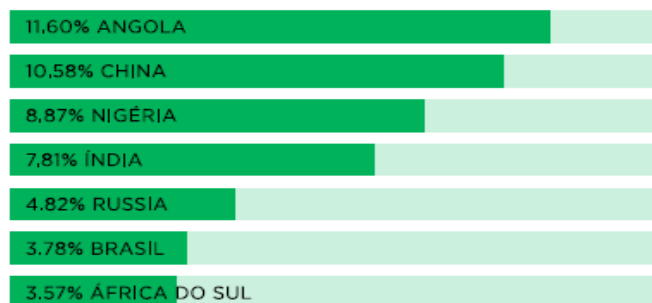
Como afirmado acima, a aprovação da Lei nº3/04 de 25 de Junho, pretende implantar um sistema que assenta numa concepção global da problemática do ordenamento do territorial, como sistema de normas, princípios e instrumentos em que avultam os planos conteúdo material e os objectivos visados e a política de acções que as concretizam, valorizando os solos, ordenando-os, infra-estruturando-os para o uso geral e colectivo, como forma sistemáticas de intervenção do estado e das autarquias locais no ordenamento do território.

3.3. Contexto económico e social

Angola tem uma economia próspera e um dos índices de crescimento mais rápidos comparados a outros países, com uma taxa de crescimento médio do PIB real de 11.6% ao longo da última década (Fig. 4) A taxa média de inflação passou de mais de 100% em 2002 para 31% em 2004, a taxa de câmbio da moeda nacional desde 2003

estabilizou-se face ao dólar, o deficit fiscal passou de 7,8% em 2003 para um *superavit* de 0,6% em 2004. A estabilidade política aliada ao aumento da produção petrolífera e das exportações e a alta dos preços internacionais do petróleo criaram as condições para um rápido crescimento económico.

Fig. 4. Taxa de Crescimento do PIB 2002-2011 (variação % anual)



Fonte: JOVER et al 2012:7, Angola Perfil do Sector Privado do País/2012

A economia angolana continua a depender fortemente do petróleo, um sector de capital intensivo muito pouco articulado com outros sectores da economia e com pouco impacto no emprego. Desde o início da produção em grande escala, no final dos anos 70, o petróleo tem dominado a economia angolana. Protegido da guerra civil, o sector petrolífero continua a crescer, duplicando a sua produção entre 1990 e 2003, atingindo quase 1 milhão de barris/dia. Em 2003, o petróleo era responsável por mais de 45 por cento do PIB, por 75 por cento das receitas do Governo e por 90 por cento das exportações. A empresa estatal Sonangol, única proprietária dos campos, participa da extracção e da exploração do petróleo e é responsável por 35 por cento das vendas de petróleo do país.

Angola dispõe também das segundas maiores reservas de gás natural em África (297 mil milhões de metros cúbicos). A fábrica de Gás Natural Liquefeito (LNG) no município do Soyo província do Zaire, no Norte de Angola, representa o principal esforço do país para comercializar e desenvolver os seus recursos de gás natural (JOVER, et al 2012:1).

Os dimanantes constituem a segunda maior matéria-prima de exportação (cerca de 10 por cento do total), a mina de kimberlite de Catoca situada na província da Lunda Sul é a quarta maior mina de diamantes do mundo. Trata-se de um consórcio entre Endiama, a empresa russa Alrosa, a sociedade brasileira Odebrecht e o empresário

israelo-russo Lev Leviev. São igualmente abundantes outros minerais como ouro, baritina, ferro, cobre, cobalto, granito e mármore.

As terras cultivadas representam apenas 3 por cento das terras cultiváveis do país, que beneficiam de chuvas regulares e são ideais para culturas de exportação, como o café (Angola já foi um dos quatro maiores produtores de café do mundo), sisal, tabaco, algodão, palma, açúcar, frutos cítricos e sésamo.

Segundo o Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano da UN, de 2011, Angola ocupava a 148ª posição num total de 187 países, o país permanece na categoria de baixo desenvolvimento humano com um valor de 0.486 com 54,3% da população a viver à baixa do limiar da pobreza (cerca de 1.25 dólares por dia)²⁵. De facto, apesar do *boom* do petróleo, a maioria dos angolanos vive em situação de extrema pobreza, tendo maior incidência nas zonas rurais (onde afecta 94% da população) do que nas zonas urbanas (onde afecta 57% da população). Estima-se que mais de 300 000 pessoas ainda vivem fora da sua zona de origem, pois 5 a 7 milhões de minas ainda estão por desactivar. Esta situação é explicada pela dificuldade que os agricultores têm de obter terras férteis e aceder aos mercados, pelas más condições das infra-estruturas rodoviárias e pela migração dos habitantes das zonas rurais para os centros urbanos, menos afectados pelo conflito armado do que as zonas rurais. O último inquérito às famílias (IBEP 2011, INE-Angola) revelou que 40 por cento dos chefes de família estavam desempregados e que o desemprego nas zonas urbanas se situava nos 46%. O mesmo relatório indicava que um quinto das crianças, com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos, tinham vários empregos e que 42% das crianças de famílias pobres participavam no trabalho familiar²⁶.

No que se refere a **saúde**, apenas 30 por cento da população tem acesso a serviços básicos de saúde num raio de 5 quilómetros do sítio onde mora. A taxa de mortalidade materna é uma das mais altas do mundo (1 700 por cada 100 000 nascimentos). A malária é um dos principais problemas de saúde no país (3.68 milhões de casos registados em 2010) e a principal causa de morte, doença e absentismo, particularmente entre a população com menos de cinco anos. Angola possui também a

(²⁵) Jover *et al* (2012:7) – “Angola, *Pérfil do Sector Privado do País*” African Development Bank e African Development Fund.

(²⁶) BAfD/OCDE (2005:61-62) – “*Perspectiva Económicas na África 2004/2005*”. Disponível em <http://www.oecd.org/dev/emea/>.pdf, acesso em 28.02.2013.

mais elevada taxa de doença diarreica do mundo, fortemente ligada à falta de saneamento básico.

A taxa de prevalência do HIV/SIDA em adultos (15-49 anos), em 2007, foi estimada em 2,1%, em 2009 de 1,9%, é relativamente baixa quando comparada com os números de outros países da África Austral, a sub-região do mundo mais afectada pela epidemia²⁷. Um novo inquérito do Instituto Nacional de Luta contra a Sida (INLS) com apoio da ONUSIDA e UNICEF, em 2009, baseado nos testes efectuados em 12 000 mulheres que frequentaram os serviços de consultas médicas pré-natais nas 18 províncias do país, concluiu que apenas 2.8 por cento estavam infectadas, o que implica uma taxa total de adultos infectados pelo HIV de cerca de 5 por cento, embora tenha aumentado desde o fim do conflito em consequência do regresso de refugiados, da abertura das fronteiras e do aumento do comércio e das deslocações²⁸.

O lançamento do Plano Nacional de Combate ao HIV/SIDA, em Janeiro de 2004, foi um passo importante na luta contra a doença. O plano estratégico quinquenal de 160 milhões de dólares, concebido em colaboração com as Nações Unidas, centra-se na prevenção, no reforço das capacidades institucionais e na ajuda à população seropositiva.

A República de Angola ainda conhece atrasos significativos no domínio educativo, sendo que na África Subsaariana é um dos países com as mais elevadas taxas de analfabetismo literal e de subescolarização, facto que prejudica o processo de recuperação, estabilização económica e social rumo ao desenvolvimento.

Segundo o documento da Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015, a educação foi um dos sectores bastante afectado pela política educativa herdada do colonialismo e dos constrangimentos de ordem político-militar e económico-social registados após a independência nacional e que ainda prevalecem.

Com uma taxa de analfabetismo de 58 por cento (contra os 38 por cento no resto do continente africano) e com cerca de um terço das crianças de 5 a 11 anos sem

(²⁷) CPLP, UNAIDS (2010:18-19) - “*Epidemia de VIH nos países de língua oficial portuguesa: situação actual e perspectivas futuras rumo ao acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados*”. 2º Edição, Brasília. Disponível em <http://www.cplp.org/Files/Filer/VIH%20em%20pa%C3%ADses%20de%20L%C3%ADngua%20Portuguesa%20-%202%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20FINAL.pdf> acesso 20.10.2013.

(²⁸) BAfD/OCDE (2005:62) – “*Perspectiva Económicas na África 2004/2005*”, <http://www.oecd.org/dev/emea/.pdf>, acesso em 28.02.2013.

instrução, os indicadores relativos à educação em Angola encontram-se entre os mais baixos do mundo. Na década de 90, o sector da educação angolana registou um acentuado declínio nas inscrições, em parte devido às hostilidades mas também à incapacidade do sistema quanto à formação e à colocação de um número adequado de professores, com material pedagógico suficiente. No fim da década de 90, a inscrição no ensino primário decresceu para 1 milhão. Segundo as últimas estatísticas nacionais disponíveis, os rácios brutos de inscrições para rapazes e raparigas era de 78 e 69%, respectivamente, e os rácios líquidos de inscrições no ensino primário eram de 39 e 35%, respectivamente. Além disso, 35% do total das crianças que se inscreve no primeiro ano, não conclui a escola primária. Essa situação reflecte as elevadas taxas de desistências em todos os anos do ensino primário, que atinge em média 24 por cento dos alunos nos primeiros quatro anos. O Ministério da Educação reformulou o *Plano-Quadro de Reconstrução do Sistema Educativo*, definindo novos objectivos a alcançar até 2015. Os desafios continuam enormes: para atingir os números universais de inscrições e de conclusões do ensino primário, e ao mesmo tempo acompanhar o rápido crescimento da população em idade escolar, o número de alunos inscritos no ensino primário tem de crescer dos 1.2 milhões estimados em 2002 para 5 milhões em 2015. O resultado dos esforços recentes foi um aumento em massa no número de inscrições, com quase 3.757.677 de crianças matriculadas no ensino primária, no ano lectivo de 2008. Além disso, de forma a melhorar a disponibilidade e a qualidade do ensino primário, o Ministério da Educação e a UNICEF delinearam um plano de desenvolvimento da capacidade nacional.

Nesse sentido, e visando a melhoria das suas competências pedagógicas, alguns dos 29 000 novos professores recrutados no ano de 2004 trabalharam com os módulos de ensino mais recentes, segundo o mesmo documento.

A educação primária estende-se por seis anos e é obrigatória para crianças entre os seis e os nove anos. O sistema de ensino secundário divide-se em dois ciclos de três anos cada. Existe um sistema educativo técnico paralelo dividido em três anos de ensino vocacional (após a instrução primária) e quatro anos de ensino médio técnico (após a nona classe).

O Decreto-Lei nº 7/09, de Maio de 2009, criou seis novas regiões académicas, nomeadamente: Universidade 11 de Novembro, localizadas nas províncias de Cabinda e Zaire; Universidade José Eduardo dos Santos nas províncias de Huambo, Bié e Moxico;

Universidade Madume Ya Ndumufayo nas províncias da Huíla, Namibe, Kuando Kubango e Cunene; Universidade Kimba Vita nas províncias de Uíge e Kwanza Norte; Universidade Lwégi Ankonda nas províncias de Malanje, Lundas Norte e Lunda Sul e a Universidade Katiavala Buila nas província de Benguela e Kwanza Sul, visando a expansão e a reorganização da rede de ensino superior no país. As novas regiões universitárias ajudarão a promover o equilíbrio regional, a permanência de quadros nas regiões de origem e alcançar um maior equilíbrio na distribuição do pessoal qualificado, reduzindo o *deficit* universitário existente principalmente nas províncias do interior e a consequente redução migratória da população jovem para Luanda. O surgimento destas seis unidades de ensino superior é fruto do redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN) que durante mais de 30 anos foi a única universidade pública, tendo agora as suas acções restringidas à zona de Luanda e Bengo.

Na mesma senda o Executivo angolano aprovou seis mil bolsas internas em 2012 para estudantes universitários²⁹. Apesar do acesso ao ensino superior ter melhorado nos últimos anos, a qualidade permanece uma preocupação, sabendo que o desenvolvimento do país passa fortemente pelo investimento neste sector.

Os **padrões de vida** em Angola são baixos, como vimos nos indicadores de saúde e educação, apesar de um PIB per capita de usd 5.146 em 2011. O historial dos valores IDH são bem claro quanto ao nível de pobreza e más condições sociais existentes: 0,398 em 1997, 0,422 em 1999, 0,403 em 2000, 0,486 em 2011, e 0,508 em 2012, ocupando agora o 148º lugar num total de 187 países e demais territórios analisados (PNUD, RDH 2013).

Não obstante as melhorias constantes em termos de índice de desenvolvimento humano registados nos últimos anos, Angola permanece na categoria de baixo desenvolvimento humano. De acordo com o PNUD 2013, o IDH, 54.3% da população ainda vive abaixo da linha de pobreza³⁰ de 1.25 dolar por dia.

(²⁹) www.angonoticias.com acesso em 01.06.2013.

(³⁰) Pobreza define-se como a insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as normas da sociedade. É considerado como pobre aquele possui más condições materiais de vida, que se reflectem na dieta alimentar, na forma de vestir, nas condições habitacionais, no acesso à assistência sanitárias e nas condições de emprego. Estes factores básicos reflectem-se no analfabetismo, na má nutrição, na mortalidade infantil elevada, na esperança de vida reduzida, na falta de acesso aos serviços e infra-estruturas para satisfação das suas necessidades básicas (saneamento, água potável, rede energia, comunicações etc.).

O Inquérito sobre o Bem-Estar da População (INE-Angola, 2011), doravante IBEP, demonstrou que a mortalidade infantil tem vindo a baixar (de 22%, em 2002 para 14% em 2008/2009), sendo ainda um valor considerado alto dado que 15 em cada 100 crianças não sobrevivem até aos 5 anos.

O acesso ao abastecimento de água melhorada era de 50% em 2010, sendo de 38% no meio rural e de 60% no meio urbano (Banco Mundial, 2012). Angola permanece no topo das sociedades com maiores desigualdades, com um coeficiente de *Gini* de 58,6.

A reinserção de quase meio milhão de refugiados e de mais de 100 mil ex-militares, o processo de desminagem no país, o processo de reassentamento dos deslocados vindos dos países vizinhos, geram novas pressões sobre os sistemas sociais locais. A solução passa pela reabilitação e construção de novas infra-estruturas para corresponder a demanda, principalmente nas províncias do interior, perspectivando o regresso das pessoas as áreas de origem e a retoma do comércio interno.

Outra situação a ter em conta é que as políticas sociais são inseparáveis dos Objectivos do Milénio, por apresentarem objectivos comuns desde a redução da pobreza, a desigualdades e a garantia dos direitos dos cidadãos. Para que Angola alcance esses objectivos as políticas sociais têm de ter um alcance nacional fruto de um conjunto de acções bem estruturadas.

O Relatório de Progresso do Ministério do Planeamento e da Agência UN em Angola (2003:72), ao detalhar que participam no contexto de construção de um desenvolvimento em Angola, a saber, a paz, a segurança, a governação democrática, a solida gestão económica e a governação económica. Estes correspondem aos cinco grandes desafios que se colocam ao país identificados pelo governo:

- 1- *A consolidação da Paz, que engloba a promoção da reconciliação e a reconstrução do país;*
- 2- *A consolidação da democracia e do Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos;*
- 3- *A boa governação que se traduz numa gestão eficiente e transparente da despesa pública e na utilização racional e sustentável dos recursos humanos, tendo no seio epicentro o cidadão angolano, as suas aspirações individuais e colectivas;*

4- *A redução da intervenção directa do Estado na economia, em troca do seu reforço do seu papel regulador, propiciando o crescimento económico sustentável, o aumento da riqueza nacional e o combate ao desemprego e fome;*

5- *As relações políticas e económicas regionais e internacionais que lhe garantam estabilidade e desenvolvimento.*

Apesar dos sinais da destruição da guerra civil continuarem presentes, o país vive um crescimento económico visível e um investimento em infra-estruturas e equipamentos. Está em curso a construção de um milhão de fogos em todo país, tendo como objectivo a construção de novas centralidade em todas as províncias e municípios do país; há uma aposta em equipamentos desportivos e de lazer (foram construídos 4 estádio de futebol em 2010 para o Campeonato Africano das Nações, CAN 2010 nas províncias de Luanda, Cabinda, Benguela e Huíla) e também duas Arenas Multidesportivos nas províncias de Luanda e Namibe para acolher a 41ª edição do mundial de Hóquei em Patins a primeira edição a ser realizar em África. Tais actividades visam estimular o turismo e projectar a imagem do país no pós guerra.

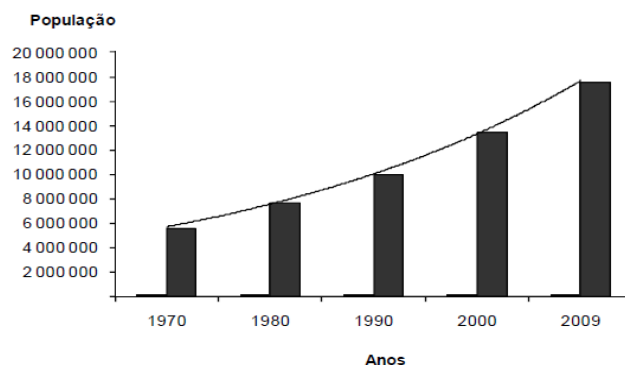
Porém, os índices sociais ainda são muito baixos, apesar das melhorias registada e dos esforços empreendidos desde os dez anos de paz, os apoios na educação, saúde e outros sectores básicos são bastante reduzidos como se vê no OGE.

Em suma, sabendo que grande parte da população angolana é camponesa, uma possível solução para melhorar o presente quadro passa por um forte investimento na agricultura, pesca, pastorícia, nos pequenos serviços e na formação académica profissional do homem, dado que grande parte da população é jovem.

3.4. Contexto Demográfico

Os dados demográficos recentes em Angola são escassos. O último Recenseamento Geral da População de Angola data de 1970. No período entre 1983 e 1986 foram realizadas operações de contagem parciais, não cobrindo todas as províncias devido o difícil acesso a certas localidades. Assim, é grande a carência de informações sobre o comportamento actual da fecundidade, da mortalidade e das migrações, como da distribuição espacial da população (INE-Angola 2011) (Fig. 5).

Fig. 5. Evolução da População Angolana, 1970-2009



Fonte: INE-Angola (2011:20), A-População e Sociedade; Anuário Estatísticas Sociais 2009

O INE-Angola realizou o censo piloto (Recenseamento Geral da População e Habitação) nas províncias de Namibe, Bié, Huíla, Luanda e Uíge, de 16 a 31 de Maio de 2013, que servirá de antecâmara para o censo geral, previsto para 2014, que permitirá fornecer informação actualizada sobre a população e habitação.

O Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) em curso prevê registar cerca de 21 milhões de pessoas. A ausência de informação é um dos principais constrangimentos para se definir as linhas mais concretas para o desenvolvimento do país, dado as discrepâncias dos dados apresentados a nível nacional e internacional.

Apesar das grandes flutuações demográficas provocadas pela saída maciça dos portugueses (1974-1975) e das quase três décadas de conflito civil (1975-2002), passados quase cinquenta anos a população continua em rápido crescimento. Em 1970 a população era de 5.620.001 de habitantes, em 1990 de 10.023.000 de habitantes e em 2009 estimava-se uma população de 17.561.000 habitantes (ANEXO I).

Segundo as estimativas do Centro de Estudos de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN 2010), com base no registo eleitoral de 2007, anotou 18. 043 milhões de habitantes em 2010 e uma taxa de crescimento demográfico anual entre 2,7 % e 2,9 %, dados aproximados aos do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, UN 2010) que indicava um quantitativo populacional de 19 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento natural de 3,25 % para o mesmo ano. (cit. por LUKOMBO, 2011:56)³¹.

⁽³¹⁾ Revista de Estudos Demográficos nº 49, artigo 3º, 2011p.56, Edição INE Portugal, Lisboa.

Segundo o INE-Angola, as estimativas de 1991 a 2013 prevêem que o território angolano continua a apresentar uma distribuição populacional bastante desigual, (Quadro 1), estando grande parte da população concentradas nas províncias de Luanda, Huíla, Benguela e Huambo.

Quadro 1: Estimativa da Distribuição da População por províncias (1991 e 2009)

ÁREA	SUPERFÍCIE Km²	ESTIMATIVA DE 1991*		ESTIMATIVA 2009**		ESTIMATIVA 2013***
		Distribuição da População		Distribuição da População		
		Total	(%)	Total	(%)	
Angola	1.246.700	10.310	100	16.368	100	19.183,590
Urbana	-	-		8.970	54,8	
Rural	-	-		7.398	45,2	
Províncias						
Luanda	2.416	1,629	15,8	4.749	29	5.278.775
Huambo	34.274	1,524	14,8	1.240	7,6	1.584.663
Benguela	31.788	644	6,2	1.597	9,8	1.820.616
Huíla	75.002	869	8,4	1.689	10,3	1.920.486
Namibe	58.137	115	1,1	289	1,8	349.511
Cabinda	7.283	163	1,6	350	2,1	412.554
Bengo	31.370	166	1,6	272	1,7	336.511
K.Kubango	199.049	130	1,3	306	1,9	384.136
Zaíre	40.129	192	1,9	306	1,9	385.974
Uíge	58.696	837	8,1	891	5,4	993.840
Kwanza Norte	245.658	378	3,7	291	1,8	360,953
Kwanza Sul	55.658	651	6,3	1.037	6,3	1.316.887
Malange	97.600	892	8,7	598	3,7	697.996
Lunda Norte	102.782	292	2,8	605	3,7	735.543
Lunda Sul	45.647	155	1,5	300	1,8	371.681
Bié	70.314	1,125	10,9	901	5,5	1.077.830
Moxico	223.023	316	3,1	444	2,7	530.188
Cunene	89.342	232	2,3	508	3,1	616.847

Fonte: Posição do OPSA e da ADRA sobre o OGE2013 Luanda 2013:16,

(* Estimativas INE 1991, ** Estimativas do IBFP 2009, *** Projecção do INE) adaptado.

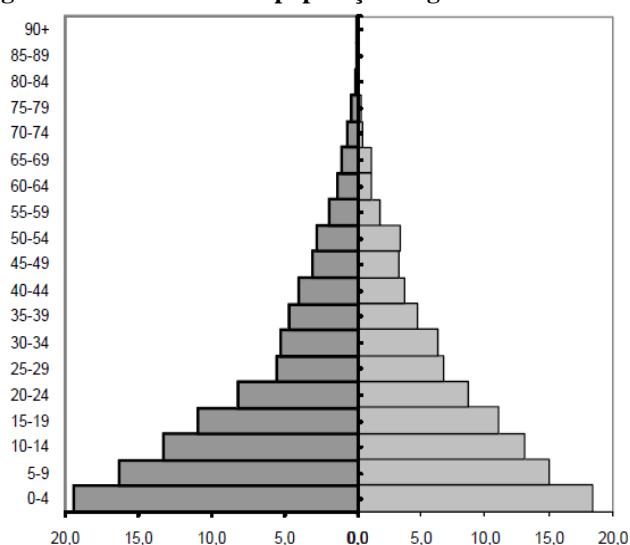
Em 1991 a província do Huambo correspondia à segunda maior concentração demográfica do país, representando cerca de 14,8% da população. Este valor reduziu 7,6% em 2009, devido à migração interior-litoral; ao contrário, a província da Huíla viu aumentar o seu efectivo populacional devido à consolidação da paz e com o incentivo

ao desenvolvimento da indústria, agricultura, pastorícia e serviços comerciais básicos. Luanda continua com uma tendência elevada em relação ao resto do país, duplicando a sua população entre 1991 a 2009, passando de 15,8% para 29% da população do país. As províncias do Moxico e Kuando Kubango, que possuem maiores extensões territorial, apenas registam 2,7% e 1,7% do país, respectivamente.

A densidade demográfica varia entre 0,6 hab/km² na província do Kuando Kubango e mais de 1000 hab/km² na província de Luanda acima da sua capacidade de carga. A densidade média do país é de 12 hab/km², considerada baixa mesmo se comparada à média do continente africano 21 hab/km² (Relatório do Estado Geral do Ambiente, 2006:2)

A estrutura etária evidencia uma população muito jovem: 48% tem menos de 15 anos e apenas 2% tem 65 anos ou mais; a idade média é de 18 anos a esperança de vida é de 51 anos. A pirâmide etária apresenta a base larga e o vértice estreito, forma que reflecte o número elevado de crianças que nascem devido à alta fecundidade que prevalece no país (Fig. 6).

Fig. 6. Pirâmide etária da população angolana 2008-2009



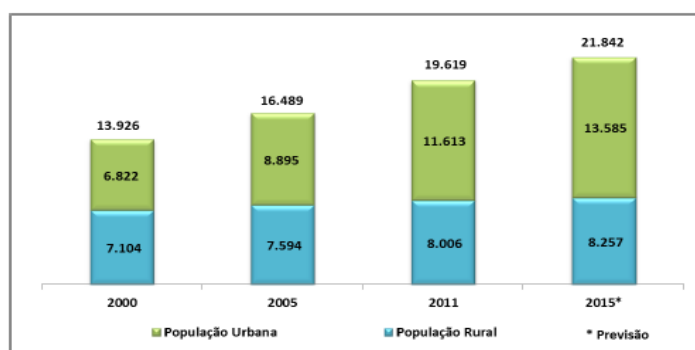
Fonte: INE-Angola 2011:24, IBEP 2008/2009

Esta estrutura jovem da população traduz dinamismo e uma importante fonte de consumo, mas representa um grande desafio que o país, pela necessidade de criar as condições de prosperidade e de qualidade de vida. Assim, não só tem de garantir a sustentabilidade financeira dos encargos com a infância e juventude (creches, escolas, universidade, institutos de formação profissional, infra-estruturas, desportivas, etc.),

mas também promover e apoiar a criação de emprego e de habitação condigna para aquele contingente elevado de jovens que anualmente atingem a idade de entrar no mercado de trabalho e de constituir família.

Segundo os dados da UN *Population Division* citados no relatório “ Angola Perfil e Oportunidades Comerciais” (2012:12), a população (estimada) de Angola, em 2011, era de 19,6 milhões de habitantes, prevendo o seu crescimento para 21,8 milhões de pessoas em 2015. Da população total, 59,1% (11,6 milhões de habitantes), encontravam-se na zona urbana (Fig. 7), em 2011, prevendo-se que em 2015, a população urbana atinja 62,2%.

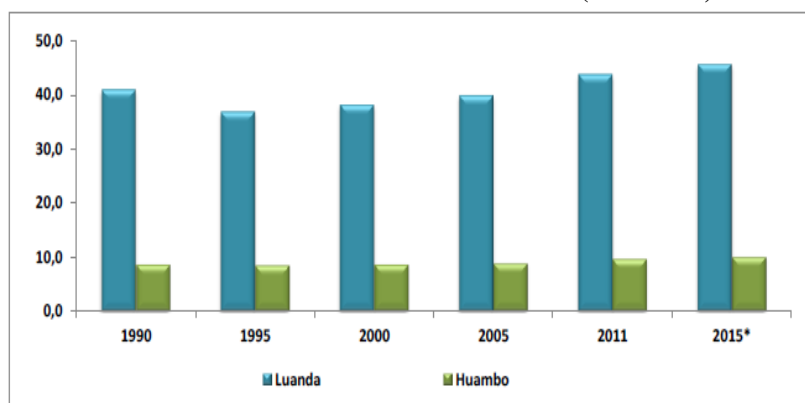
Fig. 7. População de Angola urbano e rural 2000-2015



Fonte: Angola, Perfil e Oportunidades Comerciais; Apex-Brasil 2012:12

Em 1990, Luanda reunia 40,8% da população urbana total e Huambo, a segunda maior aglomeração, apenas 8,5% da população urbana total. Em 2011, estas duas principais aglomerações urbanas concentravam 53,1% da população urbana de Angola (Fig. 8). Essa tendência deve-se ao maior nível de infra-estruturas em relação a outras cidades do país, já desde o final do tempo colonial. Para 2015 estima-se que as duas províncias deverão atingir 55,4% da população urbana do país. Todavia, o comportamento das duas aglomerações é distinto: enquanto Luanda não tem parado de crescer (e essa tendência manter-se-á no futuro), Huambo tem a população estabilizada.

Fig. 8. Percentagem da população urbana de angola nas duas principais aglomerações urbanas, com mais de 750 mil habitantes em 2011 (1990-2015)



Fonte: Angola, Perfil e Oportunidades Comerciais; Apex-Brasil 2012:12

Em suma, os dados estatísticos disponíveis sobre a população angolana são poucos fiáveis, o que afecta a formulação das políticas de planeamento e ordenamento do território, nomeadamente habitação, saneamento básico, transportes, água, energia e equipamentos sociais. Após a conclusão do censo deverá ser feita uma revisão dos planos sociais básicos (ex. programa de combate a pobreza, programas de assentamentos humanos, planos de urbanização), dado que apresentarão a real situação demográfica do país.

3.5. Sistema Nacional de Planeamento: características, enquadramento legislativo e institucional

- **Características do Sistema Nacional de Planeamento**

Antes da independência o sistema nacional de planeamento, se assim o podemos considerar, era da responsabilidade da Comissão Técnica de Planeamento e Integração de Angola, criada pela base LXIX da Lei Nº 2119 de 24 de Junho de 1963, e funcionava sob dependência directa do Governo Geral (metrópole Portugal). Tinha como incumbência a definição das linhas gerais do desenvolvimento económico e social da província (no caso Angola) orientação e coordenação dos trabalhos de preparação, de elaboração e de realização dos planos territoriais de fomento dos programas sectoriais, dos planos regionais e dos respectivos programas anuais de execução. Com a finalidade de assegurar o expediente, o apoio técnico e administrativo às Comissões Técnicas de Planeamento e Integração Económica, foram criados os Serviços de Planeamento e

Integração Económica, através do Decreto N.º 49353 de 10 de Outubro de 1969 (Boletim Oficial 1ª série N.º 266 de 12 de Novembro d 1969).³²

Angola era governada por um Governador Geral nomeado pelo Chefe do Governo português. O governador tinha a incumbência de assegurar o bom funcionamento dos Distritos e escalões inferiores, de aprovar e executar os seus planos urbanos, recensear e registar a população, bem como reportar anualmente a sua actividade. Aos Conselhos e Câmaras Municipais ficavam reservados a distribuição e comercialização de água e luz, construção de moradias sociais e infra-estruturas de apoio tais como: hospitais, escolas, estradas e jardins (CLÁUDIO PAULINO, *s.d*).

Após a independência é mantida a estrutura e característica administrativa do Sistema Nacional de Planeamento da época colonial. A Lei n.º 1/75 de 12 de Novembro de 1975, criou o primeiro Governo da antiga República Popular de Angola, e na sua composição aparecia o Ministério do Planeamento e Coordenação Económica. A partir dessa data foram publicados vários diplomas que criaram e aperfeiçoaram os órgãos da Administração Central do Estado, onde se pode encontrar as várias designações dos órgãos de Planeamento.

Na sequência do aperfeiçoamento deixa de existir a Comissão Técnica do Plano e passa a vigorar o Ministério do Plano, na nomenclatura do Governo de 1979 através da Lei n.º 7/79 (Dário da República 1ª Série n.º 157 de 4 de Junho). Assim, são institucionalizadas os órgãos de Planificação a todos os níveis: Nacional Regional Ministerial; das Unidades (de produção, distribuição e de serviços).

Actualmente a Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento (Lei n.º 1/11 de 14 de Junho), estabelece as bases gerais do Sistema Nacional de Planeamento, compreendendo o âmbito de aplicação, a definição, os objectivos, os princípios, os instrumentos, os órgãos integrantes, as normas e os procedimentos necessários à configuração e à eficácia desses mecanismos da gestão pública.

O Sistema Nacional de Planeamento visa promover o desenvolvimento sustentado, harmonioso e equilibrado, sectorial e espacial do país, assegurando a justa

(³²) Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. Disponível em www.mpd.gov.ao, acesso 01.06.2013.

repartição do rendimento nacional, a preservação do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.

- **Enquadramento Legislativo do Sistema Nacional de Planeamento**

Como já referido a legislação angolana tem como base, a forte herança do sistema colonial com todas as adaptações introduzidas no pós-independência.

Nesse período, em Angola, a Lei 2030 de 1948 foi a base de terras. Posteriormente foi disciplinada pelo Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas, publicado no Decreto nº 43.894, de 6 de Setembro de 1961, indicando os principais regimes de concessão (aforamento, arrendamento e concessão gratuita). Este regime vigorou ainda nos primeiros anos da independência até à aprovação da Lei 46-A/92, de 28 de Agosto, sobre a Concessão da Titularidade, do Uso e aproveitamento da Terra, que regulamentou a concessão de terras para fins agrícolas como base do desenvolvimento rural e direito de superfície, não contemplando, as demais vocações da terra. Esta lei foi regulamentada através do Decreto-Lei nº 32/95, de 8 de Dezembro.

Com a independência em 1975, a nova Constituição estabeleceu que toda a terra era pertença do Estado, podendo o seu uso ser transmitido para indivíduos ou entidades. O Decreto-Lei 46-A/92 estabeleceu o Direito a Concessão aos Governos das Províncias das áreas urbanas cuja terra estava sobre o controlo estatal, para um período mínimo de 25 anos e um máximo de 60 anos renováveis.

A título de exemplo, Luanda, pelas particularidades já referidas, apresenta um desordenamento urbano, que coloca problemas graves e específicos da gestão urbana. Em 1994, o Governo Provincial de Luanda aprovou a resolução 30/94 para controlar a tendência de uso não planificado do solo. O Regulamento 1 de 1996 permitiu o Direito de Uso de Superfície no quadro de desenvolvimento de terras e infra-estruturas com parceria público-privada do Programa Luanda Sul. Em 2000, foi aprovado em Conselho de Ministro o plano de Gestão e Crescimento Urbano de Luanda.

Em Junho 1992 após a realização da Conferência da UN sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, onde a República de Angola esteve presente, o governo criou a Secretaria do Estado do Ambiente para implementar as políticas de gestão ambiental a nível nacional. Nesta sequência, em 1998, foi aprovada a Lei de Bases do Ambiente (LBA) (Lei nº 5/98 de 19 de Junho de 1998), que definiu os conceitos básicos da

protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e do uso racional dos recursos naturais. A LBA reitera o direito fundamental, consagrado na constituição, de que todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente sadio e não poluído, os benefícios da utilização racional dos recursos naturais, do qual decorrem a obrigação de participar na sua defesa e uso de forma sustentável.

Dentro deste contexto, *“as autoridades angolanas levaram a cabo uma serie de indispensáveis iniciativas que culminaram com a produção legislativa que se impunha para permitir uma melhor sistematização do direito angolano, nas suas múltiplas vertentes, mas coadunando com a realidade e as exigências dos nossos dias”* (VICENTE MARQUES, 2012:311)³³.

Ainda em matéria de ordenamento do território e ambiente, em 2001 é publicado o Decreto nº 4/01 de 02 de Fevereiro relativo aos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). O POOC tem uma natureza sectorial, definindo os condicionamentos, vocações e usos dominantes bem como a localização das infra-estruturas de apoio a esses usos e orientam a actividades conexas a desenvolver em cada área. Entre os seus objectivos destacam-se:

- Orientar o desenvolvimento de actividades específicas na orla costeira (valorização);
- Qualificar as praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos e defender a qualidade de vida nas respectivas áreas.

A elaboração dos POOC é da competência da Comissão Técnica Permanente Central (CTPC) e das Comissões Técnicas Permanentes Províncias (CTPP). É atribuição da Capitania do Porto emitir as licenças de ocupação e utilização, mediante autorização do Governo da Província e com o parecer do CTPP, que integram para além da Capitania do Porto, representantes das direcções províncias da área dos transportes, pescas, ambiente, hotelaria e turismo, ministério da defesa e um representante do Instituto Nacional do Ordenamento do Território.

Com o fim da guerra civil, em 2002, o Conselho de Ministros nomeia uma comissão para elaborar uma nova Lei das Terras. A versão revista e remodelada é aprovada em Agosto de 2004 (BETTENCOURT 2011:70).

(³³) Cfr. Fernanda Oliveira (Coord.) et al (2012) - *“Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território - Estudos”*, Vol. I Edição Almedina.

A nova Lei das Terras, Lei n.º 9/04 (revoga a Lei 21-C/92) estabelece que a terra é propriedade do Estado e que o seu uso pode ser transmitido para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e integral aproveitamento. A Lei consagra igualmente que o Estado respeita e protege a propriedade das pessoas, quer singulares quer colectivas, bem como a propriedade e a posse das terras pelos camponeses, sem prejuízo da possibilidade de expropriação para utilidade pública. A lei atribui ao Governo a competência para a constituição de reservas e determina que os terrenos reservados são excluídos do regime geral de ocupação, uso ou fruição por pessoas singulares ou colectivas, em função da sua afectação. As reservas podem ser totais ou parciais. As reservas totais visam a protecção do meio ambiente, a defesa e segurança nacional, prevenção de monumentos ou de locais históricos e a promoção do povoamento ou do repovoamento, não sendo permitida qualquer forma de ocupação ou uso, salvo a que seja exigida para a sua própria conservação ou gestão. Nas reservas parciais podem ser permitidas todas as formas de ocupação ou uso que não colidam com os fins previstos no respectivo diploma e compreendem designadamente: (i) o leito das águas interiores, do mar territorial e da zona económica exclusiva; (ii) a plataforma continental; (iii) a faixa da orla marítima e do contorno de ilhéus, baías e estuários, medida da linha das máximas preia-mares, observando uma faixa de protecção para o interior do território; (iv) a faixa de protecção confinante com as nascentes de água; (v) a faixa de terreno de protecção no contorno de barragens e albufeiras; (vi) os terrenos ocupados por linhas férreas de interesse público e respectivas estações, observando-se uma faixa de protecção confinante em cada eixo da via.

Em 2004, foi aprovada a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 3/04 de 25 de Junho), que procurou definir um sistema integrado de normas, princípios, instrumentos e acções de Administração Pública com vista à gestão e organização do espaço biofísico territorial, urbano e rural. A lei atribui ao Estado o dever de ordenamento do território, cabendo às autarquias locais (as Autarquias só entram em vigor em 2015/2016) a obrigação de intervir nas áreas sob a sua jurisdição e às comunidades rurais o poder de participar nas acções destinadas ao ordenamento do território e na elaboração dos planos territoriais.

O ordenamento da ocupação e uso dos espaços é promovido através de planos territoriais de âmbito nacional, provincial e municipal. A Assembleia Nacional, o Governo e a Comissão Interministerial de Ordenamento do Território e do Urbanismo,

enquanto órgão auxiliar do Governo, são órgãos políticos de ordenamento. Por seu turno são órgãos participativos do ordenamento do território, a nível central, a Comissão Consultiva Nacional de Ordenamento do Território e do Urbanismo e a nível provincial as Comissões Consultivas Provinciais.

A Constituição de Fevereiro de 2010, imprimiu uma nova realidade jurídica, política, económica e social no país, com aprovação da Lei 1/11 de 14 de Janeiro.

O Sistema Nacional de Planeamento em Angola é definido como sendo uma estrutura conceptual e normativa para a elaboração, execução, registo, acompanhamento e avaliação do planeamento nacional, instrumento de regulação e fomento de desenvolvimento nacional, traduzindo em objectivos, estratégias, planos, programas e acções (projectos e actividades) do Executivo e respectivos resultados e impactos.

O Sistema de Planeamento orienta-se pelos seguintes princípios:

- a) *Respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais;*
- b) *Respeito pela Constituição e pelas leis;*
- c) ***Natureza indicativa*** do planeamento em relação à iniciativas privada, através da orientação dos gastos públicos, da regulação e de estímulos de políticas económica;
- d) ***Flexibilidade do planeamento***, com o objectivo de ajustar-se as mudanças da realidade socioeconómica e das condições legais e institucionais do País;
- e) ***Subsidiariedade, complementariedade e coordenação*** entre os níveis de planeamento nacional, sectorial, provincial e autárquico;
- f) ***Responsabilidade partilhada***, entre os níveis centrais, provinciais e locais do Poder Executivo, em relação às funções e obrigações do sistema;
- g) ***Uniformidade na utilização de conceitos***, metodologias e ferramentais de planeamento pelos órgãos do Governo Central e dos Governos Provinciais;
- h) ***Articulação dos instrumentos de planeamento com o Orçamentos Geral do Estado***, de modo a que os primeiros tenham sua expressão financeira contempladas no segundo;
- i) ***Integração e Compatibilidade*** das regras de execução das metas financeiras e físicas de planos, programas e acções com as vigentes do Orçamento Geral do Estado;
- j) ***Participação da sociedade civil no planeamento nacional.***

Os instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento (doravante, SNP) são:

- a) Estratégia de Longo Prazo (ELP);
- b) Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN);
- c) Quadro de Despesas de Desenvolvimento (QDD);
- d) Planos de Desenvolvimentos Sectorial e Provincial (PDSP);
- e) Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT);
- f) Planos Estratégicos (PE);
- g) Planos de Acção (PA);
- h) Planos Anuais (PAn);
- i) Planos de Contingência (PC).

O SNP integra os instrumentos de planeamento para promoção do desenvolvimento sócio-económico e territorial, sendo que um dos instrumentos é o Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). O PNOT é elaborado nos termos da Lei Bases Gerais do Ordenamento do Território e do Urbanismo (a ser detalhado mais abaixo), obedecendo às seguintes características principais: *(i) Caracter prospectivo e plurianual, de médio prazo e abrangem todo o território nacional; (ii) Adoptam os cenários de desenvolvimento que norteiam a elaboração da Estratégia de Longo Prazo e do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND); (iii) É vinculado à Estratégia de Longo Prazo e ao Plano de Desenvolvimento Nacional; (iv) Regula e ordena os impactos territoriais das actividades dos agentes públicos e privados.* São também instrumento da política nacional de ordenamento territorial, vinculado ao sistema nacional de planeamento e seus instrumentos, os planos de ordenamento territorial ou os planos directores de ordenamento territoriais regionais, provinciais, locais e da orla costeira.

- **Enquadramento Institucional**

O Sistema Nacional de Planeamento, quanto a sua orgânica abrange os seguintes tipos de órgãos:

- Órgãos Políticos: o Presidente da República e a Assembleia Nacional;

- Órgãos Técnicos: a nível central os Departamentos Ministeriais incluindo o órgão responsável pela coordenação executiva do SNP, a nível provincial os Governos Provinciais e os órgãos provinciais de planeamento;

- Órgão Consultivo: o Conselho de Ministros;

- Órgãos Participativos: a nível central, o Conselho Nacional de Concertação Social ou Conselhos Sectoriais de Concertação Social, a nível provincial, os Conselhos Provinciais de Concertação Social.

3.5.1. *SNP Impactos no Processo de Desenvolvimento*

O sistema nacional de planeamento possui princípios e objectivos ambiciosos que levariam ao almejado desenvolvimento do país.

O governo adoptou em 2004 a Estratégia de Combate a Pobreza que indica os sectores prioritários de intervenção tais como: reconstrução e reabilitação de infra-estruturas sociais, melhoramento da situação social e nos domínios da saúde e reforço de capacidades para o melhoramento da prestação de serviços públicos (CE e Ministério do Planeamento, 2008: 4-5).

Fruto do crescimento económico desde 2002, os índices de fome e pobreza extrema conheceram alguma melhoria, tendo passado de 68% para 36%, entre 2002 e 2009. Foram construídas mais de 12 mil quilómetros de estradas asfaltadas ligando 80% das capitais provinciais (MPLA, 2012).

Neste contexto, como já nos referimos os indicadores sociais ainda são fracos, sobretudo no sector da saúde (taxa de mortalidade infantil a menores de 5 anos é de 25%, e a taxa de materna é de 14 por mil), no domínio da educação apesar dos esforços realizados na construção de novas infra-estruturas escolares, de formação e contratação de professores, a qualidade da oferta pedagógica continua a ser um desafio.

Segundo FERNANDO PACHECO (2013:34)³⁴, o desempenho da Administração Pública no período 2008-2012 mostra-se que as opções não têm sido consistente, porque o governo para este período previa, entre outros aspectos, a modernização da Administração Pública e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e de uma melhor articulação da Administração Pública com a sociedade civil, outro impasse é o do redimensionamento do sector empresarial do

(³⁴) Revista África 21, Nº 72, Edição Março de 2013, pp. 34-35.

Estado – entenda-se a sua educação o que não foi visível durante este período, mas o inverso como por exemplo, a ampliação da área de negócios da Sonangol para a indústria, agricultura e imobiliária, sendo está a proprietária das novas centralidade de habitações sociais em todo país.

Ainda segundo o mesmo autor, no quinquénio 2013-2017, os objectivos não fugiram muito do programa anterior, mais assumiu uma nova divisa “Crescer mais e distribuir melhor.”

Assim, pese embora o acelerado crescimento económico e o investimento em infra-estruturas que hoje se vê em quase toda extensão do território nacional, o impacto do SNP sobre o desenvolvimento ainda está longe de ser o desejado.

3.5.2. Planos de Desenvolvimento Provinciais

No âmbito do desenvolvimento nacional, e em conformidade com o cumprimento dos ODM, adoptou-se o Plano de Desenvolvimento Nacional a Longo Prazo “Angola 2025” e o Plano de Desenvolvimento Sustentável Médio Prazo 2009/2013. Assim, as províncias foram definindo as suas metas e horizontes tendo em linha de conta os objectivos nacionais e as prioridades a nível local. A província do Namibe já elaborou dois planos de desenvolvimento, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN 2004/2007) e o Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES 2013/2017), a ser detalhado nos pontos a seguir.

3.5.3. Documentos Orientadores do Desenvolvimento: concepção e implementação

Angola iniciou diversas políticas e elaborou e aprovou vários documentos estratégicos para responder ao desenvolvimento socio-económico nacional desejado e dar cumprimento aos ODM. Um deles é o Plano de Desenvolvimento Sustentável no período de 2009-2013, um plano de desenvolvimento a médio prazo, com um objectivo geral de "crescer com diversificação, combater a fome e a miséria e reduzir a pobreza" (Plano de Desenvolvimento Sustentável 2009/2013). Outro é o Plano de Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 que aponta seis sectores prioritários como o foco do desenvolvimento nacional, focando-se, nos aspectos macroeconómicos da sociedade. Este plano orienta-se dentro das estratégias do programa de longo prazo “Angola 2025”.

O projecto de Desenvolvimento “Angola 2025”, da responsabilidade do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, no âmbito do

desenvolvimento de Angola a longo prazo, prevê: plano de desenvolvimento territorial integrado que define, enquanto óptica privilegiada de actuação das políticas públicas ao nível do desenvolvimento económico e social, o megasistema território.

Este sistema integra como principais conceitos o de “pólos de desenvolvimento e de equilíbrio” e bem assim o de “eixo de desenvolvimento”, identificando de igual modo metas a alcançar com a aplicação, no território angolano, das políticas necessárias à implementação dos pólos e eixos considerados.

A estratégia de desenvolvimento a longo prazo foi definida considerando 5 metas, 3 fases evolutivas e 6 sistemas de análise, dos quais 5 de âmbito interno e 1 de âmbito externo (Fig. 9).

Fig. 9. Estratégia de Desenvolvimento “Projecto Angola 2025”



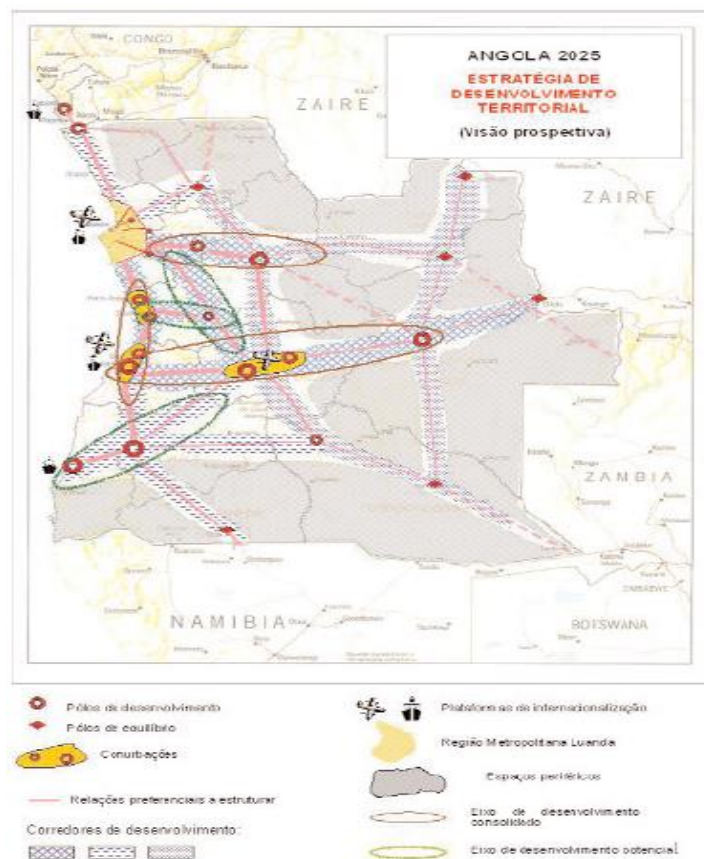
Fonte: PDES 2013

O modelo de desenvolvimento foi distribuído territorialmente em 6 áreas estratégicas de desenvolvimento (Fig. 10):

- Províncias de Luanda e Bengo;
- Províncias do noroeste envolventes de Luanda (Zaire, Kuanza Norte e Kuanza Sul);
- Províncias centrais e do litoral sul (Kuanza Sul, Huambo, Bié, Benguela, Huíla, Namibe);
- Províncias de Uíge, Malange e Moxico – e, com as especificidades que resultam da exploração Diamantífera, as Províncias da Lunda Norte e Lunda Sul;

- Províncias da fronteira sul (Namibe, Cunene, Kuando Kubango);
- Cabinda e, adicionalmente, as províncias com explorações de enclave (Zaire, Lunda Norte, Lunda Sul).

Fig.10. Modelo de Desenvolvimento Espacial



Fonte: PDIPN 2007

Para as províncias da fronteira Sul, onde se inclui o Namibe, a estratégia de desenvolvimento de longo prazo centra o foco de actuação em cinco aspectos: desenvolvimento da economia agro-pastoril; exploração das grandes potencialidades turísticas e os recursos naturais, com base em programas integrados de desenvolvimento rural; identificação dos novos corredores de desenvolvimento; desenvolvimento e reforço da dimensão urbana; exploração do posicionamento de charneira com países vizinhos.

Para a província do Namibe, em particular, preconizaram-se os seguintes eixos de desenvolvimento:

-Especialização produtiva: desenvolver as funções portuárias do Namibe para o sul de Angola e Norte da Namíbia, desenvolver uma forte indústria piscatória e de transformação do pescado no Tômbwa, desenvolver a indústria de mármore e de gesso; instalar/explorar o gás e desenvolver a primeira transformação do ferro (esponja de ferro); desenvolver as culturas agrícolas de características mediterrânicas e subtropicais, valorizar a pecuária;

-Explorar as enormes potencialidades turísticas;

-Aumento da capacidade energética e volume de água na Província;

-Desenvolver um programa de combate à desertificação.

3.6. Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo de Angola (LOTU): passado e presente

• Enquadramento Institucional da LOTU

Em Angola, o ordenamento do território começou a ser tratado com maior relevância institucional, quando a gestão das terras deixou de estar sob tutela do Ministério da Agricultura (MINAGRI) e passou a ser feita pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA), órgão do governo, criado à luz do Decreto-Lei n.º 16/02 de 9 de Dezembro, do antigo Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), *era responsável por elaborar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas de ordenamento do território, do urbanismo, da habitação e do ambiente*. Este foi substituído pelo Ministério do Urbanismo e Construção (MINUC), na sequência do Decreto Legislativo n.º 6/08, de 10 de Novembro, que estabeleceu a orgânica do governo saído das eleições de 2008. Em 2012, o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/12, de 15 Outubro (orgânica e o funcionamento dos órgãos auxiliares ao Presidente da República, Diário da República Iª Série n.197), cria o Ministério do Urbanismo e Habitação (MINUHA), e o Decreto Presidencial n.º 232/12, de 4 de Dezembro, aprova o seu estatuto orgânico e autoriza a passagem de todo pessoal do quadro anteriormente afecto aos serviços do Urbanismo e Habitação integrados no extinto MINUC, bem como toda a informação e património, revoga o Decreto Presidencial n.º 74/10, de 20 de Maio.

Ao MINUHA, no domínio do Ordenamento do Território e do Urbanismo são atribuídas as seguintes competências: a) Promover estudos sobre o estado do ordenamento do território com vista à formulação de propostas de medidas de políticas,

legislativas e regulamentares; *b)* Promover a elaboração de estudos e supervisionar a implementação de projectos no domínio do ordenamento do território e do urbanismo; *c)* promover a requalificação urbana e rural e a valorização ambiental das cidades, bem como a monitorização de variáveis ambientais no meio urbano, em colaboração com os organismos competentes; *d)* Velar pela consideração de políticas sectoriais competentes com os instrumentos de gestão territorial; *e)* Assegurar a elaboração e promover a execução da política nacional de gestão de informação geográfica no domínio da geodesia, cadastro predial e rústico; *f)* Promover, em colaboração com os demais órgãos da administração Central e Local, a fiscalização da execução dos planos territoriais.

Outro passo importante foi a criação dos Serviços Executivos Centrais:

Direcção Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo;

Direcção Nacional de Infra-estruturas Urbanas;

Direcção Nacional de Habitação.

E dos seus órgãos tutelar:

Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INOTU);

Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA);

Instituto Nacional de Habitação (INH);

Fundo de Fomento Habitacional (FFH) (ANEXO II).

Estes serviços e órgãos têm a função de coordenar, acompanhar e executar as políticas de ordenamento do território, habitação da gestão estratégica das terras e de uma maneira geral do património imobiliário e mobiliário do Estado.

Com vista a dar maior rigor nas suas atribuições e competências o MINUHA, deu início este ano, à elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território Nacional (REOT), que permitirá definir as Principais Opções de Ordenamento do Território Nacional (POOT), a continuidade da implementação do Sistema de Informação Territorial (SIT) em todas provinciais, estabelecer protocolo de cooperação com as universidades públicas e privadas, bem como instituições de investigação científica, a criação de um portal de informação do urbanismo nacional, de forma a fornecer informações privilegiadas sobre a localização e ocupação das reservas

fundiárias e o estado de implantação das novas centralidades do país. Por isso, o INOTU e o IGCA estão numa fase de revitalização, entre outros aspectos (MINUHA 2013, Acta do Iº Conselho Consultivo Alargado).

A informação do registo predial está desactualizada, e em alguns casos é inexistente. O governo angolano está a levar a acabo acções de apetrechamento das conservatórias de registo predial, e por via da Lei das Terras e do seu Regulamento Geral, estabeleceu um regime de registo predial que permitirá o controlo dos imóveis do Estado.

No domínio da Política Habitacional, tendo em conta a expansão desordenada dos centros urbanos e de outros aglomerados populacionais, a Assembleia Nacional, aprovou a Lei de Base de Fomento da Política Habitacional, que visa promover habitações em condições dignas, assim como um sistema privilegiado de concessões de créditos. Essas políticas deverão ser implementadas com as políticas de ordenamento do território e em coordenação com os programas de desenvolvimento médio e longo prazo, 2013/2017 e Angola 2025 respectivamente.

A compreensão das temáticas relativas ao ordenamento do território e do urbanismo apresenta uma forte ligação com a organização administrativa do Estado. De acordo com WATERHOUT, MOURATO e BOHME (2009:239) cit. por FERRÃO (2011:33) “um sistema [de ordenamento do território] é um conjunto de leis e regulamentos, *configurações administrativas* e organizacionais bem como discursos e [instrumentos de] políticas”. Para VICENTE MARQUES (2012:312) “a definição e conseqüente implementação da política de ordenamento e gestão do território é, por essência, uma função pública, enquadrada no domínio do direito público a exercer pelo Estado.”

A Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado (doravante LOFOALE, Lei nº 17/10, de 29 de Julho, que revogou o Decreto-Lei nº 2/07, de 3 de Janeiro) veio proceder a regulamentação da organização e do funcionamento da administração local. A LOFOALE identifica três circunscrições em Angola: as províncias, os municípios e as comunas³⁵. Embora afirmando o princípio da descentralização, a LOFOALE não permite ainda a desejada descentralização

(³⁵) Cfr. Fernanda Oliveira (Coord.) *et al* (2012) - “Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território-Estudos” Vol. I Edição Almedina, Lisboa.

administrativa. Com efeito, as circunscrições supracitadas continuam a deter somente o poder que a Administração Central lhes transfere, não detendo os órgãos da Administração Local a autonomia administrativa e financeira que lhes permita uma libertação dos poderes do Estado Central.

(i) Províncias

As províncias são o órgão máximo da administração local, sendo a cúpula da representação do Estado na divisão territorial respectiva. São dirigidas por um governador provincial, nomeados pelo Presidente da República que perante ele responde no exercício das suas competências.

No domínio do desenvolvimento urbano e do ordenamento do território, compete ao governador provincial, nomeadamente, elaborar e aprovar a proposta de planeamento territorial, nos termos da lei; elaborar e aprovar projectos urbanísticos e o respectivo loteamento para as áreas definidas para a construção nos termos da lei; observar e fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei do Ordenamento do Território e seus regulamentos.

Cada província é composta por órgãos de apoio consultivo (Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social), serviços de apoio técnico (Secretaria do Governo Provincial; Gabinete Jurídico; Gabinete de Inspeção; Gabinete de Estudos e Planeamento), serviços desconcentrados da Administração Central (Delegações Provinciais) e superintendência (Institutos Públicos de âmbito provincial e Empresas Públicas de âmbito provincial).

(ii) Municípios

Os municípios são a circunscrição territorial decorrente da divisão territorial das províncias, ou seja, “o órgão descentralizado da Administração do Estado na Província, que visa assegurar a realização das funções do Estado no Município”. O administrador municipal é directamente responsável perante o respectivo governador provincial, sendo nomeado por este através de despacho. No que diz respeito à gestão do território e urbanismo, compete ao administrador municipal, nomeadamente, aprovar os projectos de construção particular e fiscalizar a sua execução.

(iii) Comunas

As comunas são parte integrante dos Municípios e resultam da sua divisão territorial. Esses órgãos assumem uma importância vital nas áreas rurais, dada a sua responsabilidade pela manutenção do elo direito entre as comunidades e os demais órgãos da Administração do Estado.

Os administradores comunais respondem directamente perante os administradores municipais, tendo competência, nomeadamente, para promover a construção, manutenção e controlo dos mercados ou controlar, acompanhar e apoiar a autoconstrução dirigida.

A CRA consagra no seu artigo 8º, o princípio da descentralização administrativa como um dos princípios fundamentais de organização do Estado angolano, o qual se materializa através da institucionalização das Autarquias Locais. Neste âmbito o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) do Ministério da Administração do Território (MAT) tem vindo a realizar um círculo de conferências nas províncias expondo experiências de países como Cabo Verde, Brasil, África do Sul, Espanha, Moçambique e Uganda para extrair lições e boas práticas.

- **A Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU)**

A actividade de ordenamento territorial e urbanismo em Angola é definida por um conjunto de preceitos normativos, de entre os quais assume particular relevo a Lei de Ordenamento e do Urbanismo (LOTU). Segundo esta, a orgânica do ordenamento do território e do urbanismo em Angola é partilhada por três tipos de órgãos: órgãos políticos, órgãos técnicos e órgãos participativos.

Os órgãos políticos são a Assembleia Nacional, o Governo/Executivo e a Comissão Interministerial do Ordenamento do Território e do urbanismo como órgão auxiliar do Governo.

Os órgãos técnicos são, a nível central, o órgão técnico central e órgãos sectoriais; a nível provincial, os órgãos técnicos provinciais e a nível local, os órgãos municipais.

Os órgãos participativos do ordenamento do território, são, a nível central, a Comissão Consultiva Nacional do Ordenamento do Território e do Urbanismo, e a nível provincial, as Comissões Consultivas Provinciais de Ordenamento do Território e do Urbanismo.

São membros da Comissão Nacional do Ordenamento do Território os seguintes ministérios: ministério do Planeamento Económico, da Obras Públicas, do Desenvolvimento Rural e Agrícola, dos Transportes, Geologia e Minas, dos Petróleos, Energia e Água, Hotelaria e Turismo e da Administração do Território.

As bases gerais da estrutura do ordenamento do território assentam nos seguintes princípios fundamentais (TEIXEIRA, 2013):

- a) Soberania territorial;
- b) Unidade territorial e nacional;
- c) Respeito e efectivação dos direitos, liberdade e garantias fundamentais;
- d) Organização e divisão político-administrativa do território;
- e) Domínio público;
- f) Utilidade pública;
- g) Propriedade estatal dos recursos naturais;
- h) Propriedade originária da terra pelo Estado;
- i) Princípio da transmissibilidade do domínio privado do Estado;
- j) Classificação e qualificação dos solos;
- k) Planeamento territorial geral e urbanístico;
- l) Defesa do território e segurança interna;
- m) Desenvolvimento económico e social;
- n) Melhoria da qualidade de vida das populações.

Juntam-se a estes princípios os fins do ordenamento do território e urbanismo que devem estar harmonizadas com as políticas ambientais: Assegurar uma valorização integrada e racional da ocupação do espaço e condições favoráveis para o desenvolvimento de actividades económicas, sociais e culturais, sem prejuízo da salvaguarda dos interesses de defesa do território, segurança interna e do equilíbrio ecológico e do património histórico-cultural; assegurar a igualdade de oportunidade de acesso dos cidadãos aos equipamentos colectivos e serviços públicos no meio urbano e rural; Adequar os níveis de densificação dos aglomerados urbanos às potencialidades infra-estruturas, de equipamentos e de serviços existentes ou previstos, de modo a sustentar

a degradação da qualidade de vida para prevenir o desequilíbrio socio-económico; Recuperar ou reconverter as áreas degradadas ou/e ocupação ilegal; Salvaguardar e valorizar as potencialidades e condições de vida dos espaços rurais e criar oportunidades de empregos como forma de fixar as populações no meio rural; Preservar e defender os solos com aptidão natural ou aproveitados para actividades agrícolas, pecuárias ou florestais, restringindo-se a sua afectação as outras utilizações aos casos em que tal for comprovadamente necessário; Proteger os recursos hídricos, as zonas ribeirinhas, a orla costeira, as florestas com a normal fruição pelas populações das suas potencialidades específicas; Proteger o património cultural e valorizar as paisagens resultantes da actuação humana.

Nesta conformidade o ordenamento do território visa a criação de condições favoráveis, que garantam os fins gerais do desenvolvimento económico e social, do bem-estar social, de defesa do ambiente e qualidade de vida do cidadão como vimos adiante referindo.

A par dos princípios e fins, a LOTU estabeleceu um conjunto de preceitos normativos relativos às diferentes tipologias de planos previstos.

No que diz respeito ao objectivo e âmbito territorial dos planos (Fig. 11), a LOTU classifica os planos em:

- *Planos nacionais*, abrangem todo o território nacional e têm por objectivo a definição da política nacional de ordenamento do território. Neste primeiro nível situam-se as Principais Opções de Ordenamento do Território (POOT) que constituem um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica, com carácter genérico relativamente a todo território nacional. Com efeito, as POOT estabelecem os princípios e as opções em matéria de ordenamento e planeamento territorial. Assumem a forma de lei, são elaborados pelo Governo (deve-se ler Presidente da República)³⁶ e aprovadas pela Assembleia Nacional, após consulta da Comissão Consultiva Nacional, e constituem o paradigma de referência para todos os planos de natureza inferior. Incluem-se também os Planos Territoriais Especiais Nacionais ou Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT). Estes abrangem áreas determinadas em função de

(³⁶) A LOTU foi aprovada em 2004, na vigência da Constituição de 1992, nos termos da qual o Governo era definido como o titular do Poder Executivo; porém, a nova CRA, extinguiu a figura do Governo, atribuindo ao Presidente da República o cargo de titular do Poder Executivo. Neste sentido, toda e qualquer referência feita na LOTU à figura do Governo deverá ser interpretada como feita ao titular do Poder Executivo.

fins específicos de ordenamento do território, designadamente: as áreas agrícolas, áreas de turismos, áreas de indústria, áreas ecológicas de reserva natural, de repovoamento, de defesa e segurança, reconversão, requalificação, revitalização, reabilitação de centros históricos, remodelação de infra-estruturas especiais como portos e aeroportos, os Planos Sectoriais Nacionais ou Planos Sectoriais de Ordenamento do Território (PSOT) abrangem sectores de infra-estruturas colectivas, como redes viárias de âmbito nacional, provincial ou comunal, redes de transportes, de abastecimento de águas energia e tratamento de efluentes.

- *Planos provinciais*, contêm as grandes opções estratégicas de carácter genérico referentes ao desenvolvimento provincial, definindo o modelo de ocupação dos solos rurais e urbanos. São planos hierarquicamente inferiores às POOT mas que servem de orientação aos planos municipais. Os planos provinciais são da iniciativa do Governador Provincial respectivo, sendo a sua preparação acompanhada pela Comissão Consultiva Nacional que emite parecer, tal como a Comissão Consultiva Provincial. A sua aprovação compete à Comissão Interministerial do Ordenamento do Território, sendo submetidos a ratificação pelo titular do Poder Executivo.

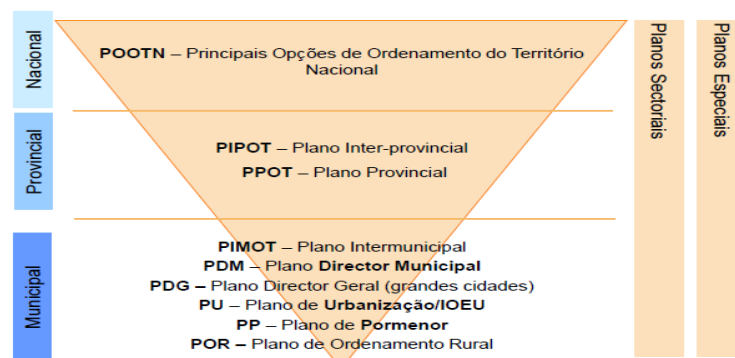
Os Planos Interprovinciais do Ordenamento do Território (PIPOT) têm a mesma natureza dos planos provinciais e visam a coordenação e integração complementar de duas ou mais províncias. Podem ter a natureza de planos sectoriais ou especiais, sendo as suas principais finalidades a coordenação e integração de planos provinciais; combate das assimetrias provinciais, manutenção da coerência e eficiência na protecção dos sistemas rurais e naturais; garantia de maior eficiência na programação de infra-estruturas que sirvam de duas ou mais províncias.

- *Planos municipais*, relativos a toda ou apenas parte de área territorial municipal. O Plano Director Municipal (PDM) representa o tipo central e fundamental de planos municipais, contendo directrizes de natureza estratégica e carácter genérico, representa o quadro global de referência, podendo estabelecer a classificação dos terrenos urbanos e dos terrenos rurais de um município. O PDM aplicável aos municípios cuja área territorial abranja solos rurais e urbanos, pode ser, com as devidas adaptações, também aplicável aos municípios integrados nas grandes cidades que tenham apenas solos urbanos e urbanizáveis. Os planos municipais podem abranger dois ou mais municípios, surgindo assim, os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT) e os planos municipais parciais, que podem consubstanciar-se em

Planos Urbanísticos (PU) e Planos de Ordenamento Rural (POR). O PU define o modelo de evolução da ocupação humana e da organização dos sistemas urbanos, designadamente pela classificação dos terrenos urbanos e definição dos respectivos perímetros, pela programação das redes viárias, de transporte, dos equipamentos colectivos e serviços públicos e privados, de carências habitacionais e ainda índices obrigatórios de zonas verdes, bem como de arborização das vias urbanas que contribuam para uma melhor qualidade do ambiente urbano. A um nível inferior surge o Plano de Pormenor (PP), que visa regulamentar a ocupação, uso ou preservação de determinados aspectos ou elementos urbanos. Ainda no âmbito do PU, as grandes cidades que integram vários municípios adoptam, para o seu planeamento urbanístico geral de todo o seu perímetro urbano, os Planos Directores Gerais (PDG), que asseguram a compatibilização intermunicipal com os planos directores de cada município integrante, bem, como com as directivas, quer dos Planos Provinciais de Ordenamento do Território em que se integram, quer com as das Principais Opções de Ordenamento do Território nacional.

Os Planos de Ordenamento Rural (POR), em razão da diversidade dos valores em causa, na ocupação e usos dos solos rurais, devem definir os modelos de preservação e evolução da organização espacial natural e humana, fixando: as potenciais áreas de explorações mineiras; as qualidades dos solos agrários em função da sua aptidão ou dos tipos de cultura ou de coberto florestal; os demais bens económicos, naturais, paisagísticos, culturais, turísticos e sociais do mundo rural. As autoridades tradicionais têm um importante papel na elaboração do POR em conformidade com as características Lei das Terras, é o respeito do Estado pelas terras aproveitadas pelas comunidades tradicionais, permitindo que elas aproveitem os seus solos de acordo com os seus usos e costumes, permitindo desta forma uma maior rentabilidade dos mesmos.

Fig. 11. Organização do Sistema de Ordenamento Territorial criado pela LOTU angolana



Fonte: Manuel Zangui 2011, MINUC

Pese embora, a grande abrangência ilustrada na LOTU, os desafios ainda são muitos. A nível da legislação houve um avanço significativo, mas “*o verdadeiro enclave centra-se na insuficiência de quadros, o que resulta numa fraca interpretação, aplicação e implementação dos instrumentos de gestão territorial*” (entrevista ao Arqº. Rafael da Costa, Chefe de Departamento DNOTU-MINUHA, Agosto 2013).

No quadro 2 contém o ponto de situação dos PDM em Angola.

Quadro 2. Ponto de Situação dos PDM em Angola

PROVÍNCIAS	Nº	MUNICÍPIOS	CONSULTORES	PONTO DE SITUAÇÃO*
KWANZA NORTE	1	Ambaca	CESO CI ANGOLA	Em Execução
	2	Golungo Alto	LOUIS BERGER	Em Execução
	3	Lucala	CESO CI ANGOLA	Em Execução
	4	Cazengo	DIAMETRO ANGOLA	Em Execução
HUAMBO	1	Bailundo	CENGA-Austral Investek, S.A	Em Execução
	2	Cachiungo	CENGA-Austral Investek, S.A	Em Execução
	3	Londuimbali	CENGA-Austral Investek, S.A	Em Execução
	4	Mungo	CENGA-Austral Investek, S.A	Em Execução
	5	Huambo	Prossistema, Interserviços, Ogimatech, Universidade dos Açores	Em Execução
BENGO	1	Dande	Dra Isabel Serrão -MINUC	Em Execução
LUNDA NORTE	1	Chitato	TERMITEIRA CONSULTORES, Lda	Em Execução
	2	Xá-Muteba	TERMITEIRA CONSULTORES, Lda	Em Execução
KUANDO KUBANGO	1	Menongue		Aprovado (Local)
	2	Cuchi		Em Execução
	3	Cuito Cuanavale		Em Execução
	4	Cuangar		Em Execução
	5	Calai		Em Execução
	6	Dirico		Em Execução
	7	Nancova		Em Execução
	8	Mavinga		Em Execução
	9	Rivungo		Em Execução
LUNDA SUL	1	Saurimo	CESO	Em Execução
	2	Dala	FORCE SOLUTIONS	Em Execução
	3	Muconda	SINFIC	Em Execução
	4	Cacolo	AFOP	Em Execução
HUÍLA	1	Lubango**	SINFIC	Elaborado (Local)

Fonte: MINUHA-2012, folheto policopiado. (*) **Pontos de Situação:** Em Execução, Publicado, Ratificado, Aprovado (Local ou Superiormente). **Espaço em branco:** consultores não especificados.

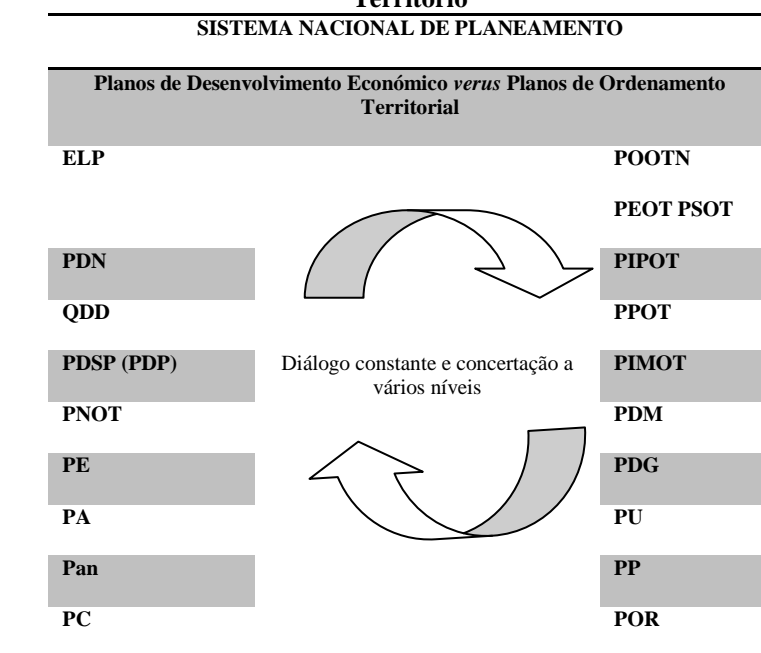
(**) **Fonte:** Governo da Província da Huíla, Plano Director da Cidade do Lubango 2003/2020 (PDL-2004).

A leitura do quadro evidencia que pouco se fez na elaboração PDM no país, passados nove anos desde a entrada em vigor da primeira LOTU. *“Oficialmente em Angola não existe nenhum PDM aprovado”* (entrevista ao Arq.º Rafael da Costa, Chefe de Departamento, DNOTU-MINUHA, Agosto 2013, Luanda).

“As principais dificuldades na aplicação dos instrumentos territoriais passa pelo fraco conhecimento que os técnicos da área e a população no geral possuem sobre as políticas, leis, normas, regulamentos e programas de ordenamento do território, bem como a formação de quadros com capacidades mais interventivas do que administrativa nesta área, talvez por ser uma ciência nova para o país” (entrevista ao Arq.º Gildo de Brito, Direcção Nacional da Habitação-MINUHA, Setembro 2013, Luanda). Na mesma senda SEBASTIÃO 2005 (in BENGÁ et MARTINS, 2005:69) refere que “as características da Angola urbana impõem tarefas desafiadoras e os Arquitectos e Planeadores Urbanos, não têm conhecimentos acumulados nem experiências para lidar com ela. Segundo o autor, a dimensão da estratégia urbana angolana está a exigir o desenvolvimento de respostas que, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pela informação científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação de ideias fora do lugar, tão característico do planeamento urbano em Angola.”

O relacionamento entre os planos de desenvolvimento económico previsto no Sistema Nacional do Planeamento e os Planos de Ordenamento Territoriais está ilustrado na Figura 12.

Fig. 12. Relação dos Planos de Desenvolvimento Económico versus Planos de Ordenamento do Território



Fonte: adaptado de SNP e LOTU, elaboração própria.

Como se referiu FRANCISCO 2005 (*in* BENGHA et MARTINS, 2005:66), não nos devemos esquecer que a vinculação do planeamento físico ao planeamento económico é uma das principais tarefas económicas que devem realizar os países subdesenvolvidos, que iniciam a construção de um modelo de desenvolvimento que vise uma economia equilibrada e sustentada para superar a estrutura económica deformada herdada do colonialismo – caso de Angola – como são: pouco desenvolvimento industrial e unilateral, mono-produção, mono-exportação, sub-utilização dos recursos agrícolas, desemprego, sub-emprego, baixo nível cultural e péssimas condições sanitárias.

Para os autores BENGHA et MARTINS (2005:3) “temos, pois, que tomar as medidas de desenvolvimento mais adequadas por forma a recuperar o tempo perdido e potenciarmos as nossas vantagens competitivas num mundo cada vez mais concorrencial e global.”

Nesta óptica, mas uma vez a formação de novos quadros e a seminarização dos já existentes afigura-se como uma estratégia a aplicar a curto e longo prazo.

Como se referi o documento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2008):³⁷

⁽³⁷⁾ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO) (2008) – “Programa de Capacitação Regional sobre Regime de Propriedade e Gestão da Terra e

Fortalecer as instituições do Estado tornando-as capazes de exercer as suas funções de fiscalização, regulador e de arbitragem;

Aumentar a capacidade de *lobbie* e advocacia das organizações da sociedade civil;

Capacitar os usuários sobre os pequenos agricultores e as comunidades rurais no sentido de aumentarem a sua segurança de posse e serem capazes de reivindicar os seus direitos;

Simplificar os registos de terras, a instauração de processos e concessões de títulos, particularmente para os pequenos produtores e comunidades rurais mais pobres;

Valorizar a terra, tornando-a uma garantia para obtenção de créditos.

Em suma, a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo e a Lei das Terras aprovadas em 2004, representam os avanços mais significativos em matéria de ordenamento do território, por representarem os únicos instrumentos legais de suporte para regulamentação, elaboração de projectos de desenvolvimento de assentamentos humanos complementados pela Lei de Base do Ambiente, onde todas as ideias estão concentradas na Lei de Base do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento. Em conformidade com as leis acima, o governo fez publicar importantes regulamentos a destacar: Regulamento Geral dos Planos Territoriais Urbanos e Rurais (Decreto nº 2/06, de 23 de Janeiro), Regulamento de Licenciamento das Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Obras de Construção (Decreto nº 80/06, de 30 de Outubro), Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto nº 13/07, de 26 de Fevereiro), Regulamento Geral de Concessão de Terrenos (Decreto nº 58/07, de 13 de Julho).

Perante o quadro actual, com vista adoptar o nosso território de instrumentos validos e exequíveis é importante buscar o *modus operandi* de outros países e adequá-los ao nosso território e a troca de experiencias constante para que os nossos técnicos possam adquirir o *know how* suficiente, para evitar as distorções verificadas nas últimas décadas.

4. PROVÍNCIA DO NAMIBE: SITUAÇÃO ACTUAL, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Este capítulo corresponde ao caso de estudo. Aborda os aspectos geográfico, ambiente biofísico, base produtiva, população, as infra-estruturas, a estrutura do povoamento rural, os problemas urbanos e o funcionamento do poder local. Depois identifica os principais desafios do desenvolvimento e do ordenamento do território e procura possíveis soluções com vista a garantir a qualidade de vida das populações

Na província do Namibe o trabalho de campo incidiu em quatro municípios, Namibe, Tômbwa, Bibala e Kamucio, dando maior realce ao município sede (Namibe)³⁸.

4.1. Localização geográfica

A província do Namibe situa-se na extremidade sudoeste da República de Angola, na fronteira com a República da Namíbia, sendo limitada a norte pela província de Benguela, a leste pela província da Huíla, a oeste pelo Oceano Atlântico a sul pelo rio Cunene e pela República da Namíbia. Tem uma área total de 56.389 Km² e uma faixa litoral com uma extensão de cerca de 420 Km (Fig. 13).

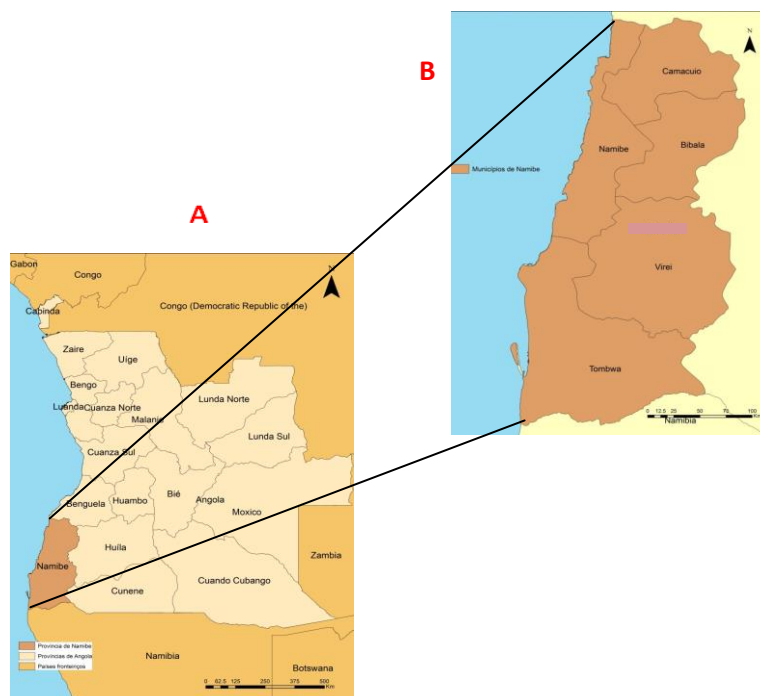


Fig. 13. (A) Localização da província do Namibe, (B) Municípios do Namibe, Fonte: www.divas-gis.org, elaboração própria.

⁽³⁸⁾ Localização geográfica, Ambiente Biofísico, Base Produtiva, População, Infra-estruturas de Básicas e Arquitectura Institucional, parte considerável destes assuntos foram extraídos dos documentos PDIPN 2007 e PDES 2013.

Administrativamente a província está dividida em 5 Municípios (Namibe, Tômbwa, Bibala, Virei e Kamucuio) e 15 Comunas (Quadro 3).

Quadro 3. Municípios e Comunas da Província do Namibe

MUNICÍPIOS	NAMIBE	TÔMBWA	BIBALA	VIREI	KAMUCUIO
COMUNAS	Forte Santa Rita	Tômbwa (sede)	Bibala (sede)	Virei (sede)	Kamucuio (sede)
	Lucira	Baía dos Tigres	Capangombe	Cainde	Chingo
	Bentiaba	Yona	Caitou	-	Mamué
			Lola	-	-

Elaboração própria

4.2. Ambiente Biofísico

• Clima

O clima da província do Namibe é considerado o melhor de toda a costa litoral de Angola tropical de altitude, nas zonas limítrofes com a província da Huíla, desértico em toda a extensão do deserto do Namibe e temperado húmido (com variações entre os 17°C e os 25°C) ao longo do litoral. De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima da província do Namibe é árido ao longo de uma faixa ocidental e semiárido na parte restante, exceptuando uma estreita faixa no (NE) da província com clima subhúmido seco, marcando a transição para os planaltos do interior com clima húmido.

A humidade relativa diminui do litoral para o interior, sendo da ordem dos 75 a 80 % junto à costa e de 55 a 60 % no planalto. Na zona costeira os valores mais altos ocorrem de Junho a Agosto, sendo da ordem dos 85 %. No interior os valores mais elevados, cerca de 70 %, verificam-se no mês de Março. Os valores mínimos da humidade relativa do ar ocorrem em Novembro a Dezembro no litoral (72 a 77 %) e entre Maio e Agosto no interior (30 a 40 %).

Os ventos bastante regulares quer em direcção quer em intensidade, ao longo de todo ano, rodando na ordem dos 12 Km/h junto ao litoral e de 8 Km/h no interior. Os meses mais ventosos são os de Dezembro à Fevereiro e os menos são os de Junho à Agosto.

A insolação aumenta do litoral, com um valor médio anual da ordem das 2.300 horas (Estação Moçâmedes), para o interior onde o valor médio da insolação anual chega a ser superior a 2.600 horas (Estação Lubango). A precipitação no litoral é

extremamente reduzida, verificando-se diversos anos onde a precipitação anual é mesmo nula (Namibe, Tômbwa e Baía dos Tigres). A precipitação aumenta para o interior (o valor médio da precipitação em Caraculo é de 170 mm), à medida que o efeito da corrente fria se vai atenuando. Nas escarpas e no planalto superior a precipitação anual é da ordem dos 800-900 mm.

- **Hidrologia**

Devido à reduzida precipitação e ao clima desértico, seco e quente a água assume um papel importante na satisfação das necessidades humanas e no abeberamento dos animais.

Os seus principais rios são: Carunjamba, Inamangando, Bentiaba, Giraúl, Bero, Catera, Cangala, Piambo, Flamingo, Curoca e o rio Cunene. Estes rios são de águas periódicas muito dependentes das águas que caem na Serra da Chela, excepto o Rio Cunene que apresenta caudal permanente (ANEXO III).

Relativamente aos escoamentos superficiais, as potencialidades dos rios Curoca, Bero e Bentiaba são muito semelhantes, com os valores médios anuais à volta dos 40 milhões de m³. As do rio Giraúl, cerca de 20 milhões de m³, são bastantes inferiores. Os rios Camajamba e Inamangando apresentam apenas um escoamento potencial de 10 milhões de metros cúbicos. O escoamento superficial nas restantes bacias hidrográficas é praticamente nulo.

A mineralização das águas aumenta, por faixas paralelas, de este para oeste, bruscamente nos interflúvios e gradualmente junto aos vales aluvionares dos cursos de água:

Na 1ª faixa envolvente da escarpa da Chela e que engloba as zonas de Cainde, Vila Arriaga e Lola as águas são hipossalinas, próprias para consumo humano, rega e abeberamento de gado; na 2ª faixa que engloba as zonas Kamacuio, Caitou, Munhino e Cavelocamo as águas são medianamente salinas e podem dum modo geral, considerar-se potáveis; na 3ª faixa, que engloba as zonas de Capolopolo, Virei, Caraculo, Mango e Cairofa as águas são hipersalinas e impróprias para abastecimento humano. Junto dos vales aluvionares dos rios podem obter-se águas potáveis. Entre esta faixa e a orla litoral as águas atingem resíduos secos entre os 5000 e os 10000 mg/l, impróprias para consumo humano e rega, mas podem ser utilizadas para abeberamento dos animais.

As menores áreas de solos irrigáveis, conduzem a necessidades de água mais reduzidas e dispersas (abastecimento às populações e gado principalmente), pelo que o fornecimento de água pratica-se com recurso a uma série de fontes de pequena capacidade (furos, pequenas represas nos rios, depressões naturais e chimpacas³⁹).

- **Vegetação e Fauna**

Fruto das características climáticas da região, as comunidades vegetais típicas são essencialmente moldadas pela sua capacidade de se adaptar a secura.

A vegetação predominante nesta parcela do país é o deserto, estepes povoadas de pequenos arbustos, destacando a rara planta *Welwitchia Mirabilis*.

A fauna terrestre apresenta características únicas ao nível das suas componentes específicas no panorama nacional, fruto das particularidades biogeográficas da região. Pese embora a riqueza potencial de espécies da fauna terrestre, nomeadamente de megamamíferos, a delapidação que esta sofreu ao longo das últimas décadas levou a que muitas espécies da província estejam ameaçadas ou mesmo extintas (rinoceronte-preto, mabeco, hipopótamo, leão, chita, ...).

- **Reserva Regional do Namibe e Parque Nacional do Yona-Namibe**

A Reserva Regional do Namibe, importante local de conservação da fauna e flora nacional é reserva nacional desde 1960, ocupa uma área de 4.450 km², localiza-se numa área desértica com grandes dunas de areia, que termina em escarpas montanhosas. Apesar do meio ser pouco próprio para a manutenção da fauna podem ser encontrados: búfalo, elefante, cudu, girafa, impala, hipopótamos, órix, zebra da montanha. No passado foi reconhecido como zona de maior variedade de antílopes de Angola.

O Parque Nacional do Yona, ascendeu a essa categoria em 1964. Com uma área de 15.150 km², é considerado o maior parque do país, localizado a cerca de 200 km da cidade do Namibe entre o oceano Atlântico e os rios Cunene (o que faz fronteira com a República da Namíbia) e Curoca. Há três tipos de vegetação no parque: anharas, dunas com arbustos e planície de savana com pequenos arbustos. Os animais que podem ser encontrados são: cudu, dik-dik, chacal, hiena manchada, leão, girafa, órix. O parque voltou a receber visitas desde o alcance da paz (ANEXO IV).

(³⁹) *Chimpacas* – termo herdado do dialecto Cuanhama, é uma escavação em terreno argiloso, impermeável, para retenção de água que, enchendo na época das cheias, armazena certa quantidade de água para ser utilizado na época seca.

- **Solo**

De acordo com a classificação FAO-UNESCO, dos 10 agrupamentos principais de solos que ocorrem na província, o mais representativo é o agrupamento Calcisols (solos com o interesse agrícola limitado) cerca de 28,6%, devido sobretudo à presença de Luvic Calcisols (16,1%).

No entanto, verifica-se que cerca de 45% da Província (quase a totalidade da região Sul), foi cartografada com a designação de Terreno Rochoso. As áreas com potencial de utilização agrícola são restritas limitando-se às baixas aluvionais dos principais rios (Fluvisols). Fora da faixa costeira, as áreas com potencial agrícola mantêm-se reduzidas às estreitas orlas fluviais dos principais rios.

4.3. Base Produtiva

A actividade económica da província assenta, essencialmente, nas transformações de produtos vindo das actividades agro-pecuárias, pesqueiras e nas indústrias derivadas (extração e transformação de rochas ornamentais).

Na área da agricultura (de subsistência), salienta-se a produção de oliveira, vinha, mandioca, batata-doce, melão, melancia, massango, milho, massambala, feijão, tabaco, café, algodão e citrinos. O tipo de gado mais usual é o bovino, caprino e ovino.

- **Pescas**

Os principais recursos a serem aproveitados para o consumo interno e exportação corresponde às diversas espécies de peixe, ao caranguejo, à amêijoia, à ostra entre outros. Actualmente a maioria parte do peixe capturado destina-se ao consumo directo, à salga e à seca, sendo o restante canalizado para a congelação, conserva e farinha.

As indústrias pesqueiras estão localizadas nos municípios de Namibe, Tômbwa e na vila piscatória da Lucira. O sector pesqueiro da província é um dos mais importantes do país, constituindo cerca de 65% da actividade nacional. Este sector apresenta algumas infra-estruturas de pesca artesanal e industrial que, no entanto, precisam de apoios para o seu desenvolvimento e a sua reabilitação.

Em 2009, as capturas foram de 15.855,6 toneladas, em 2010 de 28.378,40 toneladas, resultando um acréscimo de 79% aproximadamente. No ano de 2011, os resultados foram de 21.654,50 toneladas, o que traduz um decréscimo de 24%. No ano

de 2012, o valor de captura atingiu 11.323,1 toneladas, relativamente inferior em relação aos anos anteriores, reflectindo algumas debilidades assinaláveis, como estado insatisfatório da frota pesqueira, elevado número de barcos em estado inoperante e ausência de mão-de-obra qualificada, e também a influência de factores externos como seja o problema das focas (com as reduzidas temperaturas no cacimbo as focas migram para as zonas costeiras e consomem grandes quantidades de peixe). A situação actual das empresas de pesca cadastradas nas três Zonas Pesqueiras, Zona Norte (Lucira), Zona Centro (Namibe) e Zona Sul (Tômbwa) releva alguma preocupação dado que das 60 empresas 10 encontram-se inoperantes e 19 abandonadas. (Fig. 14).



**Fig. 14. Fábricas Abandonadas, Município do Tômbwa.
Autor, Agosto 2013**

Hoje, as dificuldades com que se depara a indústria piscatória são várias nomeadamente:

- Falta de infra-estrutura em terra para apoio a pesca (sistema de recepção, transformação e processamento do pescado, terminal de desembarque no Tômbwa com sistema de abastecimento de combustível);
- Ausência das oficinas de reparação, manutenção e construção;
- Necessidade e regulamento específico para o tipo de embarcações de cerco quanto de arrasto;
- Falta de incentivo para o fomento da aquicultura.

A produção de sal tem enfrentado problemas técnicos nomeadamente avarias no sistema de bombagem de água. A produção do sal tem vindo a decrescer. No entanto, ainda existem algumas unidades de extracção e iodização de sal marinho no município do Namibe e na comuna da Lucira.

- **Agricultura**

Ocorrem na província dois sistemas agrícolas distintos:

- Regadio aluvionar (mais intensivo em trabalho e capital): solos muito férteis e clima altamente favorável para horticultura e fruticultura. Só na zona litoral (pode ser praticada nos vales do Inamangando, Bentiaba, Bero, Giraúl e Curoca) essas áreas totalizam (exceptuando o Curoca) cerca de 8.376 hectares com bom nível de aproveitamento.

- Regime extensivo de sequeiros (mais intenso no uso do factor terra): a irregularidade e escassez das precipitações, a exploração agrícola faz-se na base de culturas resistente à seca, destacando-se a massambala (*Sorghum*) e massango (*Pennisetum*) e algumas perenes como o sisal. Este tipo de agricultura é feito nos municípios da Bibala e Kamucuio.

- **Pecuária**

Na região é notório a criação de bovinos, suínos e aves, com condições favoráveis da implementação de indústria de lacticínios, de curtumes, de calçados e do abate de derivados de carne.

Actualmente, a quase totalidade da bovinicultura na região encontra-se na posse dos povos Mucubais, pelo que o pastoreio transumante constitui uma preocupação. As suas boas condições nas zonas semi-áridas dos 700 a 1200 metros de altitude, determina a existência de um efectivo superior a 500 mil cabeças de gados e, caprinos superior a 1.500 mil cabeças, em posse do sector tradicional.

- **Recursos Minerais**

Os recursos minerais da província são mármore proveniente do município do Virei e outros metais básicos, como níquel, cobalto, fluorite, platina, ouro, urânio, zarcão, cobre e zinco na povoação do Curoca. Os materiais de construção de origem mineira gesso, área, cálcio e argila, podem ser explorados diminuindo a carência destes para construção civil e pavimentação de ruas. Destaca-se ainda, as águas de mesa e minero-medicinais, na localidade da Mahita e da Montipa (município da Bibala).

Muitos destes podem ser utilizados na obtenção de divisas e no desenvolvimento de outras actividades no mercado interno, nomeadamente na construção civil e na indústria transformadora.

- **Comércio, Hotelaria e Turismo**

A actividade comercial caracteriza-se em três sistemas distintos: sistema formal, sistema informal e venda ambulante, distribuídos por 1.098 estabelecimentos e 2.362 agentes comerciais. Aproximadamente 90% dos estabelecimentos comerciais encontram-se sedeados nas cidades do Namibe e Tômbwa, que são os maiores centros urbanos da província.

A rede hoteleira está muito aquém da procura porque apenas possui três hotéis em funcionamento (Chick-Chick Hotel Namibe, Hotel Moçâmedes e o Hotel Infortur, este último inaugurado recentemente). Os eventos das festas do Mar e do 4 de Agosto atraem grande quantidade de turistas nacionais e internacionais, nesta época os hotéis e similares não são suficientes.

A província possui uma paisagem natural muito diversificada (orla marítima, savana, deserto) e apresenta vários interesses turísticos: as igrejas de Santo Adrião, São Tiago, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Rosário; as fortalezas de São Fernando e de Kapangombe; a Serra da Leba, conhecida por Morro da Chela; Serra das Neves; Grutas, pinturas e gravuras rupestres, arte Mbali o Parque Nacional do Yona; diversas praias; a *Welwitschia Mirabilis*⁴⁰, uma espécie botânica indígena (única no mundo), que simboliza a resistência e a sobrevivência das espécies vegetais e animais do deserto.

O turismo é um dos sectores com fortes potencialidades para o crescimento económico da província, dada a sua grande diversidade ecológica e patrimonial. Pode afirmar-se como um dos pontos mais privilegiados do país para o desenvolvimento da indústria turística, considerada a indústria da paz, porém, algumas estradas foram abertas e desminadas para facilitar o acesso aos diversos pontos turísticos. Mas ainda persistem muitas dificuldades: a não recuperação das infra-estruturas em geral; ausência de práticas urbanísticas reguladoras da expansão urbana; ocupação não regulada da orla litoral; pouca diversidade de produtos turísticos face aos recursos existentes; fraco desenvolvimento económico das sedes municipais e comunais; degradação do comércio

⁽⁴⁰⁾ Quanto a esta espécie vegetal, salienta-se que a planta foi identificada, pela primeira vez, por F. Welwitsch, em 1859. É constituída por apenas duas folhas largas e planas, que se dividem em tiras e que podem alcançar 9 metros de comprimento, sendo por isso conhecida como "polvo do deserto". A planta sobrevive bem às duras condições do deserto, absorvendo água do lençol freático através da sua raiz com 40 metros. A longevidade da *Welwitschia Mirabilis* é tão grande que se calcula que alguns exemplares mais antigos tenham 2000 anos.

tradicional; taxas de juros elevadas; inexistência de um plano de marketing orientador do turismo nacional; etc.

Em Outubro de 2009, o Governo da província criou um grupo para “Inventariação dos Pontos Turístico da Província”.

Em 2012, a cidade do Namibe acolheu o IV Conselho Consultivo do Ministério da Hotelaria e Turismo (MINHOTUR) e no quadro do Dia Mundial do Turismo (DMT ou WTD) e o acto do Ano Internacional da Biodiversidade 2010, sob o lema “Turismo Interno Factor de Desenvolvimento Sustentável” o mesmo pretendeu aumentar a consciência da estreita relação entre o Desenvolvimento do Turismo, Conservação da Biodiversidade e redução da pobreza, na instância, NZUZI 2012 referiu que, “*o desenvolvimento do turismo exige um planeamento cuidadoso para evitar ter impacto negativo sobre a biodiversidade*”. A caça furtiva por turistas estrangeiros e locais vem crescendo dado a fraca capacidade de fiscalização.

Em suma, a sua base económica assenta nas actividades agro-pecuárias e pesqueiras e nas indústrias derivadas.

4.4. População

A maior da população localiza-se na costa litoral, nas localidades de Namibe, Tômbwa e Baía dos Tigres. A sul da província, encontra-se o deserto de Namibe, quase inabitado. A população da província é estimada em 1.195.779 habitantes. O município do Tômbwa é o segundo maior centro urbano mas, em termos de densidade populacional é o quarto, superado pelos municípios de Bibala e Virei (quadro 4).

Quadro 4. Distribuição da População por Municípios na Província do Namibe, em 2006

MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (Km ²)	HABITANTES	CRIANÇAS < 5 ANOS	MULHERES EM IDADE FÉRTIL	DENS. POP. (Hab./Km ²)	CONC. POP. (%)
NAMIBE	8.917	539.273	108.240	119.067	60	45,10
TÔMBWA	17.279	187.573	37.680	41.440	10	15,69
BIBALA	7.689	211.020	42.240	46.469	28	17,65
VIREI	15.114	117.233	23.520	25.872	8	9,80
KAMUCUIO	7.390	140.680	28.320	31.152	19	11,76
PROVÍNCIA	56.389	1.195.779	240.000	264.000	21	--

Fonte: PDES 2013

A principal razão dos municípios do Namibe e Tômbwa concentrarem grande parte da população da província deve-se à forte atracção da actividade piscatória, actividade ligada aos primeiros povos que habitaram o território, que aí se fixaram, formando os primeiros aglomerados. São também os maiores centros urbanos da província, com mais infra-estruturas, nomeadamente escolas, hospitais, serviços de comércio formal/informal, e representam as maiores oportunidades de empregos.

O grupo étnico, mais caraterístico da província são os Hereros (Ovakuvale ou Cuvaes, Ovahimbas ou Himbas, Ovakwanyoka ou Cuanhocas, e Ovanguendelengo ou Guendelengos). Embora de verifique a existência de Nyanyeka-Humbe, Ambos, Nganguelas, Ovakwissi e Ovakwepe. A relativa calma que passou a província do Namibe durante o período da guerra civil, conduziu a que se tornasse destino de muitos angolanos vindos maioritariamente das províncias vizinhas, nomeadamente o grupo Ovibundo. Presentemente este corresponde ao grupo étnico maioritário.

4.5. Infra-Estruturas Básicas

- **Abastecimento de Água**

O abastecimento de água das áreas urbanas e nos principais aglomerados realiza-se através de sistema do tipo convencional composto por furo de captação com bombagem, conduta de adução, reservatório de regularização e rede de distribuição. A rede urbana de distribuição, do tempo colonial se encontra em estado obsoleto avançado. Nalgumas zonas peri-urbanas o abastecimento é feito através de cisternas. Nas áreas rurais o abastecimento de água à população é feito com bombas volantes (vulgarmente denominadas por sondas) com um pequeno reservatório associado, na maior dos casos retiram directamente dos rios (Fig. 15).



Fig. 15. Abastecimento de Água por meio de Sonda, Kamucuio. Autor, Agosto 2013

Na província existem 22 sistemas de captações subterrâneas de água e 31 furos (Quadro 5).

Quadro 5. Número de Sistemas e Furos de Captação de Água

MUNICÍPIO	SISTEMAS	FUROS
Namibe	5	10
Tômbwa	2	6
Bibala	9	9
Virei	4	4
Kamucuio	2	2
TOTAL	22	31

Fonte: PDES 2013

- **Rede Eléctrica**

Até 1981, ano de entrada em funcionamento da Central Térmica do Xitoto (Namibe), toda energia eléctrica vinha da província da Huíla, na Central Térmica da Matala.

A produção de energia eléctrica é assegurada pelos seguintes sistemas:

- Central Hidroelétrica da Matala (a partir da província da Huíla), fornece o município do Namibe;
- Central Térmica do Xitoto (no município do Namibe, fornece ao mesmo município);
- Central Térmica do Tômbwa, fornece ao município do Tômbwa;

Nas restantes sedes municipais e comunais são abastecidos por grupos geradores.

- **Saneamento Básico**

A rede de esgoto da cidade do Namibe foi dimensionada para atender 25.000 habitantes, hoje está com 539.273 habitantes. A situação do escoamento das águas residuais e pluviais é caótica face ao crescimento demográfico. Das três estações de elevação existentes, apenas uma funciona e de forma deficiente. Esta situação ficou agravada com as cheias de 5 de Abril de 2001, que destruiu no antigo Bairro da Nação Praia, a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), fez com que a drenagem das águas residuais e pluviais esteja praticamente estagnada. As cheias de 2001

demonstraram que a cidade do Namibe não está preparada para grandes quantidades de chuvas.

Nas periferias e nos restantes municípios são utilizadas fossas sépticas, excepto nos aglomerados urbanos mais antigos do Namibe e Tômbwa. Para BONGA et al (2008:16) *“a falta de um sistema de drenagem de águas residuais, leva os cidadãos a defecar, urinar e deitar as águas sujas em locais impróprios como: estradas, ruas, escombros, ao ar livre no deserto, facto que se agrava com os hábitos culturais, pobreza e o elevado índice de analfabetismo, por exemplo os munícipes partem as tampas das caixas de visita para introduzirem resíduos de varia ordem, isto é, líquidos, sólidos, etc.”*. Esta situação tem provocado doenças como: diarreias, cólera, paludismo, hepatite, febre-amarela, etc. causadoras de muitas mortes.

Algumas caixas de visita são vandalizadas e outras cedem por excesso de resíduos e do seu estado obsoleto avançado (Fig. 16).



Fig. 16. (A) Caixa de visita aberta no centro da via, (B) Caixa de visita cedeu devido a quantidade de resíduos e do seu estado obsoleto. Autor, Agosto 2013

- **Vias de Acesso e Transportes**

A província goza de vias de acesso privilegiada, nomeadamente: rede rodoviária, rede ferroviária, transporte aéreo e o Porto do Namibe (Comercial e Mineraleiro).

A rede rodoviária é constituída por 529 Km de estradas primárias, 559 Km de estradas secundárias e 1.637 Km de estradas terciárias, parte delas necessitam de intervenção, com maior incidência as terciárias.

Assim, podemos entender as distâncias e o estado das vias desde a sede da província a sede dos municípios:

Namibe/Tômbwa (90 Km) totalmente asfaltada e sinalizada;

Namibe/Bibala (150 Km) totalmente asfaltada em sinalização;

Namibe/Virei (130 Km) de estrada terraplanada;

Namibe/Kamucuio (280 Km), 170 Km de asfalto (via Lucira) e 110 Km terraplanado. (entrevista ao Engº Honorato Paulo, Director da Mecanização Agrícola do Namibe-MECANAGRO, Agosto 2013).

Podemos destacar as estradas nacionais EN280 que liga o Namibe à província da Huíla, principal eixo de entrada e saída de passageiros e mercadoria, e a EN100-3 que liga o Namibe ao Tômbwa. *“Os trabalhos de desmatamento e terraplanagem e tapa buracos das principais vias terciárias decorrem a bom ritmo, a conservação e manutenção no geral é boa”* (entrevista ao Engº Edgar Xavier, Director Provincial do Instituto Nacional de Estradas de Angola-Namibe-INEA, Agosto 2013).

No que se refere aos serviços de transportes rodoviários Inter-Municípias, o transporte de passageiros e mercadoria é realizada por operadoras privadas, colectivos e singulares, isto é, existem empresas de camionagem e autocarros que garantem estes serviços. A oferta é razoável pese embora o estado de conservação dos mesmos ainda deixar a desejar.

A rede ferroviária corresponde ao Caminho de Ferro-de-Moçâmedes (CFM), que liga as províncias de Namibe, Huíla e Kuando Kubango, numa extensão de 907 Km. A via-férrea divide a província praticamente ao meio, na direcção Este-Oeste incluindo as estações de Namibe, Caraculo e Bibala. O CFM foi reinaugurado em 2012, e o seu pleno funcionamento, previsto para o final de 2013, permitirá acelerar o desenvolvimento económico e social da região, em particular da província.

As infra-estruturas de transporte aéreo correspondem ao aeroporto Yuri Gagarin (Fig. 17), situado acerca de 7 Km da cidade sede. Tem a categoria A da Organização Internacional da Aviação Civil (OACI), tem a capacidade de receber as mais modernas naves em operação comercial, recebe ocasionalmente aviões ligeiros provenientes da vizinha República da Namíbia, possui uma placa que alberca 4 aviões do tipo Boeing 737. Foi reinaugurado em Setembro de 2013, na véspera do Campeonato Mundial de Hóquei Patins. As restantes infra-estruturas aeroportuárias são pistas com capacidade para pequenas aeronaves mas que se encontram inoperantes, designadamente: 8 pistas de avião em terra batido (nas localidades da Bibala, Kamucuio, Virei, Lucira, Caraculo e Yona e 3 pistas de aviação asfaltadas (Namibe, Tômbwa e Baía dos Tigres).

O Porto Comercial, dispõe de um cais de 800 metros, dos quais 480 metros para navios de longo curso. É uma infra-estrutura de grande importância ao nível da mobilidade de investimentos para a província e a região. Dispõe de uma ligação à rede ferroviária. O Porto Mineraleiro, situado mais a norte na localidade do Saco-Mar, construído em 1967, com o objectivo principal de escoamento do minério de ferro de Cassinda e de rochas ornamentais. Está inactivo desde 1978. Actualmente funciona no porto o terminal para descarga de combustível para a região sul do país.



Fig. 17. (A) Aeroporto Yuri Gagarin-Namibe (vista decima), (B) Aeroporto Yuri Gagarin (vista frontal). Fonte: foto (A) Globocred Outubro 2013, foto (B) Autor, Setembro 2013

Quanto à mobilidade, importa referir que na sociedade actual, tem se tornado cada vez mais numa função indispensável, o Namibe não está fora deste contexto. O transporte terrestre registou uma grande melhoria com o surgimento de novas frotas de autocarros e a abertura de novas linhas, melhorando a acessibilidade nas áreas urbanas e rurais. A acessibilidade aos transportes público para pessoas com reduzida mobilidade não existe porque os meios não estão aptos nem os passeios adaptados a essa realidade, grande parte dos passeios, pavimentos e acessos estão em mau estado.

4.6. Arquitectura Institucional

Administrativamente o território é assegurado pelos órgãos de Administração do Estado ao nível provincial pelo governo provincial (ANEXO V), ao nível municipal pela administração municipal, e ao nível comunal pela administração comunal.

No domínio do desenvolvimento urbano e ordenamento do território, o Governo da Província tem as seguintes atribuições⁴¹:

- Elaborar e aprovar a proposta do plano provincial de ordenamento do território e remetê-lo ao órgão governamental que, a nível nacional, superintende o ordenamento do território, para aprovação;
- Elaborar e aprovar projectos urbanísticos e o respectivo loteamento para as áreas definidas para construção;
- Promover, apoiar e acompanhar o desenvolvimento de programas de auto-construção dirigida e de habitação social;
- Autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais, de área igual ou inferior a 1000 hectares;
- Autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos urbanos, de acordo com os planos urbanísticos e com os loteamentos aprovados;
- Celebrar contractos de arrendamentos pelos quais se constituam direitos de ocupação precária de terrenos do domínio público privado do Estado, nos termos a definir por regulamento;
- Submeter ao Conselho de Ministros propostas de transferência de terrenos do domínio público para o domínio privado do Estado;
- Submeter ao Conselho de Ministros propostas de concessão de forais aos centros urbanos que preencham os requisitos legais;
- Administrar o domínio fundiário e privado do Estado;
- Observar e fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei de Terras e seus regulamentos.

Assim, o governo perspectiva que o ordenamento do território e a gestão territorial, passa afigurar nas prioridades do investimento público, repercutindo-se na gestão e crescimento do espaço urbano e sua infra-estruturação sobretudo das áreas residenciais, a dotação de equipamentos colectivos e a programação de novas áreas de expansão, assegurando que os planos directores de desenvolvimento municipais constituam-se em ferramentas fundamentais de gestão nos próximos anos.

⁽⁴¹⁾ <http://www.namibe.gov.ao/Institucionais/Atribuicoes.aspx>, acesso em 04.08.2013.

As dificuldades neste sector (concretamente na Direcção Provincial de Obras Públicas Urbanismo e Ambiente, no IGCA, no INOTU e nos serviços técnicos das administrações) vão desde a falta de capacidade de fiscalização, formação técnica em planeamento e gestão do território, falta de meios e equipamentos para loteamento, falta de investimento em infra-estruturas de suporte à urbanização, falta de investimento na modernização administrativa e a ausência de instrumentos de gestão territorial apropriados, etc. (PDES, 2013:161-162). Esta situação agrava-se porque “*o mercado não oferece muitos técnicos e grande parte destes estão concentrados em Luanda*” (entrevista ao Engº Chiate Chialeno, Chefe de Departamento do Planeamento e Gestão Urbana, Direcção Provincial de Obras Públicas Urbanismo e Ambiente, Namibe, Junho 2013).

O Fundo de Apoio Social (FAS), o sector empresarial, as Organizações Não Governamentais (ONGs), as Associações, as Cooperativas e as autoridades tradicionais são agentes que auxiliam o governo local na administração do território.

4.7. Estrutura do Povoamento Rural

As áreas urbanas da província correspondem apenas às cidades do Namibe e Tômbwa. Nas demais sedes de municípios o número de construções definitivas é diminuto. Segundo dados GPN, em 2006, Kamuciuo e Virei possuíam 18 e 20 fogos respectivamente, nestas localidades os bairros periféricos ao núcleo central e os povoados são construídos em material que variam desde adobe, madeiras, chapas, lonas/tendas, pau-a-pique etc., muito em função da disponibilidade no local, sem infra-estruturas como arruamentos, pavimentação de vias, canalizações ou distribuição de energia eléctrica. Os mercados (vulgarmente praças) são informais e o emprego deriva fundamentalmente do comércio e dos poucos serviços públicos existentes.

Nas áreas rurais a população organiza-se em povoações dispersas de pequenas dimensões. Segundo GUEDES (2011:18), as construções onde vive grande parte da população, em particular nas áreas suburbanas e rurais, são muito precárias, com baixos níveis de habitabilidade, reflectindo a pobreza dos seus ocupantes. Segundo aquele autor, são edifícios que respondem a uma necessidade urgente por parte da população sem qualquer carácter de permanência ou durabilidade, e com grandes carências em infra-estruturas básicas. A construção de habitação é normalmente executada pelo próprio (auto-construção), sem projecto, baseando-se apenas no resultado da prática e experiências que este conhece. As casas das zonas rurais (entenda-se interior) são

construídas maioritariamente de pau-a-pique e capim com formatos circulares e rectangulares com duas ou sem divisão de compartimentos, ladeadas da sua criação animal sambo (curral), sem casas de banho ou qualquer outro tipo de saneamento, as necessidades são feitas ao ar livre (no deserto ou no capim) (ANEXO VI).

4.8. Patrimónios Cultural Classificados

Segundo, o artigo 5º da Lei do Património Cultural (Lei 14/05 de 7 de Outubro), o Património Cultural é o reconhecimento por parte do Estado, como um bem, edifício, sítio, conjunto (ou outra natureza de bem), mediante o seu valor (raridade excepcional), integridade (autenticidade), unicidade (enquadramento), exemplaridade e identidade (contexto histórico).

Como anteriormente referido, a província do Namibe possui características históricas, culturais e naturais únicas no território angolano. Segundo o Ministério da Cultura existem 9 monumentos e sítios classificados, que são:⁴² Fortaleza de Kapagombe (sita na Bibala comuna do Kapagombe, data do século XIX), Zona Histórica definida pelo plano de urbanização da cidade de 1974; Palácio do Governo (sita na cidade do Namibe, data do século XIX), Fortaleza de São Fernando (sita na cidade do Namibe, data do século XIX), Igreja de Santo Adrião (sita na cidade do Namibe, data do século XIX), Inscrições da Torre do Tombo (sita junto a Baía do Namibe), Edifício da Alfândega (sita na cidade do Namibe, data do século XIX), Pinturas e Gravuras Rupestre de Tchitundo-Hulo⁴³ (sita na Bibala, idade da pedra) e as Pinturas Rupestres de Macahama (sita em Namibe). Classificados nos anos de 1992, 1996 e 1998 excepto a Fortaleza de São Fernando que data de 1945.

Dentre estes apenas quadro edifícios gozam de manutenção regular: o Forte de São Fernando (actual base da Marinha de Guerra), a Igreja de Santo Adrião, as Instalações das Alfandegas, Palácio do Governo e a instalação do Tribunal Provincial, todas localizadas na cidade do Namibe. A província tem vários edifícios e lugares com relevância para ascenderem a mesma categoria (por ex.: a Welwitcha Mirabilis e seu habitat).

(⁴²) www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola_namibe, acesso em 28.08.2013.

(⁴³) Apresentado como proposta para património cultural da humanidade no fórum da UNESCO na Sevilha, em 2009. Está localizada sobre rochas a céu aberto e sofre directamente os efeitos da erosão eólica e de altas temperaturas.

Contudo, é importante dotar de informação e conhecimento as pessoas que o valor do património histórico da cidade do Namibe não se limita nestes quatro elementos arquitectónicos nem tão pouco se percebe como um valor individualizado mas, sim pela soma dos valores individualizados vistos na sua totalidade desde os espaços livres, o traçado urbano, a beleza da sua paisagem, dando a conhecer os verdadeiros limites do centro histórico da província. Na verdade, o acervo histórico da província na sua totalidade não goza de boa conservação e valorização, porque noutros lugares muitos sítios históricos carecem de intervenção (proteção e conservação) dada a sua degradação por acção antropogénica e do tempo.

4.9. Organização das Cidades e Problemas Urbanos

Há sensivelmente vinte anos atrás as cidades do Namibe não eram cercadas de subúrbios. Mas o fim da guerra e a estabilidade do país desde 2002 estimularam o crescimento urbano, com a forte procura de espaço para se habitar, originando o aparecimento de bairros desordenados ao redor das cidades.

Assim, com a elevada demanda e solicitação de terrenos as Administrações municipais foram fazendo arruamentos e loteamentos de novas superfícies (ex.: há poucos anos ocorreu a extensão da principal comuna do Namibe, o Forte Santa Rita, deu origem ao bairro dos Eucaliptos, com ruas estreitas, sem condições de mobilidade e acessibilidade, o comércio informal domina o seu interior, o aparecimento dos bairros 5 de Abril, Comandante Valódia/Plató e Praia Amélia são outros exemplos em Namibe, no Tômbwa a cidade foi se estendendo para zona sul), a distribuição de terrenos nas zonas peri-urbanas é de 20 por 20 metros quadrados e nas urbanas 20 por 50 metros quadrados de superfície. *“Todas vezes que as administrações e o INOTU precisam urbanizar uma área têm de solicitar terreno ao governo por falta de um PDM, muitas vezes as áreas ainda não se encontram demarcadas nem loteadas o que se torna um processo demorado”* (entrevista ao Sr. Graciano Gombo, Director Provincial do IGCA, Namibe, Junho 2013).

Em Namibe e Tômbwa (unicos centros urbanos da provincia) a maior parte do edificado data do período colonial, mas muitos dos edifícios estão em estado de degradação avançada. Hoje é visível no centro da cidade do Namibe uma mistura entre o novo e o antigo, muitas vez o novo vem ocupar o lugar dos velhos edifícios sem respeitar a arquitectura anterior nem os parâmetros de volumetrias exigidas. As alterações acentuadas à estrutura original, tem ajudado à perda da identidade do centro

histórico da cidade (ex.: rua Cahumba e Avenida Eduardo Mondlane - Namibe). A instalação de bancos, escritórios, despachantes, supermercados, residências, armazéns, pensões, bares, conicas, alteram as fachadas anteriores. Outra questão, que tem a ver com as novas ocupações e usos aos edifícios é alteração das suas plantas antigas, as garagens passam a residência, a construção de anexos nos quintais. Muitos prédios encontram-se sobrelotados, o que ajuda na pressão e degradação avançados dos mesmos (figuras 18 e 19). A esses elementos, junta-se a inoperância dos sistemas internos de abastecimento de água não funcionam, as tubagens de águas residuais inoperantes as paredes dos edifícios ficam húmida acelerando a sua degradação. Paralelamente a isto, há edifícios inacabados e abandonados (ex.: o cine por trás do Comando da Policia, vulgarmente conhecido como cine redondo), que servem como dormitório e subterfugio de meninos de rua e marginais, o que penaliza a imagem urbana da cidade.

A Avenida Eduardo Mondlane principal praça da cidade, a rua Cahumba principal zona de atracção comercial e a rua Amilcar Cabral situada numa via que traça todo perímetro interno da cidade, estas congregam grande parte do edificado antigo.



Fig. 18. (A) Edifício com anexo adicional, (B) Edifício sobrepovoado (Namibe)
Autor, Agosto 2013



**Fig. 19. Zona Histórica da cidade, edifício Abandonado e subaproveitado (Avenida Mondlane-Namibe)
Autor, Agosto 2013**

O Bairro 5 Abril originou-se em função do realojamento dos afectados pela cheias de 2001, provenientes do Bairro Nação Praia (de pescadores). É um bairro com arruamentos, estruturados em quarteirões mas que carece dos serviços básicos de saneamento, é constituído por residências precária, geralmente construídas com materiais de adobe, pau-a-pique, tendas e chapas. Hoje também recebe grande parte dos povos vindos do interior da província (indígenas), que ali se agrupam para o comércio no mercado 5 de Abril, o maior mercado informal da província. Adjacentes ao mercado surgem casebres que vão dando lugar a novos bairros clandestinos sem as mínimas condições de segurança e habitabilidade.

Junto ao Porto Comercial do Namibe existe o bairro da Tinguita, mais antigo que os anteriores, maioritariamente habitado por pescadores. Este encontrava-se numa zona de risco, dado acentuado declive do terreno. As casas eram construídas com adobe facilmente destruído pelas águas da chuva, pese embora se ter removido parcialmente o bairro, persistem no local algumas residências.

No município do Tômbwa a tendência é um pouco diferente: no Namibe verifica-se um acelerado processo de ocupação e alteração dos edifícios antigos dando lugar a diversos usos, enquanto no Tômbwa muitos estão abandonados por uma fraca capacidade de intervenção e a entrada lenta do comércio, bem como a perda da sua população com potencial de compra (Fig. 20). Esta situação agravou-se com a redução e a falência de várias empresas de pesca. O Tômbwa é o maior centro industrial piscatório do país mas hoje muitas fabricas estão encerradas. Segundo o relatório da Administração Municipal do Tômbwa 2011, o sector das pescas absorvia cerca de 92% da mão-de-obra assalariada, da força de trabalho do município a pesca é a principal fonte de renda e de subsistência da população envolvendo homens, mulheres, jovens e

crianças, uma vez que nela se estabeleceram cerca de 80% das fabricas da província (ANA OLIVEIRA 2012, Estudo de Linha de Base Município do Tômbwa, FAS).



Fig. 20. (A) Edifício Abandonado, (B) Residência em estado avançado de degradação, cidade do Tômbwa
Autor, Agosto 2013

No município do Tômbwa destaca-se o bairro 17 de Setembro por apresentar residências sem as mínimas qualidades habitacionais (casa de chapas, palha, e saco), quanto a extensão anárquica da cidade observa-se construções nos limites e/ou sobre as barreiras de proteção contra as dunas na zona sul (Fig. 21).



Fig. 21. Bairro clandestino construído sobre as barreiras de protecção contras dunas do deserto (Tômbwa). Autor, Julho 2013

As construções clandestinas e os assentamentos em zonas de risco constituem problemas de âmbito social, cultural, ambiental e económico. Esses bairros não têm água, nem saneamento básico o que propicia a propagação de doenças, são construídos em linhas de águas e de protecção contras as áreas do deserto. As medidas de resolução mormente aplicadas a essas situações são paliativas associadas a uma fraca capacidade

institucional de fiscalização. Não há uma orientação objectiva/prática sobre o ordenamento do território da província, e por isso em vez de encontramos locais urbanizados encontramos zonas arruadas (sem equipamentos e infra-estruturas de bases), que não levam em conta os conceitos de urbanização.

Assim, caso não sejam tomadas medidas urgentes, este problema tende a agravar-se, pois os bairros continuarão a surgir e a expandir-se (Fig. 22).

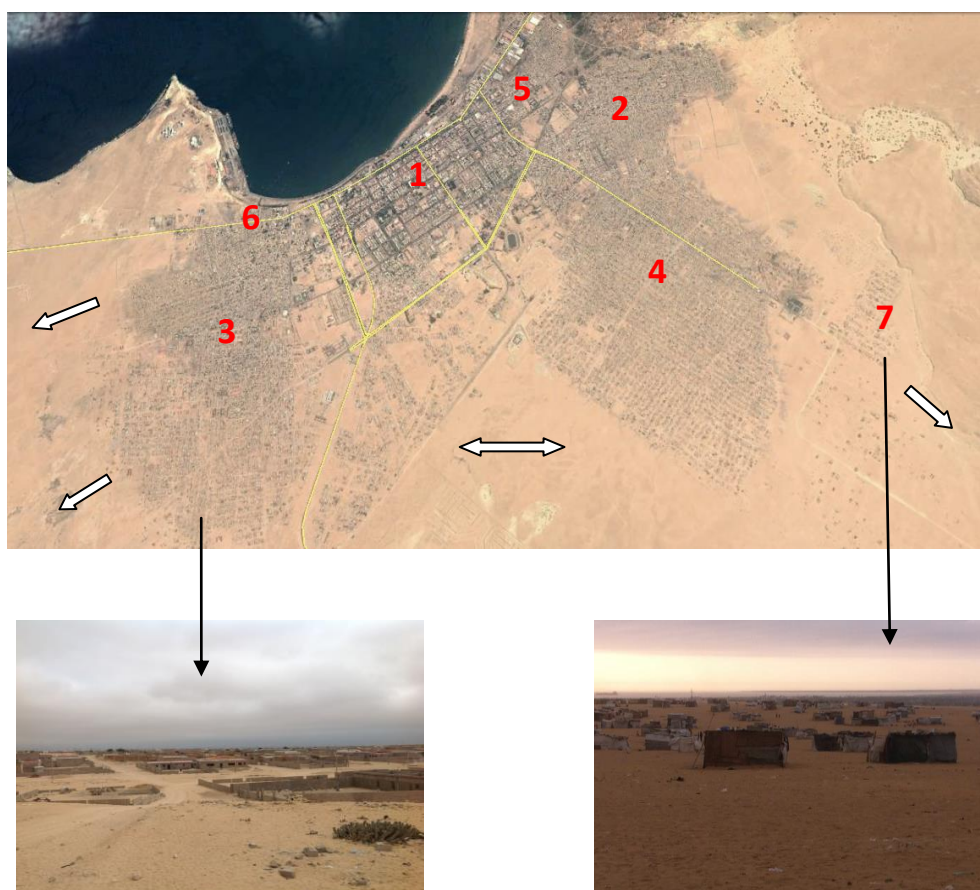


Fig. 22: 1-cidade antiga; 2-bairro Forte Santa Rita; 3-bairro Comandante Valódia/Plató; 4-bairro 5 de Abril; 5-bairro Eucaliptos; 6-bairro Tingueta junto ao Porto; 7-Bairro clandestino junto ao mercado 5 de Abril. ↗ - Tendências de expansão; ↔ tendência de convergência entre bairros; ↓ imagem expansão dos bairros 3 e 4. **Fonte:** Google earth e autor, Setembro 2013, elaboração própria.

As suas cidades precisam de uma intervenção urgente de requalificação, com vista a alcançar um dos objectivos da política do ordenamento do território que é a da harmonia da cidade, sendo hoje que as cidades são um elemento de competitividade dos territórios e incentivos ao desenvolvimento local.

4.10. Tendências de Expansão das Cidades

Desde a década passada que a cidade do Namibe passa por um crescimento urbano acelerado como acima referido (ANEXO VII). Assim vê-se todos anos a expansão dos bairros Forte Santa Rita, 5 de Abril e Comandante Valódia/Plató.

A zona da Praia Amelia tem agregado nos últimos anos vários projectos, parte do projecto de 4 mil fogos, condomínios, hotéis, distribuição de espaço para auto-construção (ANEXO VIII). Esta cidade foi contemplada com o projecto de habitação social pra Juventude, sita na zona do Saco Mar a cerca de 10 Km da cidade, está na sua segunda fase conta com 192 residências do tipo T3. O bairro carece de todos equipamentos coletivos e da pavimentação das ruas.

O projecto em curso para a construção de 4 mil fogos de média e alta renda, duas mil residências serão erguidas na localidade da Praia Amelia e as restantes duas mil no Bairro Saidy Mingas junto ao aeroporto, empreitada a cargo da construtora chinesa CITIC (China International Trust and Investment Corporation) a gestão da mesma caberá a SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedade). As futuras residências terão quatro tipologias H1 as mais simples, H2 geminadas, H3 em edifícios de dois andares e H4 edifícios de três andares, numa área de cerca de 511 hectares. As formas de ocupação do espaço urbano da cidade do Namibe tende mais para sudoeste e leste do para norte.

Está em curso o programa de construção de 200 fogos em todos os municípios, já forma erguidas 100 e na segunda fase as restante 100 e de residências evolutivas (ANEXO IX).

Pese embora os esforços para a melhoria da vida das populações, estas se deparam com dificuldades do poder de compra, elevadas taxas de juro efectuados pelos bancos, debilidade das acessibilidades e infra-estruturas de base para dar maior suporte a essas zonas habitacionais.

O município do Namibe destaca-se dos demais em termos de reservas e projectos de urbanização, conta com uma extensão de 14.314,04 hectares projectados (Fig. 23).

Fig. 23. Reservas e programas de habitação

PROGRAMA NACIONAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO (NAMIBE)	
Zonal Industrial	369 ha
Zona Industrial 2 "ZE"	11.829 ha
Reserva Fundiária Aida	183 ha
Cinco de Abril (Auto construção dirigida)	598,81 ha
Cinco de Abril (Reservas Fundiárias)	729,23 ha
Sonangol site 1	300 ha
Sonangol site 2	200 ha
Bairro da Juventude	24 ha
Magnata	32 ha
Giraúl de Cima	24 ha
Makala Kapunda	25 ha
TOTAL	14.314,04 ha

Fonte: PDES 2013

4.11. Riscos Naturais: Desertificação, Seca e Cheia

A desertificação é um processo global que afecta cerca de 1/6 da população mundial e aproximadamente 30% dos continentes. O fenómeno foi considerado pela Conferência das Nações Unidas em Nairobi, em 1977, como o primeiro problema ambiental de carácter global. A Convecção das Nações Unidas para o Combate a Desertificação, considera as áreas mais susceptível a desertificação, aquelas de clima árido, semi-árido e sub-húmido seco. Estes climas representam grande parte do território da província do Namibe. Assim, a desertificação é um processo de degradação ambiental, no qual um território adquire as condições climáticas dos desertos, devido à destruição da vegetação e também à uma forte erosão sofrida pelo seu solo, podendo conduzir a situações de degradação ambiental irreversíveis. A província do Namibe possui uma vasta extensão de deserto, onde os fortes ventos que aí se fazem sentir causam o avanço das dunas, que têm invadido residências e estradas. No municipal do Tômbwa o antigo cemitério foi soterrado na sua totalidade e grande parte das paredes e campos do novo cemitério encontram-se na mesma situação, isto é, na zona norte do município. Na zona sul, a situação agrava-se pelo avanço das áreas para o interior do município porque alguns munícipes invadem os lugares onde foram postas as cortinas quebra vento e de protecção contras as areias para instalar as suas residências, sem qualquer intervenção das autoridades responsáveis pela gestão urbana.

A seca é provocada pela ocorrência de período de estiagem prolongados, que levam à redução dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos existentes, bem como à impossibilidade de desenvolvimento de culturas agrícolas ou do pastoreio. As áreas de

maior concentração populacional agro-pecuária no interior dos municípios do Virei, Bibala e Kamucuio são altamente vulneráveis a este fenómeno, que tem causado diversos problemas: o abandono de residências e , da transumância (os gados morrem por falta de água) e o aumento da fome. Este longo período de estiagem nada abona para agricultura que é de subsistência.

Dado o carácter intermitentes dos rios na província (sem água à superfície durante a maior parte do ano), quando ocorrem chuvas no planalto a torrencialidade do escoamento leva a que, em anos de elevada precipitação, se verificam cheias, como as registadas em 2001 e 2010, causando o desalojamento de centenas de família e a destruição das zonas de cultivo nas margens do rio Bero.

Estes fenómenos são os de maior gravidade para a província. Dados os seus impactes económicos, culturais e sociais, devem ser tomadas medidas mitigadoras, tais como: melhorar o sistema de protecção, a construção de diques, e os assoreamentos do leito dos rios, isto é no que concerne as cheias. No que tange ao avanços das áreas (desertificação) as medidas mais viáveis economicamente passam pelo aumento das fixação mecânica e fixação biológica (arborização com espécies resistentes na seca, salinidade e intensidade dos ventos), por último para se evitar os efeitos danosos do longo período de estiagem que a província enfrenta deve-se melhorar o abastecimento de águas nessas zonas com construção de sondas e bebedouros, por outro lado a construção de represas tornar-se-á num efeito duplo para estes factores, por este captar as águas adicionais aos rios e que podem ser útil no tempo seco e para utilização doméstica e industrial.

4.12. Diagnóstico da província

O conhecimento profundo e actualizado sobre a problemática do território do Namibe é fundamental para a elaboração de um diagnóstico completo e realista, indispensável para definir formas de actuação adequadas e facilitar a sua implementação. Abaixo apresentamos as matrizes SWOT da província, do município do Namibe e do município do Tômbwa.

• **Matriz SWOT da província**

STRENGTHS – PONTOS FORTES	WEAKNESS – PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de transportes diversificado (aéreo, ferroviário, portuários e terrestres); • Diversidade paisagística (lagoa do arco, montanhas, serra da leba, deserto, praias, etc.) • Qualidade do património e sítios, apresentam-se como vantagens competitivas (Welwitshia Mirabilis, fortes de Kapangombe e São Fernando, e pinturas rupestres, etc); • Vasta dimensão territorial; • Enquadramento geográfico privilegiado face ao sul do país e à região da SADC; • Diversidade e abundância de recursos piscatórios (Namibe e Tômbwa) na extensa zona marítima; • População maioritariamente jovem e em crescimento; • Existência de aquífero com grande armazenamento de água (recursos hídricos subterrâneos) (Bero, Curoca e Giraul) disponível para satisfazer necessidades actuais; • Empenho institucional para promover o desenvolvimento da província (elaboração do plano de desenvolvimento económico e social médio prazo 2013-2017); • Disponibilidade de mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de graves carência habitacionais; • Infra-estruturas básicas degradadas e com reduzida cobertura territorial (rede de água, energia e esgoto); • Sistema urbano pouco estruturado (cidades de Namibe e Tômbwa); • Surgimento de pequenos núcleos peri-urbanos sem condições de acessibilidade, mobilidade e infra-estruturas colectivas; • Forte concentração da população urbana na zona litorânea (Namibe e Tômbwa); • Inexistência de acessibilidade nos territórios fronteiriços terrestres (Cunene e Namíbia), excepto a província da Huíla; • Intensa migração populacional, geradora de problemas de segregação socio-territorial; • Solos com baixo potencial agrícola; • Degradação dos solos por efeitos de desflorestação (exploração de carvão – Bibala) e a pastorícia; • Fragilidade dos ecossistemas ambientais; • Desaproveitamento do potencial turístico; • Dificuldade de atrair o investimento nos vários sectores devido à falta de infraestruturas; • Ausência de PPOT e de PDM. • Limitações e escassez de informações sobre os PU existentes, bem como ausência da sua monitorização.
OPPORTUNITIES – OPORTUNIDADES	THREATS – AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos modos de transportes existentes; • Infra-estruturas ainda com potencial de recuperação; • Aumento de projectos habitacionais e de serviços e comércio (Estatal e privados); • Possibilidade de expansão e modernização do aeroporto e do caminho-de-ferro; • Aposta na cooperação estratégica nacional (Huíla e Cunene) e internacional (Namíbia) para o turismo e comércio; • Possibilidades de potenciar as 	<ul style="list-style-type: none"> • Generalizado défice de infra-estruturas básicas nas zonas urbanas; • Falta de integração e coesão territorial, acentuando as assimetrias territoriais; • Existência de situações de riscos reais decorrentes de construções precárias nas zonas marítimas; • Intensificação dos movimentos migratórios; • Pressão e aumento da procura por solos urbanos; • Permanência de zonas degradadas no interior das cidades;

<p>especificidades de cada município para desenvolverem sistemas urbanos/cidades no interior (reforço de sinergias e redução de assimetrias);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Surgimento de novas instituições de ensino superior; • Apoio ao comércio tradicional (facilitando o escoamento dos campos para a cidade); • Potencial para a diversificação da economia; • Possibilidade de exploração de energias limpas (eólica). 	<ul style="list-style-type: none"> • Más condições de acesso as certas comunas e povoados (vias secundárias e terciárias em más condições); • Tendências de surgimentos de bairros espontâneos peri-urbanos; • Redes de esgoto, energia e água obsoletas • Vias de acesso inter-comunas e povoações em péssimas condições; • Degradação de locais arqueológicos e de património histórico; • Falta de um regulamento para ocupação das infra-estruturas urbanas pelo comércio e serviços; • Ausência de planeamento em zonas rurais; • Ocorrência de catástrofes naturais (cheias e seca); • Ausência de políticas para o aproveitamento eficaz dos recursos hídricos; • Fraco aproveitamento dos recursos naturais para o turismo; • Dificuldades de fixação e atracção de quadros qualificados (proximidade à província da Huíla é uma ameaça).
--	--

Elaboração própria

• Matriz SWOT do município do Namibe

STRENGTHS – PONTOS FORTES	WEAKNESS – PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Maior centro urbano da província com possibilidade de atrair maior investimento; • Diversidade dos sistemas de transportes (aéreo, ferroviário, portuários e terrestres); • Aparecimento de novas áreas urbanas (bairro social da juventude, bairro da Praia Amelia e o Projecto de 4 mil residências); • Boa acessibilidade com as restantes sedes municipais; • Bom potencial turístico (clima, praias, paisagens, infra-estruturas e sítios); • Grande diversidade de recursos piscatórios (Namibe e Lucira) na extensa zona marítima; • População maioritariamente jovem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caudal dos rios muito dependente das precipitações. • Infra-estruturas básicas degradadas e com cobertura reduzida (rede de água, energia e saneamento básico); • Imobiliário urbano sem requalificação adequada; • Áreas degradadas no centro da cidade (bairro da Tinguita); • Fraca modernização do espaço público (largos e praças); • Ausência de um PDM dificulta a gestão do território; • Debilidade do sector ligado ao ordenamento do território; • Quadros técnicos capacitados insuficientes (em todas as áreas); • Deficientes serviços administrativos; • Ausência de dados estatísticos socio-económicos actualizados.
OPPORTUNITIES – OPORTUNIDADES	THREATS – AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Integração entre os modos de 	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão e aumento da procura de

<p>transportes existentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de diversificação da economia; • Surgimentos de projectos habitacionais, comércio e serviços; • Exploração do potencial turístico; • Intensão de requalificar a marginal do Namibe; • Possibilidade de expansão do aeroporto, portos e caminho-de-ferro para servir a zona sul do país e da SADC; • Aumento dos níveis de escolaridade; • Existência de força de trabalho. 	<p>solos e edificados urbanos com o surgimento de algum comércio e serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Persistência de assentamentos em zona de risco (bairros da Nação Praia e Tinguita); • Ocorrência de catástrofes naturais (cheias e seca) • Cheias dos rios Bero e Giraul (causado poluição das águas subterrâneas para o consumo e destruição de fazendas nas suas margens); • Intensificação dos movimentos migratórios; • Aumento de bairros informais; • Fraco aproveitamento dos recursos naturais e turísticos.
---	--

Elaboração própria

- **Matriz SWOT do município do Tômbwa**

STRENGTHS – PONTOS FORTES	WEAKNESS – PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas do centro urbano ainda recuperáveis; • Recursos turísticos diversificados (praias, deserto, dunas e parque do Yona); • Existência de ventos com capacidade de exploração de energias limpas (eólica); • População maioritariamente jovem e com anseio a formação; • Maior centro piscatório da província e do país. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de um plano de transportes (estradas degradadas sem sinalização, inexistência de parque de estacionamento); • Ausência de equipamentos de lazer (cinema, espaços verdes, praças e acentos públicos); • Deficiente exploração do potencial do rio Cunene; • Ausência de uma escola do ensino superior; • Baixos níveis de escolaridade; • Forte dependência do sector das pescas; • Incapacidade para incentivo ao investimento local; • Ausência de um PDM.
OPPORTUNITIES – OPORTUNIDADES	THREATS - AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Aparecimento gradual de infra-estruturas administrativas comunais (Tômbwa e Baía dos Tigres); • Projecto de construção de casas sociais (na zona norte do município); • Infra-estruturas piscatórias e do centro urbano ainda em condições de recuperação; • Exploração do potencial turístico do deserto e do parque do Yona; • Incremento da exploração pesqueira; • Possibilidades de exploração de energia hidráulica (rio Cunene); • Possibilidade de abertura fronteiriça com República da Namíbia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de construções de residência nas zonas de protecção às dunas (na zona sul do município); • Estado de degradação avançado das redes de água, energia e saneamento; • Aumento de casebres na zona marítima (actividade ligada a pesca); • Ocorrência de catástrofes naturais (desertificação e seca); • Insucesso no combate à desertificação; • Abandono da indústria pesqueira; • Ausência de estratégia para diversificar a economia e serviços locais; • Agravamento da vulnerabilidade epidemiológica (cólera, diarreia) devido

	ao mau saneamento e às limitações nos serviços de saúde.
--	--

Elaboração própria

5. CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DO NAMIBE

Tendo como linhas de partida os desafios e a problemática do desenvolvimento, planeamento e ordenamento do território acima aludido, este capítulo procura apontar possíveis soluções sob o ponto de vista de estratégias para o desenvolvimento e de princípios de gestão do território.

5.1. Tirar partido do posicionamento geo-estratégico da província a nível nacional e da região da SADC.

A província do Namibe está inserida numa rede urbana regional que compreende como nós principais as cidades do Lubango (Huíla) e de Ondjiva (Kunene) e o eixo de cidades portuárias da costa africana ocidental, dispondo de porto comercial e mineraleiro. Assim, poderá se tornar na porta de abastecimento logístico da zona interior-sul do país, através do Porto do Namibe e futuramente com ampliação dos serviços do Caminhos de Ferro de Moçâmedes (CFM)⁴⁴ (ANEXO X). Com esses dois serviços em pleno funcionamento, e com o pleno aproveitamento das funções do aeroporto internacional Yuri Gagarin, se firmará como potencial vector de desenvolvimento da região da SADC. Dada a vasta fronteira que partilha com o norte da República da Namíbia, essa poderá ser fundamental na distribuição de passageiros e mercadorias, não só para a Namíbia como para outros países situados no interior da sub-região (sem acesso ao mar) como o Botswana e a Zâmbia.

No entanto, o seu posicionamento geo-estratégico poderá trazer benefícios desde o incentivo ao investimento por parte do empresariado local e estrangeiro, o surgimento de infra-estruturas de grande porte entre essas destacando o sector das pescas e do turismo. Assim, com os IGT definidos podemos tirar vantagens deste território, da frente marítima, de relevo e de uma zona desértica, repugnara exploração da sua vasta área desértica pode apoiar-se no turismo radical.

5.2. Governança, Formação e Participação

As decisões e resoluções em matérias de ordenamento do território a nível da província obedecem uma forte dependência vertical (Governo Central), devido à fraca

⁽⁴⁴⁾ Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) liga as províncias de Namibe, Huíla, e Kuando Kubango, tem ao longo da linha 55 subestações, em 2012 foram reactivados os seus serviços após duas décadas de paralisação.

descentralização dos serviços inerentes ao território, ao fraco conhecimento sobre os problemas do território, ao corpo técnico escasso e pouco habilitado. Assim defendemos a aplicação dos princípios de **governança** na resolução de conflitos e interesses ao território, na procura de consensos e na negociação de parcerias.

O Namibe depara-se com um grande défice de recursos humanos qualificados daí a importância da **formação**. A informação também é relevante pois os instrumentos e as políticas de ordenamento do território a nível dos municípios e outros agentes são desconhecidos. Assim, é imperioso apostar na formação de recursos técnicos para transformar as potenciais riquezas em desenvolvimento. A **participação** por parte de entidades da administração, privados, autoridades tradicionais e sociedade civil deve desempenhar um papel cada vez mais relevante ao nível do ordenamento do território por esta razão PEREIRA (2005:2) refere que *“uma sociedade civil formada e informada sobre os seus direitos e deveres é fundamental para fiscalizar as actuações, reduzir parte dos constrangimentos e forçar as autoridades a ter uma atitude mais exigente”*. É aquilo que a autora chama de comunidades inteligentes, isto é, capazes de ter uma influência efectiva e persistente na configuração dos seus espaços de vida.

Assim, a progressividade da participação torna-se indispensável em situação de comunidade *“fechadas”*, pouco habituadas ao diálogo, à participação e a concertação (FERREIRA 2007:164).

5.3. Requalificação Urbana e Rural Reassentamento das Populações

Todas as cidades têm tendências para crescer e as localizadas na província do Namibe não fogem a essa tendência dadas as várias funções que vão ganhando ao longo do tempo. Por isso as novas políticas a adoptar devem promover o relacionamento cidade campo para reduzir as assimetrias existentes, bem como realojar as populações em zonas de risco e requalificar os assentamentos informais adjacentes às cidades. Assim, são medidas consistentes a adoptar:

Na **Zona Urbana** do Namibe:

Reabilitar e requalificar edifícios abandonados e degradados;

Reordenar a circulação automóvel no centro histórico, limitando com criação de espaços pedonais (inexistentes no Namibe). Neste redimensionamento deve-se também implementar as ciclovias e evitar a circulação de veículos pesados no interior da cidade (ex.: na via entre o tribunal e o Forte de São Fernando, os camiões que aí

circulam, vindos do Porto Comercial causam grande fricção e pressão sobre as bases da fortaleza).

Criar parques de estacionamento;

Modernizar os transportes públicos e procurar a sua articulação com os demais meios modais (ex.: o autocarro público deve chegar até ao aeroporto);

Requalificar as zonas marítima;

Aumentar os espaços verdes e praças públicas;

Definir a zona histórica da cidade.

A **Zona urbana do Tômbwa** carece de requalificação mais alargada:

Reabilitar e substituir todo o tapete asfáltico existente e sua respectiva sinalização;

Reabilitar antigas infra-estruturas e dar-lhes novas funções com o objectivo de trazer mais vida ao município;

Criar políticas para criação de espaços verdes e de lazer (ex.: o único cine do município está abandonado e carece de obras de reabilitação);

Substituir a rede de água (obsoleta data do tempo colonial);

Criar um posto fronteiriço com a república da Namíbia;

Criar infra-estruturas de transporte para melhorar a mobilidade e acessibilidade, substituir o parque automóvel particular (táxis, vulgo Heace, estes não oferecem segurança e o incumprimento das regras de trânsito por parte dos condutores elevando os níveis de acidentes nas estradas) por novos que oferecem maior conforto, comodidade e segurança;

Reordenar o comércio ambulante com o surgimento de shopping, mini e supermercados;

Construir hotéis, hospedarias e similares;

Criar latrinas públicas e melhorar a iluminação pública;

Ligar por estrada o município sede com a Baía dos Tigres (via em péssimas condições).

Os **Bairros Peri-urbanos** como a **Tinguita, Eucaliptos e 17 de Setembro**, de grande dimensão, carecem de intervenção urgente, identificando as áreas com condições de reconversão e as áreas a demolir, elaborando um programa de habitação social e definindo um programa para a implementação de equipamentos colectivos. Já os bairros **Forte Santa Rita, Comandante Valódia/Plató e 5 de Abril**, deve-se

incrementar os equipamentos colectivos (escolas, postos policias, equipamentos de saúde, espaços verdes e quadras desportivas), o aumento da rede de distribuição de água energia, dada a sua extensão clandestina é necessário redimensionar alguns quarteirões (o que requer demolições parciais).

Porem, o que aconteceu foi a falta de monitorização e avaliação temporal dos PU desses bairros, o que deu lugar a essa forma desordenada de habitações.

Nas Zonas Rurais:

Nas zonas rurais é necessário assegurar o reassentamento dos povoados localizados em zonas de risco, nomeadamente os implantados em margens de rios;

Ajudar a definir os materiais de construção endógena mais resistente (a chuva, sol, e vento) e apropriado a cada área específica;

Construir açudes e definir linhas de escoamento de água;

Criar os mercados locais e abrir as vias de acesso para o escoamento dos produtos do campo (evitando as longas distâncias);

Criar chafarizes, sondas e abastecimento de água e latrinas.

Em suma, são locais que carecem de quase tudo. Dada a vasta dimensão rural, é fundamental dar um melhor uso da mesma, preservando terras férteis à agricultura, a pastagem, conservando nascentes de água e garantindo os lugares com maiores condições de habitabilidade para os povos. Por isso defende-se a elaboração do Plano de Ordenamento Rural (POR) e a criação das condições para a sua implementação.

5.4. A Urgência do Plano Provincial de Ordenamento do Território (PPOT) e dos Planos Directores Municipais (PDM) na Província

CASTANHO et CABRAL 2003⁴⁵ referem que “os Instrumentos de Gestão do Território (IGT’s) são indispensáveis para operacionalidade e promoção do correcto ordenamento do território, promovendo por intermédio de modelos de desenvolvimento/planeamento, a transformação do espaço territorial, apoiando a gestão urbanística do território sob o qual exercem jurisdição.”

(⁴⁵) Cfr. FERREIRA, José A. *et al* (2003 p. 84) – “1º Seminário de Engenharia do Território; Planear-Transformar-Gerir”, Instituto Superior Técnico, Lisboa;

Na ausência do Plano Provincial de Ordenamento do Território (PPOT), adoptou-se para o horizonte 2013/2017 (PDES, 2013:187-189), como Objectivos Estruturantes e de Integração, a “*promoção do ordenamento do território, da integração e da coesão da globalidade do território da província*”. Assim, o Eixo Estratégico – Ordenamento e Coesão Territorial, tem como grande objectivo operacionalizar a requalificação de todo o território, apoiar a criação da sua nova imagem, contribuir para a atracção e fixação de populações de camada sócio-profissionais e sócio-culturais mais elevadas. Para além da atracção sobre o investimento, anseia-se a concepção e implementação de políticas de ordenamento do território e de requalificação ou valorização do desenvolvimento urbano, evitando-se as pressões e os erros urbanísticos irreparáveis ou de recuperação difícil.

Houve uma tendência fracassada de elaboração do Plano Director da Cidade do Namibe, pela empresa SINFIC em 2010. Este não chegou de ser publicado nem aprovado, devido ao elevado orçamento foi abandonado, após apresentação ao Concelho Consultivo Provincial.

Por outro lado, são elaborados planos de urbanização progressiva em função da das solicitações. A insuficiência de técnicos e equipamentos os órgãos provinciais têm buscado ajuda em empresas privadas.

Os planos de urbanização são elaborados em função da demanda e não segundo um horizonte temporal do crescimento da cidade. Estas áreas loteadas, normalmente destinadas para auto-construção dirigida, no âmbito do programa nacional de habitação 2008/2012, que previa a construção de um milhão de fogos no país, as residências vão surgindo e só depois aparecem os equipamentos colectivos, normalmente, escolas de ensino de base (da 1ª à 8ª classes), postos médicos, postos policial, e em reduzida escala a rede eléctrica, o abastecimento de água fica mesmo na responsabilidade dos novos habitantes, em regra assegurado por cisternas em tanges feito nos próprios quintais.

Os PU definem as zonas verdes, pátios e polos desportivos, mas estes nem sempre são implementados ou surgem já tardiamente, as vezes a implementação destes equipamentos torna-se difícil dado que ocorrem alterações dos quarteirões, são construídas casas nessas reservas, então, é como afirmou CORREIA 2003⁴⁶, «o

⁽⁴⁶⁾ idem p. 69.

planeamento é mais reactivo do que pró-activo... o processo de planeamento parece incapaz de lidar com a complexidade» o caso da província do Namibe.

Resumindo, a inexistência do PPOT e dos PDM tem criado grandes problemas e entraves no processo de desenvolvimento da província, O fraco investimento em infra-estruturas e equipamentos estruturantes também não estimula o investimento do sector empresarial local.

- **Vantagens de uma Cultura de Planeamento**

Nas novas sociedades é notório que a cultura do planeamento tem ajudando na gestão das terras (principalmente nos espaços urbanos), evitando os bairros desordenados característicos dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Segundo MAFRA et SILVA (2004:31) o novo quadro paradigmático das políticas territoriais pressupõe três eixos básicos:

Desenvolvimento endógeno (destinado a melhorar as oportunidades específicas do crescimento das regiões e cidades);

Desenvolvimento sustentado (que concilie os objectivos de eficiência económica com a coesão social e o equilíbrio ambiental);

Uma governação mais responsável.

Devemos olhar o território com visão e futuro, pois ele próprio é, por si só, um recurso com enorme potencial.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu constatar *in loco* os desafios que a província do Namibe enfrenta em termos de desenvolvimento e ordenamento do território. Essa constatação foi possível a partir de uma metodologia baseada na recolha de informação junto das autoridades da província, em trabalho de campo e em entrevistas, articulada com as diversas fontes bibliográficas.

Partimos de uma caracterização geral do país, desde o período colonial, o fim do conflito armado até ao momento actual. O território sofreu várias transformações. Num primeiro momento, o território era planificado a partir da Metrópole. Depois passou por um longo período de guerra civil, sem planificação. Nesta fase deu-se o grande êxodo populacional para o litoral do país, resultando daí uma grande pressão sobre as infra-estruturas e equipamentos existentes, proliferação de bairros e povoações informais, congestionamento no trânsito e desqualificação urbana e estética dos grandes centros urbanos do país. A Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU), a Lei de Terras, a Lei de Base do Ambiente (LBA) definem os princípios e objectivos da gestão do território nacional, subordinadas à Lei de Base do Regime do Sistema Nacional de Planeamento. Mas as referidas leis ainda não trouxeram uma cultura de planeamento não só devido ao grande défice de quadros, mas também ao não envolvimento dos diversos actores que intervêm no território.

Após esta exposição, entendemos o que se passa no território Namibense é de uma “*transformação sem gestão*” onde o território não é sujeito a um processo de planeamento (ausências dos PPOT e PDM), as dinâmicas actuais resultam de ocupações espontâneas, ou de expansão de bairros peri-urbanos (ausência de execução dos Planos de Urbanização aplicados, bem como da sua monitorização e avaliação), o que obrigará a uma situação redobrada de esforços, ou seja, a da “*gestão da transformação*” sob pena de a curto/médio prazo, já não haver retorno possível.

A política de governação a seguir deve ainda ter em atenção, por um lado, as condições naturais existentes quer ao nível das suas potencialidades (aproveitamento turístico, mineral e piscatório dos recursos naturais existentes), quer ao nível das suas fragilidades (gestão sustentável do espaço litoral e de áreas desérticas e semi-desérticas) e, por outro lado, as tendências de evolução observadas ao longo dos últimos anos no que concerne à ocupação humana do território e às condições sócio-económicas da população.

A problemática do reforço de capacidade e de recursos humanos são os principais constrangimentos para o desenvolvimento da província (perspectiva que recolheu unanimidade por parte dos nossos entrevistados), afectando directamente as políticas de ordenamento dos territórios traçadas e a serem aplicadas.

Porém, constatada a fraca cultura de planeamento propomos como acções prioritárias:

Ao nível urbano - elaboração de um programa para o reassentamento dos bairros em zona de riscos; promoção do intercâmbio cidade-campo procurando estimular o potencial das zonas rurais; requalificação dos bairros com vista a dar maior dignidade as populações que aí habita; reabilitação das infra-estruturas com caris histórico e do centro histórico da cidade; reordenamento das actividades comerciais no seu interior; limitação do tráfego automóvel na cidade, a par da criação de áreas pedonais e de espaços verde, evitando a pressão no solo e sob as infra-estruturas antigas (o caso da zona do Forte de São Fernando/Marinha de Guerra e toda a zona da avenida Eduardo Mondlane).

Ao nível da província - valorização do posicionamento geo-estrategico, criando aberturas (entrada e saída de bens por meio de aeroportos, portos, caminhos-de-ferros e outros) para o investimento económico e a exploração turística.

Todas as acções apontadas serão melhor consolidadas com formação e informação contínua das pessoas, com a implementação de uma política de governança onde todos os sectores intervenientes, Estado, privados e a sociedade civil encontrem convergências de ideias na resolução de conflitos e interesses. Esta gestão do espaço de forma participativa permitirá que todos se revejam nas transformações do território onde habitam.

7. BIBLIOGRAFIA

Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento (Apex-Brasil) (2012) – “*Angola, Perfil e Oportunidades Comerciais 2012*”, Brasília;

Agência da UN em Angola e MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO DE ANGOLA (2003) Relatório de Progresso MDG/NEPAD – “*Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*”, Luanda;

ALVES, Rui Manuel Amaro (2007) - “*Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português*” FCG, Lisboa;

BAUD, Pascal; BEOURGEAT, Serge, e BRAS, Catheirine (1999) – “*Dicionário de Geografia*”, 1ª Edição, Plátano Edições Técnica, Lisboa;

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAfD) e ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE) (2005) – “*Perspectivas Económicas na África 2004/2005*”. Disponível em <http://www.oecd.org/dev/emea/pdf> acesso 28.02.2013;

BETTENCOURT, Andréa de Almeida (2011) – “*Qualificação e Reabilitação de Áreas Urbanas Críticas: Os Musseques de Luanda*”, dissertação de mestrado integrado, FAUTL, Lisboa;

BONGA, Jorge; RODRIGUES, Lúcia D.; CHIBIA, Laurindo B. e CHILUMBO, Victoriana (2008) – “*Reflexos Sobre a Necessidade de Tratamento de Águas Residuais na Cidade do Namibe*”, relatório de fim de curso de Bacharelato, Escola Superior de Ciências e Tecnologia do Namibe-Universidade Agostinho Neto (ESCTN-UAN), Namibe;

CARDOSO, Abílio (1996) – “*Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*”, Edições Afrontamento e Departamento de Engenharia Civil – FEUP, Porto;

CARVALHO, Paulo (2012) - “*Ordenamento Territorial e Desenvolvimento*” UC, Coimbra;

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE) (Julho 2001) – “*Governança Europeia um Livro Branco*”, Bruxelas;

COOPERAÇÃO CE-PALOP II (s/data) - Projecto de Consolidação das Capacidades Administrativa Publica, “*Planeamento e Gestão*”, capítulo 3. Disponível em <http://cooperacao.palop-tl.eu/index.php/biblioteca/manuais-de-formacao/84-manual-de-tecnicas-de-avaliacao-e-gestao-do-ordenamento-do-territorio-cap-3/file>, acesso 15.02.2013;

CORREIA, Fernanda P. (2009) - “*Portugal: Território e Ordenamento*”. Edição Almedina;

CORREIA, Fernando Alves (2008) - “*Manual de Direito Urbanístico*”, vol. I, Almedina, 4ª Edição, Coimbra;

DASI, Joaquim FARINÓS (2008) – “*Gobernanza Territorial para el Desarrollo Sostenible: Estado de la Cuestión y Agenda*”, Boletín de la A.G.E. n.º 46 - 2008, pp. 11-32, Valencia;

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/DGOT, (SEALOT - MPAT) (Setembro 1988) – “*Carta Europeia do Ordenamento do Território*”, Lisboa;

DIRECÇÃO PROVINCIAL DO COMÉRCIO, HOTELARIA E TURISMO DO NAMIBE (Janeiro 2011) - “*Pontos de Interesse Turístico da Província*”, Namibe;

FADIGAS, Leonel (2010) – “*Urbanismo e Natureza - Os desafios*”, 1ª Edições Sílabo, Lisboa;

FERNANDES, José et JANEIRO, Maria (2005) - “*Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa em África*”, in *Urbanismo Colonial*, nº5, Lisboa;

FERRÃO, João (2004) – “*A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial?*”, Revista Eure (XXIX, nº 89), pp. 43-61, Santiago de Chile, Mayo 2004. Disponível em <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v30n89/art03.pdf>, acesso 20.02.2013;

FERRÃO, João (2011) - “*O Ordenamento do Território como Política Pública*”, FCG, Lisboa;

FERREIRA, António F, (2007) – “*Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*”, 2ª Edição, FCG, Lisboa;

FERREIRA, José A.; SILVA, Jorge B.; SILVA, Elisabete A. e ESTEVES, José M. (2003) – “*1º Seminário de Engenharia do Território; Planear-Transformar-Gerir*”, Instituto Superior Técnico, Lisboa;

FRADE, Catarina C. F. (1999) - “*A componente Ambiental no ordenamento do Território*”, Conselho Económico e Social, Lisboa;

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA) (2011) – “*Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011*” Pessoas e Possibilidades em um Mundo de 7 bilhões, UNFPA-Brasil, Brasília;

GLOSSÁRIO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2011), Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis do Ordenamento do Território Conselho da Europa (CEMA) Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa”;

GOITIA, F. C. (2010) – “*Breve História do Urbanismo*”, 8ª Edição, Presença, Lisboa;

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NAMIBE (2006) – “*Directriz para Programação de Actividades no Âmbito de Investimentos Públicos da Província do Namibe*”;

GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (Agosto 2001) - “*Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*” Luanda;

GRAÇA, Job (2012) – “*Economia do Desenvolvimento*”: Sebenta de Lições da Universidade Católica de Angola (UCAN), Editor Instituto Nacional das Industriais Culturais-INIC, Ministério da Cultura, Luanda;

GRUPO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (GOT-IGEO) (2006) – “*Conceito de Ordenamento do Território*”, Projecto de Investigação “Bases para um Esquema de Ordenamento do Território ao Nível do Continente”. Disponível em http://www.igeo.pt/instituto/cegi/got/17_Planning/indicadores_PT.html, acesso 20.06.2012;

GUEDES, Manuel Correia (Coord.) (2011) - “*Arquitectura Sustentável em Angola-Manual de Boas Práticas*”, SURE-África, Editor CPLP;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE-Angola)
(2011) – “*A-População e Sociedade; Anuário Estatísticas Sociais 2009*”, Luanda;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE-Angola):
Departamento de Censos e Inquéritos Especiais (2011) – “*Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP)*”, Vol. I e II, 2008-2009, Luanda;

JOVER, Estefanea; PINTO, Anthony Lopes e MARCHAND, Alexandra (2012)
- “*Perfil do Sector Privado do País / Angola Setembro 2012*”, African Development Bank e African Development Fund;

MAFRA, Francisco et SILVA J. Amado da (2004) – “*Planeamento e Gestão do Território*”, Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), Porto;

MARTINS, Isabel M. N. da Silva (2000) - “*Luanda Cidade e Arquitectura*” tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura-Universidade do Porto, Porto;

MERLLIN, Pierre et CHOAY, Françoise (1988) – “*Dicctionnaire de L’urbanisme et L’aménagement*”, PUF, Paris;

MINISTÉRIO DO AMBIENTE ANGOLA (2006) – “*Relatório do Estado Geral do Ambiente*”, Luanda;

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (2004) – “*Estratégia de Combate a Pobreza Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica*”, Luanda;

MINISTÉRIO DO URBANISMO E HABITAÇÃO (MINUHA) (2012) – “*Ponto de situação dos PDM em Angola*”, Folheto Policopiado;

MINISTÉRIO DO URBANISMO E HABITAÇÃO (MINUHA) (2013) - Acta de Recomendações do “*Iº Conselho Consultivo Alargado*”, Kwanza Sul;

NZATUZOLA, João Baptista LUKOMBO (2011) - “*Crescimento da População em Angola: um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda*”. In Revista de Estudos Demográficos nº 49, artigo 3º, 2011 p. 56, Edição INE Portugal, Lisboa;

NZUZI, Albertina (2012) – “*Turismo Interno-Factor de Desenvolvimento Sustentável*”, IV Conselho Consultivo do MINHOTUR, Namibe;

OLIVEIRA, Ana C. (Junho 2012) – “*Estudo de Linha de Base Município do Tômbwa-Província do Namibe*”, Componente de Desenvolvimento da Economia Local, Fundo de Apoio Social (FAS);

OLIVEIRA, Fernanda P. (2009) – “*Portugal: Território e Ordenamento*” Edição Almedina;

OLIVEIRA, Fernanda P. (Coord.) (2012) – “*Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território-Estudos*”, Vol. I - Edição: Almedina, Lisboa;

OLIVEIRA, Fernanda P. et LOPES, Dulce (Setembro, 2005) – “*Manual de Gestão e Direito Urbanístico*”, Vol. II. Cooperação CE-PALOP (Programa PIR PALOP II/Projecto de Capacitação da Administração Pública), INA, Oeiras;

OLIVEIRA, Gildo de B. (2002) – “*Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento*”. Disponível em http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002, acesso 07.01.2013;

OLIVEIRA, Miguel dos Santos (2010) - “*Processo de Descentralização do Serviço Nacional de Saúde de Angola*”, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO) (2008) – “*Programa de Capacitação Regional sobre Regime de Propriedade e Gestão da Terra e aspectos legais associados*”. Instituições de Contraparte do Governo, responsáveis pela execução do Projecto CPLP. Disponível em www.fao.org/fileadmin/cplpunccd/Biblioteca, acesso 05.09.2013;

PAPUDO, Rui Miguel (2007) - “*Ordenamento do Território – conceitos, princípios e objectivos*”. Disponível em repositorio.ul.pt/bitstream_conceito.pdf, acesso 26.12.2012;

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1999) - “*Introdução ao ordenamento do território*” Universidade Aberta, Lisboa;

PAULINO, Cláudio, (s/data, s/ed) - “*Administração Pública em Angola: Perspectiva histórica do seu desenvolvimento e os desafios da terceira administração*”. Disponível em <http://cooperacao.palop-tl.eu/index.php/biblioteca/manuais-de-formacao/87-evolucao-historica-administracao-publica-angola/file>, acesso 02.05.2013;

PAULO, Cláudia M. F. (2011) - “*Geografia Física e Ordenamento do Território no Município da Baía Farta - Benguela (Angola)*”, dissertação de mestrado, FLUC-UC, Coimbra;

PEDRO, Benga et MARTINS, Isabel M. N. da S. (2005) – “*Debate: O Homem e o Território*”, Edição: Departamento de Arquitectura Universidade Agostinho Neto (UAN), apoio da SINFIC-SARL, Luanda;

PEREIRA, Margarida (2005) – “*A Geografia e o Planeamento do Território*”. In X Coloquio Ibérico de Geográfica, Évora;

PEREIRA, Margarida (2009) - “*Desafios contemporâneos do ordenamento do território: para uma governabilidade inteligente do(s) território(s)*”, *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16, DPP, Lisboa, pp.77-102. Disponível em http://www.dpp.pt/pages/files/Desafios_Contemporaneos.pdf;

PEREIRA, Margarida (2009a) – “*Cultura de Planeamento e Governação: Contributos para a coesão territorial*”, no âmbito do Projecto *Territorial Cohesion in Portugal: new insights for spatial planning*, Actas 15º APDR, Cabo Verde, Disponível em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%209/252A.pdf>, acesso 28.10.2013;

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA PROVÍNCIA DO NAMIBE (PDES) (2013), período 2013/2017;

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA PROVÍNCIA DO NAMIBE (PDIPN) (2007);

PNUD-Angola (Março 2013) - “*A Ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado*”, Nota de Imprensa, lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano 2013, Luanda. Disponível em http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/NI_HDR2013_Port.pdf, acesso 20.07.2013;

PROGRAMA DE GOVERNAÇÃO DO MPLA (2012), período 2012/2017, Luanda;

REPÚBLICA DE ANGOLA e COMUNIDADE EUROPEIA (Novembro 2008) – “*Documento de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional*”, período 2008/2013, Luanda;

REPÚBLICA DE ANGOLA, CONSELHO DE MINISTROS (Agosto 2001) – “*Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*”, Luanda;

REPÚBLICA DE ANGOLA, MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (Dezembro 2012) – “*Plano Nacional de Desenvolvimento, período 2013-2017*”, Luanda;

Revista ÁFRICA 21, Nº 72, Edição Março 2013, pp. 34-35, Luanda;

ROQUE, Fátima M. (2012) – “*África, a NEPAD e o futuro*”, Texto Editores, Lda-Angola, 2ª Edição, Luanda;

TEXEIRA, Carlos (2013) – “*Direito Angolano do Ordenamento do Território e Urbanismo*”, Editora Almedina, Coimbra;

TRINDADE, Augusto, J. P. (2000) – “*O Fenómeno Urbano na África Subsahariana: O Caso de Luanda*”. ISCSP, Lisboa;

WALTER, Luís F. da Costa (2007) - “*Angola: o papel e o contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Sócio-Económico do País. Desafios e Expectativas (1975-2005)*” dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa;

WOODROW WILSON INTERNACIONAL CENTER FOR SCHOLARS, COMPARATIVE URBAN STUDIES PROJECT (2005) - “*O papel das Cidades no Desenvolvimento do País. Maputo/Moçambique*”, Relatório da Conferência, Maputo. Disponível em http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/CUSP_Maputo.pdf, acesso 05.01.2013;

ZANGUI, Manuel (1997) - “*Bases para o Ordenamento Físico do Território: o caso de Angola*” Conceitos e reflexões, dissertação de mestrado UTL, Lisboa;

ZANGUI, Manuel (2011) – “*A Importância do Ordenamento do Território*”, 4º Forum-APIMA, MINUC, Luanda.

LEGISLAÇÕES CITADAS

Decreto n.º 49353, de 10 de Outubro de 1969 - Aprova os Serviços de Planeamento e Integração Económica das Comissões Técnicas de Planeamento e Integração Económica (Boletim Oficial 1ª série N.º 266 de 12 de Novembro d 1969).

Decreto n.º 13/07, de 26 de Fevereiro - Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Decreto n.º 2/06, de 23 de Janeiro - Regulamento Geral dos Planos Territoriais Urbanos e Rurais.

Decreto n.º 4/01, de 02 de Fevereiro - Relativo aos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

Decreto n.º 43.894, de 6 de Setembro de 1961 - Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas.

Decreto n.º 58/07, de 13 de Julho - Regulamento Geral de Concessão de Terrenos.

Decreto n.º 80/06, de 30 de Outubro - Regulamenta o Licenciamento das Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Obras de Construção.

Decreto Presidencial n.º 232/12, de 4 de Dezembro - Aprova o Estatuto Orgânico do MINUHA (Diário da República, I Série - n.º 231).

Decreto-Lei 46-A/92 - Estabelece o Direito a Concessão aos Governos das Províncias das áreas urbanas.

Decreto-Lei n.º 32/95, de 8 de Dezembro - Regulamento do uso da terra.

Decreto-Lei n.º 7/09, de Maio de 2009 – Cria as seis Regiões Académicas

Lei 14/05, de 7 de Outubro - Lei do Património Cultural (Diário da República Iª Serie N.º 120).

Lei 2030 de 1948 - Estabelece a base de terras.

Lei 46-A/92, de 28 de Agosto - Concessão da Titularidade, do Uso e aproveitamento da Terra (para fins agrícola).

Lei 6/02, de 21 de Junho de 2002 - Lei de Águas.

Lei n.º 1/11, de 14 de Janeiro - Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento (Diário da República, I Série – Nº 9 – 14 de Janeiro de 2011).

Lei n.º 1/75, de 12 de Novembro de 1975 - Estabelece o primeiro Governo da antiga República Popular de Angola.

Lei n.º 7/79, de 4 de Junho - Institui os órgãos de Planificação a todos os níveis (Diário da República 1ª Série n.º 157).

Lei nº 17/10, de 29 de Julho - Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado (LOFOALE).

Lei nº 2119, de 24 de Junho de 1963 - Cria a Comissão Técnica de Planeamento e Integração de Angola.

Lei nº 3/04, de 25 de Junho - Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LOTU) (Diário da República, I Série Nº 51, de 25 de Junho de 2004).

Lei nº 5/98, de 19 de Junho de 1998 - Lei de Bases do Ambiente (LBA) (Diário da República 1ª Série n.º 27).

Lei nº 9/04, de 9 de Novembro - Lei de Terras.

Lei nº 48/98, de 11 de Agosto – Lei de Base do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU), Portugal.

Regulamento 1 de 1996 - Direito de Uso de Superfície no quadro de desenvolvimento de terras e infra-estruturas com parceria público-privada do Programa Luanda Sul (Governo da Província de Luanda).

Resolução 30/94 – Regula a tendência de uso não planificado do solo (Governo Provincial de Luanda).

WEB SITES:

www.angolaglobal.net

www.mat.gv.ao

www.mpd.gov.ao

www.ine.gov.ao

www.divas_gis.org

www.dgotdu.pt

www.mincons.gov.ao

www.namibe.gov.ao

www.mincultura.gv.ao

www.igeo.pt

ANEXOS

Anexo I: Evolução da população Angolana (1970-2009)

Anexo II: Organigrama do MINUHA

Anexo III: Localização das Principais Bacias Hidrográficas

Anexo IV: Mapa das Reservas Naturais e Parques

Anexo V: Organigrama do GPN

Anexo VI: Tipologia de Habitação em zona Rural

Anexo VII: Formas de Ocupação do Espaço Urbano

Anexo VIII: Plano de Urbanização Progressiva do Bairro da Praia Amelia (Área da Central Térmica)

Anexo IX: Projecto de Habitação Social

Anexo X: Malha Ferroviária Existente e Planeada (Luanda, Lobito e Namibe)

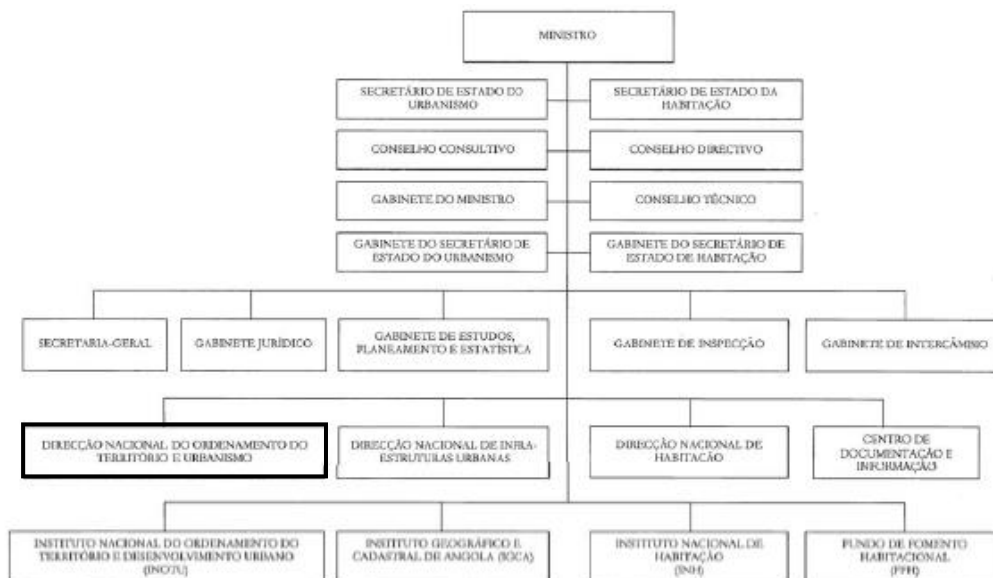
Anexo XI: Modelo de Inquérito Aplicado

Anexo I: Evolução da população Angolana (1970-2009)

Ano	População
1970	5 620 001
1975	6 520 000
1980	7 722 000
1985	8 762 000
1990	10 023 000
1995	11 562 000
2000	13 399 000
2001	13 814 000
2002	14 138 000
2003	14 662 000
2004	15 116 000
2005	15 562 000
2006	16 043 000
2007	16 541 000
2008	17 040 000
2009	17 561 000

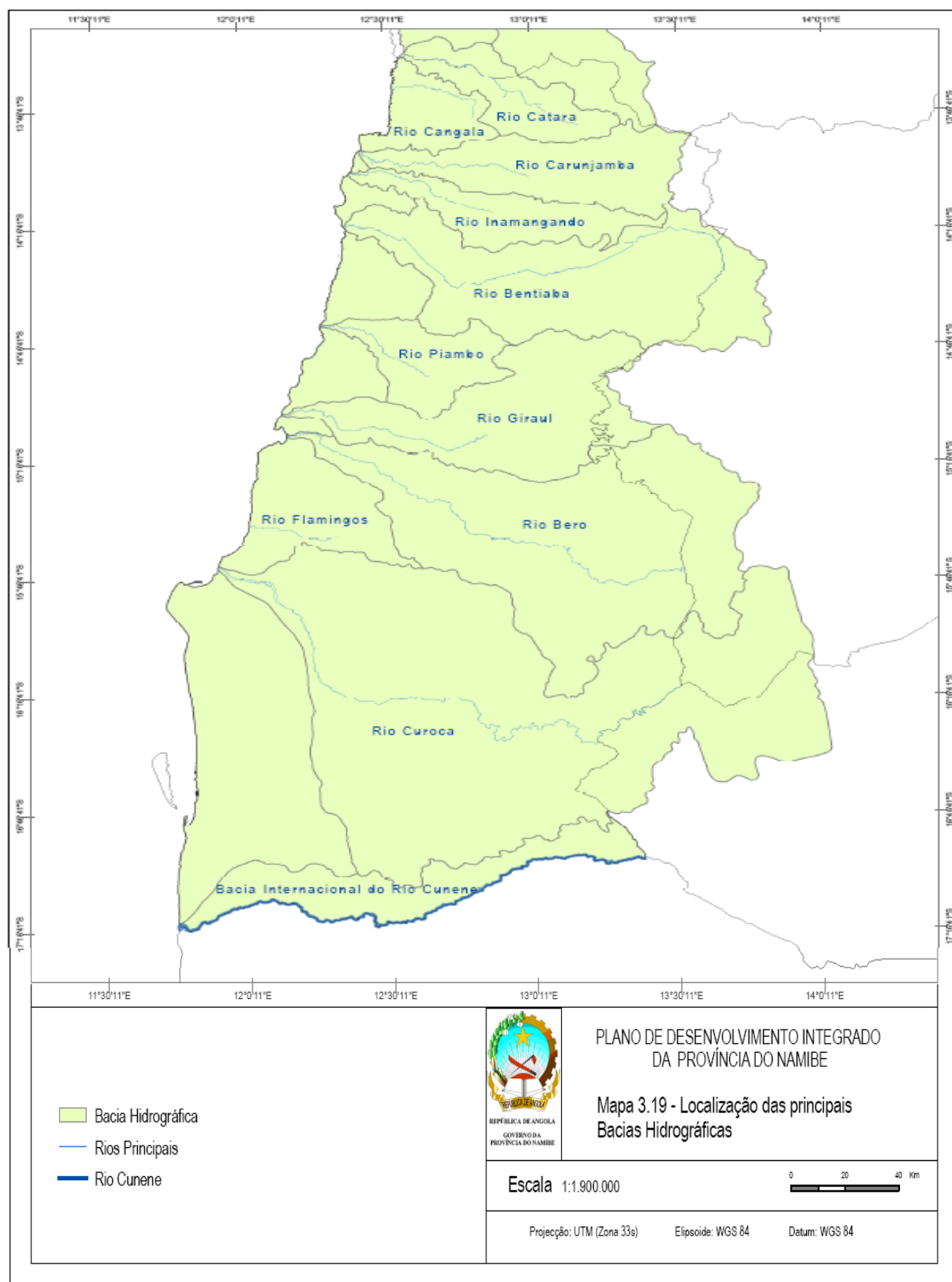
Fonte: INE-Angola (2011:20) - População e Sociedade; Anuário Estatísticas Sociais 2009

Anexo II: Organigrama do MINUHA

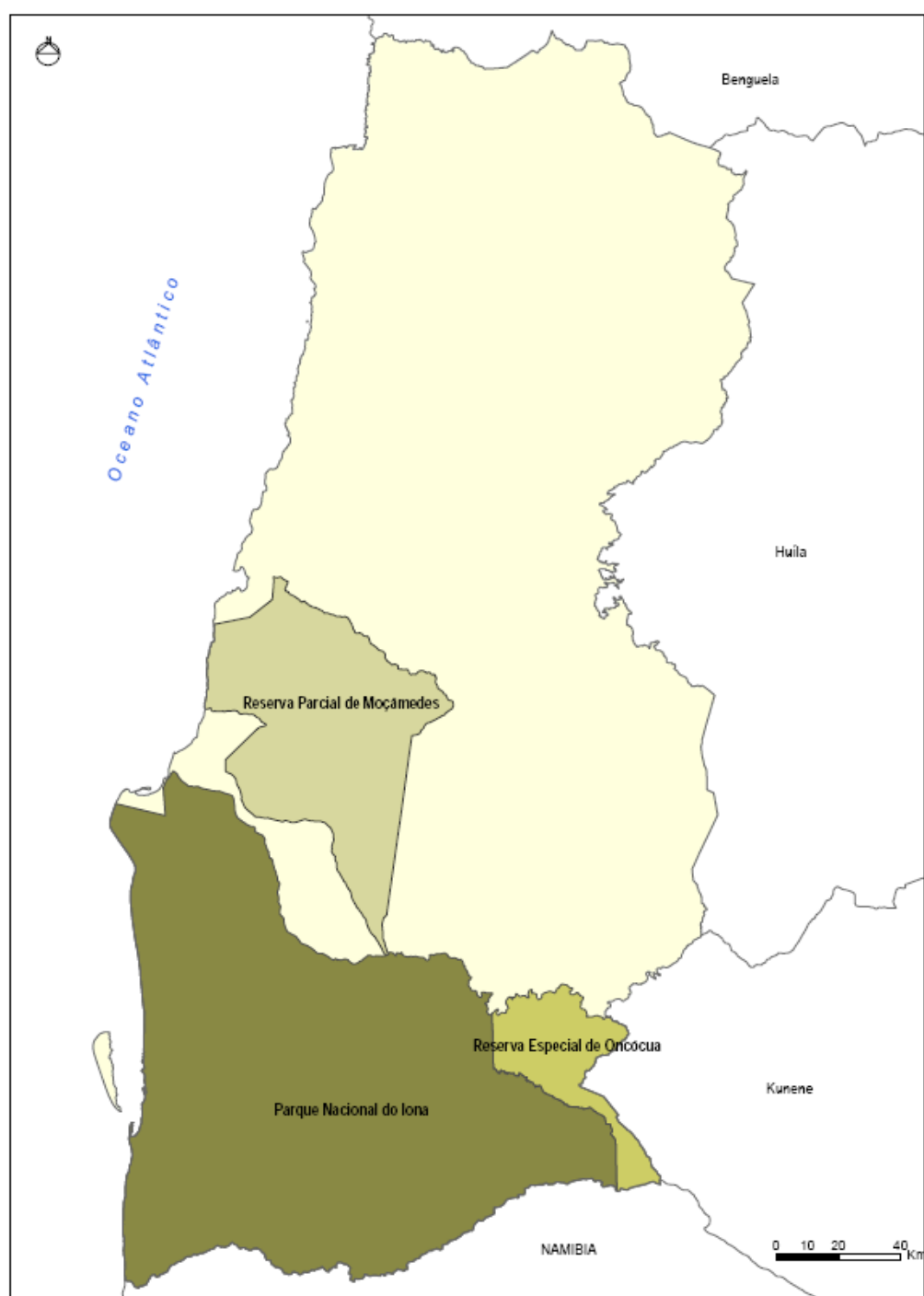


Fonte: Decreto Presidencial n.º 232/12 de 4 de Dezembro (Diário da República, I Série - n.º 231), Estatuto Orgânico do MINUHA

Anexo III: Localização das principais bacias hidrográficas

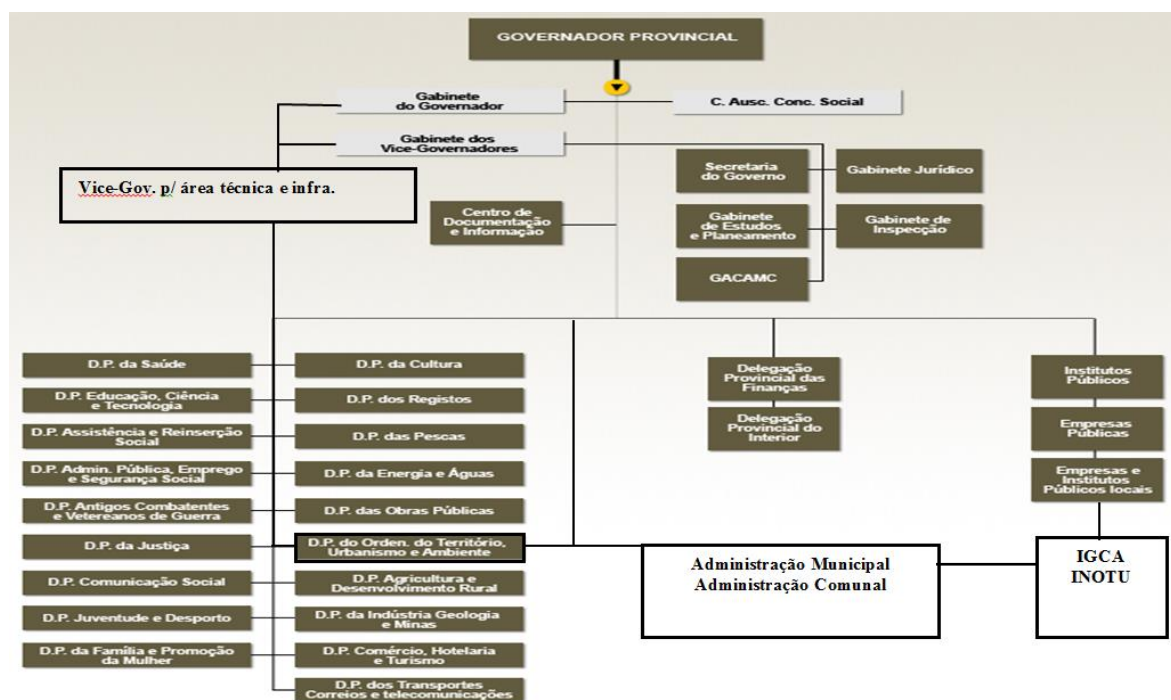


Anexo IV: Mapa reservas naturais e parques



Fonte: PDIPN 2007

Anexo V: Organograma do governo da província do GPN



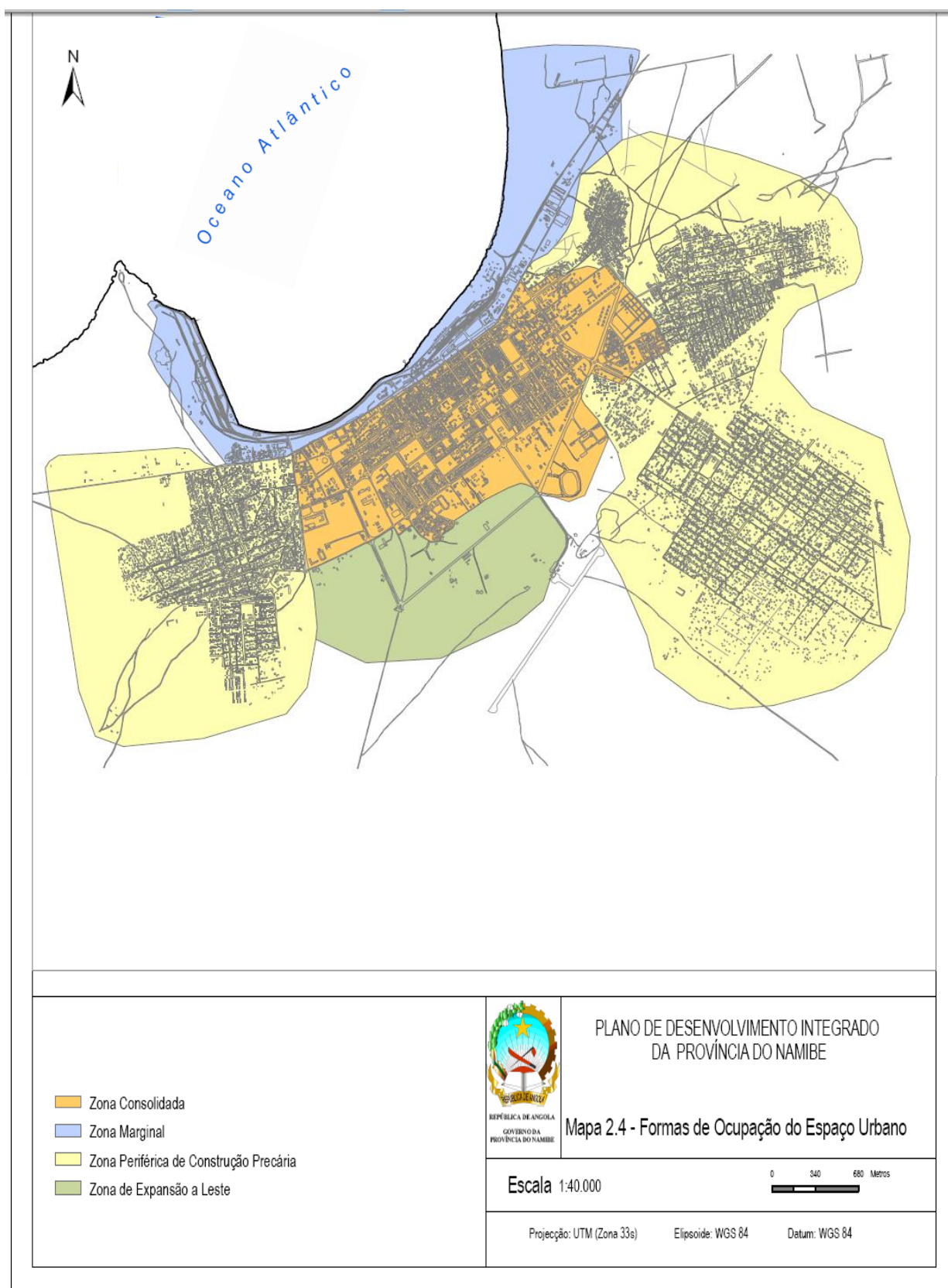
Fonte: www.namibe.gov.ao, acesso em 20.07.2013, adaptado

Anexo VI: Tipologia de habitação em zona Rural



Foto 1:tipologia de residências (pau-apique) Bibala ; **Foto 2:** Residência de pau-apique e chapa, Kamucuio, . Autor, Setembro 2013

Anexo VII: Formas de ocupação do espaço urbano (sede Namibe)



Anexo VIII: Plano de Urbanização Progressivo do Bairro da Praia Amélia (Área da Central Termica)



Fonte: IGCA, Namibe 2013

Anexo IX: Projectos de habitação social

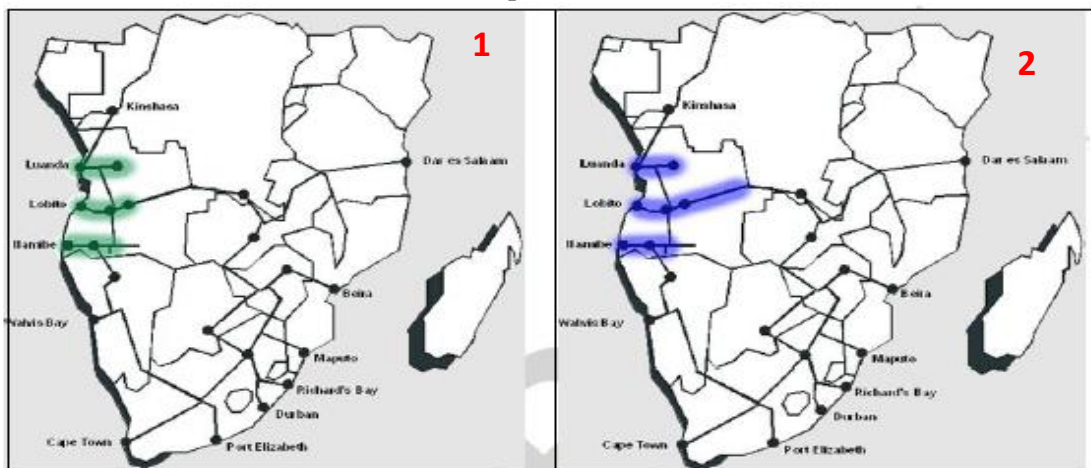


Foto 1: Projecto de 200 fogos município do Tômbwa; **Foto 2:** Projecto de 200 fogos município do Kamucuio. Autor, Setembro 2013



Foto 1: Casas evolutivas município do Bibala; **Foto 2:** Habitação social para Juventude município do Namibe (Saco Mar). Autor, Setembro 2013

Anexo X: Malha ferroviária existente e planeada (Luanda, Lobito e Namibe)



Fase 1: manutenção e recuperação da malha existente; **Fase 2:** Modernização e expansão da rede a nível da SADC.

Fonte: Angola, Perfil e Oportunidades Comerciais; Apex-Brasil 2012:63

Anexo XI: Modelo de inquérito aplicado

Guião de entrevista aplicado a técnicos e entidades responsáveis pela área de estudo.

Instrução de resposta:

Data ____/____/____ **13**

A entrevista faz parte da metodologia para elaboração da dissertação de Mestrado em Gestão do Território/área de especialidade de Planeamento e Ordenamento do Território, do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.

Tem como objectivo identificar os actuais problemas de ordenamento do território na província do Namibe, conhecer os instrumentos de planeamento em vigor e sistematizar os desafios e as oportunidades que se colocam no futuro, tendo em vista o seu desenvolvimento.

Desde já agradecemos que as respostas sejam rigorosas, pois só assim é possível conhecer a realidade actual e contribuir para a sua melhoria.

A - IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____
2. Actual função que desempenha: _____
3. Habilitações: Básico _____ Médio _____ Superior (discriminar) _____
4. Há quanto tempo trabalha nesta área? _____
5. Idade: _____

B – CARACTERIZAÇÃO

- Planos de Desenvolvimento e Planos Directores aplicados aos municípios da província.

C - QUESTÕES

1. ACÇÕES E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- a) Quais são os actuais problemas de ordenamento do território que a província enfrenta?
- b) Que medidas têm sido tomadas para resolver tais problemas?
- c) Quais são as maiores dificuldades que a instituição enfrenta no exercício das respectivas competências? (financeira, administrativa, política, recursos humanos qualificados) Justifique.
- d) Qual o modelo de desenvolvimento definido para a província? Apoiado em que recursos naturais/actividades económicas?
- e) Quais são os instrumentos de planeamento territorial existentes na província?
- f) Quais as propostas que têm enfrentado maiores dificuldades de execução? Quais as principais razões?
- g) Que interpretação faz das políticas de ordenamento do território de 2002 até ao presente?
- h) Quais são os principais desafios para o futuro?

2. URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO

- a) O que acha dos actuais programas de desenvolvimento, planos de urbanização (habitação e construção)?
- b) Quais as acções e planos já executados e os em curso?
- c) Que critérios se tem seguido para se definir novos eixos de expansão da cidade? (ex.: novo bairro Saidy Mingas, povoação do 5 de Abril, bairro Valódia, construção de cinco mil casas e em outros municípios)?
- d) Como se tem resolvido as solicitações de terrenos e as ocupações e construções ilegais? Quais as modalidades? Tem surtido efeitos?
- e) Quais são os problemas urbanos mais graves da província (saneamento básico, habitação, transporte urbano, transporte entre províncias, rede de água, rede energia, equipamentos de educação, equipamentos de saúde)?
- f) Identifique algumas das potencialidade e oportunidades da província com vista ao alcance do desenvolvimento sustentável nos diversos sectores (turismo, ambiente, indústria, pesca, pastorícia).
- g) Que interpretação faz da integração socio-económica da província a nível do país?

3. ASPECTOS AMBIENTAIS

- a) Quais são os principais riscos naturais que afectam a província?
- b) Quais são as medidas preventivas aplicadas?
- c) Como os riscos naturais têm influenciado o planeamento do ordenamento do território da província (seca, cheias e desertificação)?

4. ASPECTOS SOCIAIS

- a) Que transformações (demográficas, económicas, de ocupação do território) se registaram na província desde o alcance da paz?

- b) Até que ponto estas transformações têm influenciado na qualidade de vida da população e como tem ajudado na redução das assimetrias urbanas? E nas desigualdades territoriais no interior da província?

O estudante

Aldino Miguel Francisco